



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**CONEXÕES PATRIMÔNIO MUNDIAL, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CONGONHAS-MG: CONTRIBUIÇÕES PARA O  
TURISMO LOCAL**

Mônica Salmito Noletto

Brasília-DF  
2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Mônica Salmito Noletto

**CONEXÕES PATRIMÔNIO MUNDIAL, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CONGONHAS-MG: CONTRIBUIÇÕES PARA O  
TURISMO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, da Universidade de Brasília – Área de Concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo –, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho

Brasília  
2018

N791c Noletto, Mônica Salmito

Conexões patrimônio mundial, patrimônio-territorial e educação patrimonial em Congonhas : contribuições para o turismo local. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília / Mônica Salmito Noletto. – Brasília : Universidade de Brasília, 2018.

126 p.

1. Turismo 2. Patrimônio Cultural 3. Educação Cultural 4. Cultura e Desenvolvimento 5. Desenvolvimento 6. Monumentos Históricos 7. Museus 8. Arte Barroca 9. Lazer 10 Minas Gerais 11. Brasil I. Título

CDD 338.479 1

Dissertação de autoria de Mônica Salmito Noletto, intitulada **Conexões patrimônio mundial, patrimônio-territorial e educação patrimonial em Congonhas: contribuições para o turismo local** submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – Área de Concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo –, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Turismo, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho (Presidente)

Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo (UnB/CET)

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Avaliador Interno)

Universidade de Brasília – Departamento de Geografia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kerlei Eniele Sonaglio (Avaliadora Externa)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento (Avaliadora Suplente)

Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo (UnB/CET)

Brasília, outubro de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais, Iraci e Murilo, grandes incentivadores dos meus estudos e da minha busca incessante de conhecimento. Ao meu filho Lucas, que lhe sirva de incentivo para sua vida estudantil, que ora ainda se inicia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pelo dom da vida, pela possibilidade de estudar, de aprender, pelo privilégio de poder desenvolver uma pesquisa e exercitar a liberdade de pensamento.

À minha Nossa Senhora de Fátima, em cuja devoção, me apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Murilo e Iraci, por me mostrarem desde sempre, que o maior patrimônio que se pode ter é a educação.

Ao meu filho Lucas, por entender, mesmo não entendendo, minhas ausências para estudar e pesquisar.

Ao meu marido Rodrigo, por compartilhar a jornada e me apoiar nos momentos de dedicação incondicional aos estudos e à pesquisa.

Aos meus irmãos, Ana Alice e Murilo, pelo incentivo, apoio e carinho.

A todos os meus familiares, pela torcida mesmo de longe que sinto chegar a mim pelas orações e bons pensamentos.

Ao meu professor orientador, Mozart Fazito, um agradecimento mais que especial. Foram muitas horas de orientação, de conversa, de escuta, de fala, de interação, que tornaram possível cada etapa deste trabalho. Minha admiração e entusiasmo por sua dedicação à arte de ensinar. Meu caloroso muito obrigada!

Aos meus sogros, Francisco de Assis e Maria Rosália, e meu cunhado Gabriel Araújo, pelos cuidados e carinho com meu filho Lucas, e pelo precioso apoio que me possibilitou horas-extra de dedicação e estudo.

Aos meus padrinhos de batismo, Álvaro de Melo Salmito e Maria de Lourdes Salmito Mendes pelo incentivo de sempre.

A amiga Patrícia Reis de Matos Braz, cujas ideias e paixão pelo patrimônio, me deram forças e subsídios imprescindíveis para me lançar nessa jornada, de pesquisadora e amante do patrimônio e da cultura.

Aos colegas da Representação da UNESCO no Brasil, onde iniciei a pesquisa, pela liberação para assistir às aulas na UnB, pelo incentivo à pesquisa e à busca pelo conhecimento, especialmente às queridas Marlova Jovchelovitch Noletto, Maria Virginia Casado, Isabel de Freitas Paula, Carolina de Souza Lobo Almeida, Roberta Martins Macedo Guaragna, Christiane Nogueira Silva e Maria Luiza Monteiro Bueno.

A minha querida chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Maria Augusta Montalvão Ferraz, pela sensibilidade em entender a importância pessoal desse trabalho, em sua fase final.

Ao professor Everaldo Batista, que transformou meu olhar sobre o patrimônio, e me redirecionou para enxergar o patrimônio, a partir do elemento humano.

Aos meus colegas do Mestrado, pelas experiências compartilhadas e bons momentos vividos, especialmente às queridas amigas Tatiana Tannus Grama, Grazielle Vilela e Camila Freitas.

À querida amiga Joana D'Arc (*in memoriam*) que não pode concluir essa jornada do mestrado conosco. Que descanse em paz, junto ao Pai!

À professora Maru Moesch, pela gentileza em compartilhar seu grandioso conhecimento acumulado no campo do turismo, um privilégio.

À Maria Aparecida Rodrigues, secretária municipal de educação de Congonhas, que possibilitou os arranjos burocráticos para a realização da pesquisa de campo.

À Escola Municipal Oscar Weinschenck de Congonhas, na pessoa do sua diretora, prof.<sup>a</sup> Helen Leite, pela confiança e receptividade.

À Rosilene Pereira de Sousa Junqueira, diretora de educação infantil e Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Congonhas, pelos caminhos abertos para a realização da pesquisa de campo.

À Kátia das Graças Souza, diretora de Educação para o Trabalho da Secretaria Municipal de Congonhas, pela receptividade durante o campo.

Às professoras Maria Elenita Menezes Nascimento e Kerlei Eniele Sonaglio por aceitarem compor a banca examinadora desta pesquisa e pelas preciosas sugestões ao trabalho.

Ao Sérgio Reis, diretor do Museu de Congonhas, pelo entusiasmo pelo patrimônio, refletido na gestão primorosa do Museu de Congonhas.

A todos os alunos que participaram das entrevistas, pois sem eles este estudo não teria sido possível.

Às professoras da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas que contribuíram com as entrevistas, compartilhando seus ensinamentos e experiências, que foram essenciais para essa pesquisa.

Ao povo de Congonhas, pela cordialidade de sempre.

Agradeço, por fim, ao meu país, Brasil, que a despeito de todas as dificuldades, oferta a cidadãos brasileiros, como eu, a possibilidade de cursar pós-graduação de excelente qualidade, pública e acessível.



“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”  
(Paulo Freire)

*“Tourism is like a fire. It can cook your food, or burn your house down”* (R. Cox)

## RESUMO

Este trabalho dedicou-se a relacionar a retórica dominante de que o turismo leva ao desenvolvimento por meio da criação de oportunidade de empregos, geração de renda e redução de pobreza à prática vivenciada por Congonhas, Minas Gerais, que posiciona o turismo como propulsor do seu desenvolvimento local. Utilizando-se de uma literatura crítica, em contraposição, especialmente, aos discursos oficiais permeados de superficialidade, e que têm se mostrado pouco eficientes, essa pesquisa pretendeu, portanto, explorar o potencial do patrimônio edificado para o desenvolvimento do município de Congonhas, desde uma perspectiva de expansão das liberdades individuais de Amartya Sen, entendendo o patrimônio de forma mais ampla, dotado de poder transformador, que aliado à educação (patrimonial) proporciona o despertar da consciência crítica cidadã capaz de incorporar o patrimônio como pertencimento e preservação. O método escolhido para responder ao problema de pesquisa foi um estudo de caso, privilegiando as relações que o patrimônio favorece, em prol do desenvolvimento como liberdade, e de ampliação dos meios para atingimento dos fins, com crianças de ensino fundamental da Escola Municipal Oscar Weinschenck. Para avaliar essas relações, buscou-se analisar os trabalhos das crianças (desenhos) e entrevistas de modo a captar a percepção delas sobre o patrimônio de Congonhas, e de como isso se dá no imaginário de cada uma delas, independente das ações de educação patrimonial que elas tenham recebido até então. Essa pesquisa dedicou-se, pois, a captar a forma mais genuína de percepção do patrimônio, assim como detectar se pode acontecer a “ativação” do patrimônio naqueles cidadãos “em processo” de formação.

**PALAVRAS-CHAVES:** Turismo ativo, Desenvolvimento turístico, Patrimônio Mundial, Patrimônio-territorial, Museu de Congonhas, Educação Patrimonial, Lazer.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study was devoted to relate the prevalent rhetoric that tourism leads to development through the creation of job opportunities, income generation, and poverty reduction with the context experienced Congonhas that places tourism as main driver of its development. Based on a critical review of literature as a counterpoint to the current official statements permeated by superficial claims, which has been shown to be not effective enough Congonhas' heritage, this inquiry intended to explore the potential of Congonhas' built heritage to promote development, but from Amartya Sen's freedom perspective, bearing in mind that heritage is not only historical sites, but also carries the power to change starting from the point of view of local individuals, especially primary school children. As this study progresses, it was also envisioned to recognize the possible contribution of Congonhas' cultural heritage to local development. This power allied to heritage education could bring a new understanding to a critical citizen who embodies the sense of belonging to and preservation of heritage. The chosen methodology to answer the inquiry problem was a study case, highlighting the way that heritage enables the development of freedom and the expanding of capacities as a means to an end. The expected result was to appraise, through children's pictures developed in the case study, their perception about Congonhas' heritage, no matter what previous heritage education they might have had. This investigation desired to capture the most genuine perception of heritage as well as to notice if the "activation" of heritage has taken place in these future citizens.

**KEYWORDS:** Active Tourism, Touristic Development, World Heritage, Territorial Heritage, Congonhas' Museum, Heritage Education, Leisure.

## RESUMEN

Este trabajo intentó relacionar la retórica dominante de que el turismo lleva al desarrollo a través de la creación de oportunidades de empleo, generación de renta y reducción de pobreza con la práctica vivenciada en Congonhas, Minas Gerais que posiciona el turismo como motor de su desarrollo local. Utilizándose de una literatura crítica, en contraposición, especialmente, a los discursos oficiales permeados de superficialidad, y que se han mostrado poco eficientes, esta investigación buscó entender la contribución del patrimonio cultural de Congonhas al desarrollo local, el potencial del patrimonio edificado para el desarrollo del municipio de Congonhas, desde una perspectiva libertaria de Amartya Sen, entendiendo el patrimonio de forma más amplia, dotado de poder transformador, que aliado a la educación (patrimonial) proporciona el despertar de la conciencia crítica ciudadana, y que incorpora el patrimonio a la pertenencia y preservación. El método elegido para responder al problema de investigación fue un estudio de caso, privilegiando las relaciones que el patrimonio favorece, en pro del desarrollo libertario, de ampliación de los medios para alcanzar los fines, por medio de niños de la escuela primaria Oscar Weinschenck. Como resultado esperado, se pretendió evaluar, a través de los trabajos de los niños involucrados en el estudio de caso, su percepción sobre el patrimonio de Congonhas, independiente de las acciones de educación patrimonial que ellos han recibido. Esta investigación tuvo la intención de captar la forma más genuina de percepción del patrimonio, así como detectar si puede ocurrir la "activación" del patrimonio en aquellos ciudadanos "en proceso" de formación.

**PALABRAS-CLAVES:** Turismo activo, Desarrollo turístico, Patrimonio Mundial, Patrimonio territorial, Museo de Congonhas, Educación Patrimonial, Ocio.

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
CFRM- Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo  
E.M.O.W - Escola Municipal Oscar Weinschenck  
EP - Educação Patrimonial  
Fumcult - Fundação Municipal de Cultura de Congonhas  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAM - Instituto Brasileiros de Museus  
ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*  
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MC - Museu de Congonhas  
MinC - Ministério da Cultura  
MEC- Ministério da Educação  
MTur - Ministério do Turismo  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis  
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
PIB - Produto Interno Bruto  
PM - Patrimônio Mundial  
MIT - *Massachusetts Institute of Technology*  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAC CH - Programa de Aceleração do Crescimento para Cidades Históricas  
SPHAN - Serviço de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UN - *United Nations*  
UNFPA - Fundo das Nações Unidas para Populações  
UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*

WCED - *World Commission on Environment and Development*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista frontal do Adro da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos. Registro em dezembro de 2015.

Figura 2- Vista da Capela Passo da Ceia. Registro em dezembro de 2015.

Figura 3- Localização de Congonhas no Estado de Minas Gerais, Brasil.

Figura 4- Circuito do Ouro de MG.

Figura 5 - Vista dos Profetas da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos. Registro em agosto de 2016.

Figura 6 - Vista interna do Museu de Congonhas, Registro em dezembro de 2015.

Figura 7 - Vista frontal do Museu de Congonhas. Registro em dezembro de 2015.

Figura 8 - Presidente da República, Dilma Rousseff (dir.) e Presidente do IPHAN, Jurema Machado (esq.) na cerimônia de inauguração do Museu de Congonhas, em 2015.

Figura 9 - Linha do tempo Museu de Congonhas. Registro em dezembro de 2015.

Figura 10 - Vista frontal da E.M.O.W. Registro em dezembro de 2015.

Figura 11- Quadra poliesportiva da E. M. O.W. Registro em maio de 2016.

Figura 12- Registro parcial dos alunos que participaram da pesquisa, em maio de 2018.

Figura 13- Trabalho da aluna Fernanda Alice, 7 anos.

Figura 14- Trabalho do aluno Daniel, 6 anos.

Figura 15- Trabalho da aluna Izabella, 7 anos.

Figura 16- Trabalho do aluno Enzo, 7 anos.

Figura 17 - Trabalho da aluna Fátima, 7 anos.

Figura 18 - Professora Eliana Vasconcelos acompanha os alunos no momento em que desenvolvem seus trabalhos. Registro em maio de 2018.

Figura 19- Trabalho da aluna Ana Alice, 7 anos.

Figura 20 - Entrada da Romaria de Congonhas. Registro em maio de 2018.

Figura 21- Trabalho do aluno Arthur, 6 anos.

Figura 22- Trabalho da aluna Emanuelle, 7 anos.

Figura 23- Trabalho da aluna Lara, 6 anos.

Figura 24 - Trabalho da aluna Maria Fernanda, 7 anos.

Figura 25 - Trabalho da aluna Beatriz, 7 anos.

Figura 26 - Trabalho da aluna Ana Clara, 7 anos.

Figura 27 - Trabalho do aluno Caio, 7 anos.

Figura 28 - Vista frontal da Casa do Professor de Congonhas. Registro em maio de 2018.

Figura 29 - Sala de conferências da casa do professor de Congonhas. Registro em maio de 2018.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Quadro comparativo de dados socioeconômicos Congonhas x Brasil. Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Tabela 2 - Dados socioeconômicos de Congonhas. Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 3 - Classificação dos trabalhos segundo a temática.

Tabela 4- Representação em percentual dos trabalhos apresentados.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	19
1.2 Justificativa .....	22
1.3. Aspectos metodológicos .....	27
1.4. Objetivos.....	30
1.4.1 Objetivo Geral.....	30
1.4.2 Objetivos Específicos.....	30
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	31
2.1. Breve perspectiva histórica do desenvolvimento a partir do século XX.....	31
2.2. Entendendo o desenvolvimento turístico .....	38
2.3. Possíveis relações entre patrimônio, turismo e desenvolvimento.....	41
2.4. A educação que conscientiza e liberta.....	46
2.5. Educação patrimonial como fomento a preservação do patrimônio.....	48
2.6. Turismo como vivência do lazer.....	51
2.7 A polissemia do conceito de patrimônio .....	52
3. RELATO SOBRE O ESTUDO DE CASO.....	61
4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA MUNICIPAL OSCAR WEINSCHENCK.....	72
4.1 Breve histórico sobre a E. M. O.W.....	72
4.2 A dinâmica com os alunos.....	77
4.3 O que pensam os professores?.....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
7. LISTA DE APÊNDICES.....	123

## 1. INTRODUÇÃO

Na literatura atual, muito se tem falado sobre a importância do patrimônio como força-motriz para o desenvolvimento de determinada localidade. Como exemplo, a diretriz quatro da *Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural*<sup>1</sup> do Brasil, em 2003, destaca a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural (Porta, 2012). O interesse sobre esse tema cresce a cada dia e, como consequência, o patrimônio tem importância cada vez maior para as sociedades. A referida importância pode estar relacionada com a velocidade crescente da modernização e a escala das mudanças sociais. Em tais circunstâncias, as evidências de sociedades do passado podem trazer uma sensação de pertencimento e segurança para as sociedades modernas, e atuam como um elo comum — entre passado e presente — em um mundo que se transforma velozmente. Além disso, em muitas sociedades, o patrimônio é visto como um importante definidor de identidade. Portanto, compreender o passado pode também ajudar a gerir os problemas do presente e planejar o futuro (UNESCO, 2016).

Essa pesquisa de mestrado tenciona abordar as relações entre patrimônio, desenvolvimento, turismo e educação patrimonial. Para relacionar esses temas, foi escolhido localizá-los (especialmente) em um sítio do Patrimônio Mundial (PM) da UNESCO em Congonhas (figura 1), Minas Gerais, região Sudeste do Brasil.

Esta pesquisa busca, assim, melhor compreender as relações entre a percepção do patrimônio pela população local de uma cidade patrimonializada. Pretende-se, pois, entender a multiplicidade do conceito de patrimônio, as relações de pertencimento e identidade, e ainda, eventuais relações com a valorização e vivência de um turismo ativo, cujas interações com o pretendido “vetor de desenvolvimento econômico” não sejam tão óbvias. Como contribuição às pesquisas sobre patrimônio e desenvolvimento, tenciona trazer uma abordagem de desenvolvimento turístico que tenta transcender o desenvolvimento econômico, e apresenta como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento no seu potencial de educação patrimonial. Para se chegar a esse fim, o referencial teórico dessa pesquisa preocupou-se em realizar um apanhado histórico na literatura sobre os pilares fundamentais que embasam essa pesquisa: desenvolvimento, turismo, patrimônio e educação. Certamente

---

<sup>1</sup> São quatro as diretrizes gerais da política de preservação: 1. Participação social; 2. Reinserção dos bens protegidos na dinâmica social; 3. Qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais; 4. Promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural. Essas premissas dialogam com as três dimensões da cultura que organizaram a ação do Ministério da Cultura a partir da gestão Gilberto Gil (2003-2008): cultura como produção simbólica, cultura como vetor de cidadania e inclusão social e cultura como economia capaz de produzir riqueza, trabalho e renda.

não constitui objeto de essa pesquisa alcançar um levantamento bibliográfico exaustivo e definitivo sobre cada um desses temas, mas sim, elaborar um recorte de modo a construir um emaranhado teórico de referência, no qual seja possível que os conceitos aqui abordados dialoguem entre si.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos — além da introdução, dos das referências bibliográficas e dos apêndices — no intuito de facilitar a compreensão da pesquisa. A introdução além de apresentar a justificativa da pesquisa, explica a metodologia empregada, incluindo breve explanação teórica da metodologia empregada, estudo de caso, e as técnicas desenvolvidas na pesquisa de campo, como dinâmica lúdica com os alunos e entrevistas semiestruturadas. A metodologia escolhida, estudo de caso, com abordagem qualitativa, é propícia para estudos de um fenômeno amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para suportar a proposição de questões causais e nos casos em que o fenômeno não pode ser estudado fora do contexto onde naturalmente ocorre (Bonoma, 1985). A metodologia do estudo de caso foi trabalhar a perspectiva de patrimônio a partir do sujeito, mais especificamente, crianças entre seis e sete anos. Considerando que o grupo escolhido são crianças, a ludicidade foi elemento-chave para a dinâmica de grupo realizada dentro da sala de aula, com acompanhamento da professora da turma. A ideia foi trabalhar com os alunos a relação deles com o patrimônio sem explicitar, em momento algum, a ideia e os conceitos acerca de patrimônio. Os trabalhos obtidos com a técnica aplicada foram, principalmente, os desenhos dos alunos, cuja análise forneceu subsídios para a pesquisadora apreender a relação deles com esse lugar patrimonializado visto que, para eles, Congonhas é tão somente sua cidade e seu lugar.

O capítulo 2 é dedicado ao referencial teórico que sustenta a argumentação do desse estudo cuja estratégia foi realizar uma retrospectiva histórica do termo desenvolvimento e, nos demais subitens do capítulo, as relações possíveis com turismo, desenvolvimento, patrimônio e educação. Neste trabalho, o conceito de desenvolvimento é entendido como um processo que aumenta as possibilidades de escolha das pessoas, ampliando sua participação no processo democrático e sua habilidade em permitir que as próprias pessoas possam opinar nas decisões que mudam ou interferem em suas vidas e ainda, que possa prover às pessoas condições favoráveis para que elas desenvolvam ao máximo seu potencial (Sen, 2000). Ainda nessa seção, é abordado o tema da educação e da educação patrimonial. São apresentados conceitos da pedagogia, com claro enfoque nas ideias de Paulo Freire (2001), que apresenta a educação como processo de autonomia do indivíduo. Esse capítulo traz ainda definições e

conceitos sobre educação patrimonial. O referencial teórico finaliza com uma abordagem histórica do conceito de patrimônio, incluindo grandes autores sobre o tema como Choay (2006) e organismos internacionais consagrados ao tema do patrimônio, como a UNESCO.

O capítulo 3 é dedicado a apresentar o estudo de caso. O estudo de caso aplicado foi realizado numa escola da rede pública municipal de uma cidade brasileira que abriga um sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO no Brasil. Sobre a origem desse sítio em Congonhas, Minas Gerais, há alguma controvérsia sobre a data do seu surgimento. Xavier da Veiga cita sua criação por Alvará Régio de 03 de abril de 1745. Entretanto, o Cônego Trindade menciona o ano de 1734 e, segundo ele, a freguesia foi elevada à condição de colativa por Alvará de 06 de novembro de 1749<sup>2</sup>. O fato é que essa pequena cidade mineira, do século XVIII, teve sua fundação como decorrência do ciclo da mineração no interior do Brasil. Assim como a história do seu surgimento, a origem do seu patrimônio também remonta ao século XVIII, quando teve início a construção, em razão de como um ex-voto<sup>3</sup> do imigrante português Feliciano Mendes<sup>4</sup>, o que representou uma realização artística única e exemplo excepcional da arquitetura brasileira da época.

O capítulo 4 dedica-se ao relato dos resultados alcançados, por meio da interpretação dos desenhos obtidos no trabalho de dinâmica com as crianças, assim reporta os achados das entrevistas realizadas com as professoras, incluindo as coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas e a diretora da escola escolhida. Ao longo da apresentação dos resultados, tencionou-se realizar diálogo com o referencial teórico apresentando, apontando possíveis convergências e também as divergências, se encontradas.

Por fim, o capítulo 5 traz as considerações finais que refletem sobre o objetivo geral proposto e as conexões com os resultados desta pesquisa. Discorre ainda sobre a adequação do método empregado, os principais resultados, a esperada contribuição para a literatura e para a prática e tenciona ainda apontar para a necessidade de pesquisas futuras na área.

Sobre as fotografias que ilustram essa pesquisa, todas são da autora, registradas em momentos diferentes. Em dezembro de 2015 quando, por motivos de trabalho, a pesquisadora esteve em Congonhas por sete dias para trabalhar na preparação e no evento de inauguração do Museu de Congonhas. Em agosto de 2016, em reunião de trabalho e em maio de 2018, por seis dias, período em que foi realizada a pesquisa de campo presente nesse estudo.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/historia/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

<sup>3</sup> O termo ex-voto advém do substantivo masculino objeto, referindo-se particularmente a quadros ou imagens que são expostos nas igrejas em cumprimento de um voto e que, etimologicamente, tem origem no latim ex voto (Ferguson, 1999).

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/patrimonio-historico/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.



Figura 1- Vista frontal do Adro da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos. Registro em dezembro de 2015.

## 1.2 Justificativa

Este trabalho explora a relação entre patrimônio, especialmente o edificado, e desenvolvimento turístico, por meio da educação patrimonial, em um dos quatro sítios do patrimônio mundial situados em Minas Gerais. É importante que este assunto seja tratado de forma mais minuciosa, posto que o turismo – e o patrimônio percebido como seu insumo – formam um produto típico da fluidez da contemporaneidade (Bauman, 2001; Mowforth;

Munt, 2009), e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento das sociedades é hegemonicamente percebido de forma muito superficial, estática e sem vida (Franklin; Crang, 2001), apenas como agente de expansão de riqueza e renda, mesmo sendo este um seu potencial menor (Moesch, 2004). Mesmo a literatura crítica de turismo, que nasceu precisamente para propor um contraponto aos discursos dominantes de turismo (Ateljevic; Pritchard; Morgan, 2007), acabou focando em aspectos culturais subjetivos (Aitchison, 2006), evitando uma crítica político-econômica mais dura à globalização neoliberal (Bianchi, 2009), que transformou o turismo em uma saída para o crescimento econômico, principalmente dos países que não lideraram a revolução industrial. Assim, este trabalho se justifica por propor um aprofundamento do entendimento de turismo, patrimônio e desenvolvimento, e sua relação com a construção da civilização, e não apenas com o crescimento econômico (Por, 2006).

Do ponto de vista teórico, a literatura tem defendido que o turismo, como atividade intrinsecamente cultural, seria um dos caminhos pelo qual a cultura delinea o desenvolvimento de determinada localidade, por meio de sua atratividade turística. Contudo, o desenvolvimento de um atrativo turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria perigoso afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local (Scótolto, Panosso Netto, 2015).

O discurso homogeneizante calcado na premissa de que turismo traz desenvolvimento, especialmente quando se apresentam os grandes números<sup>5</sup>, também oculta outro lado, o lado humano, das comunidades receptoras da atividade turística, especialmente em como elas têm suas vidas impactadas pela exploração turística e, sobretudo, o que será mais relevante para compreender a que desenvolvimento se refere, se a tão aclamada geração de renda e criação de oportunidades de trabalho proporciona à comunidade uma vida melhor (Butler, 1980), ou apenas reproduz padrões de exploração de grandes corporações do capital em larga e pequena escala, como defendido por Britton (1982).

Já do ponto de vista empírico, os organismos internacionais e os governos de modo geral têm uma perspectiva economicista que se reflete em suas políticas e em seu discurso. As Nações Unidas têm uma agência especialmente dedicada ao turismo, a Organização Mundial

---

<sup>5</sup> 30% dos serviços exportados no mundo, 7% da exportação mundial, 1,5 trilhão de dólares, 1 em cada 11 vaga de trabalho no mundo, 10% do PIB Mundial. Disponível em: <[www2.unwto.org](http://www2.unwto.org)>. Acesso em: 24 ago. 2017.

do Turismo<sup>6</sup> (OMT), que reflete em seus princípios uma visão claramente economicista, qual seja promover o turismo como um facilitador do desenvolvimento inclusivo e sustentável, e oferecer liderança e apoio para que o setor avance com o conhecimento para as políticas públicas de turismo em todo o mundo<sup>7</sup>.

Sob essa perspectiva, de considerar o turismo como um promotor do crescimento econômico, a OMT propõe ainda um código de ética global do turismo<sup>8</sup>, e ainda o turismo como um vetor para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>9</sup>, conforme explicitado nos objetivos<sup>10</sup>: 8- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 12- Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e 14- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Países, estados e municípios têm recorrido ao turismo como estratégia de desenvolvimento, tomando como pressuposto que o turismo possui potencial para retificar desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego e renda (Beni, 2007; Lage; Milone, 2001). Algumas estratégias podem apresentar resultados positivos, enquanto outras podem ser desastrosas e dificilmente reversíveis (Nunes, 2009).

Por isso, a complexidade do turismo em toda sua magnitude deve ser considerada para se apreender o modelo de turismo e desenvolvimento como o paradigma dominante dos estudos de turismo sem, contudo, fazer deste o único paradigma relevante. Por ser dominante, sua premissa apresenta-se como verdadeira e como uma panaceia para resolver os problemas dos países menos desenvolvidos. Este trabalho é importante para desafiar a produção de conhecimento profundamente dominada por um pensamento estático do turismo e do patrimônio, que o vê apenas como potencial para negócios.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www2.unwto.org/en>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

<sup>7</sup> UNWTO. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/who-we-are-0>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

<sup>8</sup> Os 10 princípios cobrem amplamente os componentes econômico, social, cultural e ambiental de viagens e turismo:

**Artigo 1:** Contribuição do turismo para o entendimento mútuo e respeito entre os povos e as sociedades.

**Artigo 2:** Turismo como um veículo para satisfação pessoal e coletiva.

**Artigo 3:** Turismo, fator para o desenvolvimento sustentável.

**Artigo 4:** Turismo como facilitador do patrimônio cultural da humanidade e para seu aperfeiçoamento.

**Artigo 5:** Turismo como uma atividade que beneficia os países receptores e suas comunidades.

**Artigo 6:** Obrigações dos *stakeholders* no desenvolvimento turístico.

**Artigo 7:** Direito ao turismo.

**Artigo 8:** Liberdade aos deslocamentos turísticos.

**Artigo 9:** Direitos dos trabalhadores e empreendedores da indústria do turismo.

**Artigo 10:** Implementação dos princípios do Código de ética global do turismo. UNWTO. Disponível em <<http://ethics.unwto.org/en/content/global-code-ethics-tourism>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

<sup>9</sup> UN. Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

<sup>10</sup> ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.



Todavia, a experiência da exploração turística, que se intensificou fortemente no final do século XX, tem suscitado vozes controversas. Os estudos de turismo crítico trazem essa vertente com clareza e instigam novos olhares sobre o objeto. A literatura sobre desenvolvimento turístico e formulação de políticas públicas tem recebido poucas, mas importantes contribuições nas últimas décadas, cuja maior relevância é justamente desafiar o paradigma de pesquisa antigo centrado apenas nos negócios (Fazito; Scott; Russel, 2016).

A partir do paradigma dominante, e de seus contrapontos, pretende-se mapear o estado da arte do turismo como cenário, onde a preservação do patrimônio edificado e o discurso de desenvolvimento local e regional se entrelaçam, a fim de desvelar o que se mostra uma reprodução de discursos vazios e poucos eficazes, e avaliar se, de fato, o turismo pode ser apresentado como uma proposta de planejamento exequível e que possa fazer a diferença, ao se pensar o desenvolvimento humano da sociedade em questão.

Em relação ao patrimônio edificado, um dos grandes pilares em que se baseia sua promoção é a educação patrimonial, que consiste em um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da sua cultura, em toda sua pluralidade e grandeza (Horta; Grunberg; Monteiro, 2010). O turismo se apresenta, então, como auxiliador no processo de educação patrimonial, o que pode emergir como um potencial seu mais importante do que a geração de renda para o desenvolvimento humano.

Já os órgãos e entidades que tratam de patrimônio, apesar de em determinados documentos entenderam o patrimônio como algo que vai além de um simples insumo para a expansão de renda, no momento de implementação de suas políticas e elaboração de suas diretrizes, vê-se refletida novamente o enfoque direcionado à simples repetição dos valores de modernização e crescimento econômico dos paradigmas dominantes de desenvolvimento.

A literatura sobre patrimônio dá pouca atenção à importância da preservação do patrimônio descolada do viés econômico e, na prática, por vezes associa as duas ações (preservação e ganhos econômicos) como faces de uma mesma moeda. Contudo, a complexidade desse binômio tem-se mostrado mais complexa, e os discursos dominantes e hegemônicos apenas reverberam de forma exaustiva a sustentabilidade do desenvolvimento, sem definir o que se entende por sustentabilidade.

Mebratu (1998) trouxe a sustentabilidade para o centro do debate afirmando que, a despeito de ser um conceito vago e ambíguo, a definição de desenvolvimento sustentável tem sido bastante instrumental ao desenvolver uma visão global sobre nosso planeta, por meio do Relatório “Nosso futuro comum” que de modo bastante sucinto defende que a sustentabilidade é a possibilidade de continuar no processo de desenvolvimento sem, no entanto, comprometer as gerações futuras de conseguirem seu sustento.

Esse estudo é, portanto, relevante ao enfatizar que o turismo já vem sendo entendido de modo mais complexo e tem agregado sofisticação que rejeita o reducionismo da predominante obediência aos valores de mercado, entretanto este estudo crítico tem abordado mais situações subjetivas, faltando críticas político-econômicas mais profundas.

A importância do patrimônio e o que ele agrega à comunidade que o detém é por vezes subestimado, sendo valorizado apenas o seu potencial de expansão da renda e geração de empregos. O patrimônio visto em seu potencial mais rico, como um elemento de memória e pertencimento, difusor do conhecimento para toda a população, por meio da educação patrimonial, e não se restringindo às elites econômicas, tem o poder de agir como um iluminador do nosso passado, que nos permite ampliar o nosso conhecimento sobre nós mesmos, sobre nossa história, de modo que a nossa identidade seja fortalecida e esse sentimento de pertencimento seja relevante no momento de planejar o futuro que se deseja, com participação popular de fato.

Esta pesquisa visa contribuir para lançar um novo olhar sobre as relações que se estabelecem entre a percepção do patrimônio pela população local de uma cidade patrimonializada. Pretende-se, pois, contextualizar a multiplicidade do conceito de patrimônio, as afinidades entre pertencimento e identidade, e ainda, possíveis relações com a valorização e vivência de um turismo ativo, onde o patrimônio é apropriado pelos seus locais, e não algo alheio a sua comunidade.

Todo o apelo estético inerente à representação do patrimônio é também fundamental aos próprios governos, aos propósitos, à imagem da cidade, para trabalhar a representatividade do lugar. A geração de (meios) capacidades (Sen, 2000) precisa ser mais bem considerada e entendida como peça-chave para entender o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento, de acordo com as definições apresentadas e customizadas na presente pesquisa.

Para Costa (2017), o conceito patrimonialização global é uma generalização necessária ao entendimento da resignificação dos lugares da memória e da natureza, por meio da leitura dialética do espaço geográfico e do fato urbano, além de ser produto e produtor de uma era

em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para acolher interesses particulares e, por vezes, estranhos ao próprio lugar. Nessa perspectiva, Costa propõe realocar a universalidade do patrimônio posicionando sua leitura a partir do sujeito sem, contudo, negar a existência do que ele chamou de “acervo”, o lugar, acrescentado da memória do sujeito, trazendo assim a possibilidade de “novos roteiros patrimoniais utópicos”.

A presente pesquisa, ao trabalhar com crianças de ensino fundamental (entre seis e sete anos) em uma cidade patrimonializada – Congonhas, MG – pretende trabalhar umas das possibilidades abertas por Costa (2017) quanto à proposição da ativação popular do patrimônio-territorial. Por meio de atividades lúdicas, objetivou-se captar o “verdadeiro” patrimônio daquelas crianças que vivem em um lugar patrimonializado. O resultado traz achados surpreendentes, desvelando lugares e objetos com valor patrimonial, por vezes, coincidentes com o patrimônio universalizado.

### **1.3 Aspectos Metodológicos**

Esta pesquisa pretende explorar, por meio de estudo de caso, a percepção do patrimônio a partir do indivíduo – com grupo focal de crianças entre seis e sete anos, do 2º ano do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal de Congonhas, MG – considerando a perspectiva libertadora do desenvolvimento, e suas implicações, na cultura, no turismo e na educação patrimonial.

A estratégia escolhida para responder ao problema de pesquisa foi um estudo de caso, privilegiando as relações que o patrimônio favorece, em prol do desenvolvimento como expansão das liberdades individuais substantivas, de ampliação dos meios para atingimento dos fins. O estudo de caso único proporciona aprofundar o entendimento de um processo social contextualizado (Flyvbjerg, 2001), de forma a incorporar aspectos subjetivos e ouvir as vozes normalmente negligenciadas pelas metodologias tradicionais de pesquisa social (Santos, 2002). É também um método abrangente que permite chegar a generalizações amplas baseadas em evidências, o que facilita a compreensão da realidade (Oliveira, 2016). A abordagem é qualitativa, para tentar explicar em profundidade o significado e as características dos resultados obtidos por meio de entrevistas estruturadas, sem a necessidade de mensurações e quantificações.

Para construir o referencial teórico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o fito de apresentar o estado da arte sobre os temas principais abordados por essa pesquisa. Nesse

sentido, buscou-se trabalhos científicos já realizados sobre os temas abordados e revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, incluindo publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos em sua maioria disponibilizados na internet, com livre acesso. Esse levantamento é importante, tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (Luna, 1999). Para a descrição do caso, dados secundários foram colhidos, especialmente de renda *per capita*, fluxo turístico, e dados socioeconômicos do local, especialmente fontes de dados oficiais disponibilizadas, entre outros: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DATASUS, dados oficiais da Prefeitura Municipal de Congonhas.

A pesquisa de campo idealizada para esse estudo envolve crianças de 2º ano de ensino fundamental da Escola Municipal Oscar Weinschenck (E.M.O.W). A intenção foi trabalhar com uma escola da rede pública, de nível fundamental, com crianças entre seis e sete anos de idade. Essa intencionalidade relaciona-se ao período atribuído pelos educadores como a formação da personalidade do indivíduo. Para fins metodológicos, adota-se a classificação adotada pelo Brasil, onde a educação infantil acontece com crianças de zero a seis anos e o ensino fundamental a partir dos sete anos. Duarte (2013), com base em Vygotsky, ressalta que o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos está condicionado pelo desenvolvimento da sociedade da qual ele faz parte, uma vez que o psiquismo humano é histórico e social. O fato do sujeito se apropriar da cultura de forma ativa atribui ao processo educativo uma importância fundamental: a ampliação do capital cultural, efetivada na escola, sofisticando as formas de compreensão dos sujeitos sobre a sociedade e sobre si mesmos, possibilitando a transformação qualitativa da sua consciência e, com ela, de suas formas de atuação e da personalidade (Bissoli, 2014).

A metodologia proposta consiste em trabalhar com os estudantes, por meio de uma dinâmica baseada no diálogo, mantendo uma horizontalidade entre pesquisadora e alunos, e um esforço especial de adequação da linguagem, para que a comunicação tenha maior fluidez e seja mantida a naturalidade das crianças.

Ainda foram colhidos dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador fica atento para conduzir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a

recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (Boni; Quaresma, 2005).

A metodologia proposta foi apresentada à Secretaria Municipal de Educação de Congonhas, incluindo a Secretária de Educação, Maria Aparecida Rodrigues, juntamente com a Diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Sra. Rosilene Pereira de Sousa Junqueira e com a Diretora de Educação para o Trabalho, Sra. Kátia das Graças Souza, que se estabeleceram como principal canal de interlocução entre a pesquisadora e a E.M.O.W, na qual se realizou a pesquisa. As representantes da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas pediram a essa pesquisadora um planejamento/cronograma (Apêndice IV) detalhado da pesquisa de campo, que foi incorporado aos anexos.

Todas as entrevistas com os alunos e professores foram realizadas durante viagem da pesquisadora realizada para Congonhas, MG, durante turno matutino e vespertino, no período de 21 a 23 de maio de 2018, nas dependências da escola. Ao todo foram 26 alunos, três professoras e a diretora da E.M.O.W. Em função de a pesquisadora desenvolver suas atividades laborais em tempo integral, onde reside, em Brasília-DF, as atividades de campo precisaram ser condensadas. A técnica de entrevista semiestruturada, conforme utilizada nessa pesquisa, foi de fundamental importância para a realização deste trabalho, pois, essa técnica permite extrair fragmentos de falas e impressões que se constituem na mais genuína representação de como alunos e professores interagem e compreendem o patrimônio histórico e cultural que os rodeiam.

A metodologia proposta para este trabalho de pesquisa buscou, também, promover a interação, por meio de uma oficina lúdica<sup>11</sup>, com alunos do 2º ano do ensino fundamental da E.M.O.W, localizada no Bairro da Matriz, em Congonhas, Minas Gerais. Segundo orientação da diretora, prof.<sup>a</sup> Helen Leite, os pais ou responsáveis – das crianças relacionadas e citadas por essa pesquisadora – assinam no ato da matrícula um termo de autorização que autoriza o uso de imagens e depoimentos, exclusivamente para fins de divulgação das ações da escola e/ou pesquisas educacionais. Desse modo, não se fez necessário coleta de termo de consentimento individual assinado pelos pais individualmente, para a realização dessa

---

<sup>11</sup> A oficina lúdica consistiu em uma dinâmica de grupo da pesquisadora com os alunos da turma indicada pela direção da E.M.O.W, com o acompanhamento da professora responsável pela turma. Ao final da atividade, que teve duração de duas horas e meia, os alunos prepararam um desenho representativo do lugar mais significativo para cada um deles em Congonhas. A análise desses desenhos teve por objetivo captar a percepção de patrimônio do grupo envolvido, de forma subliminar.

pesquisa. O roteiro das entrevistas e da dinâmica conduzida com a turma pode ser encontrado no Apêndice IV e foram realizadas na própria sala de aula, com a presença da prof.<sup>a</sup> da turma, Eliana Vasconcelos. As próximas seções apresentam os resultados da coleta e análise dos dados.

## 1.4 Objetivos

### 1.4.1 Objetivo Geral

Compreender o potencial e o uso atual de parte do patrimônio edificado de Congonhas, Minas Gerais, para a educação patrimonial e promoção do desenvolvimento turístico como liberdade consciente.

### 1.4.2 Objetivos Específicos

- Definir, a partir da literatura crítica, a relação entre patrimônio e desenvolvimento turístico;
- Analisar a influência do patrimônio edificado de Congonhas (figura 2) no desenvolvimento humano de crianças da Escola Municipal Oscar Weinschenck.
- Avaliar o potencial da educação patrimonial no desenvolvimento como liberdade consciente em Congonhas.



Figura 2- Vista da Capela Passo da Ceia. Registro em dezembro de 2015.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O problema de pesquisa apresentado no capítulo anterior possui três temas-chave que precisam de aprofundamento e delimitação teórica: desenvolvimento humano e sua relação com o turismo e o patrimônio. Assim, este capítulo tem o objetivo de descrever o marco teórico que guiará a pesquisa.

### 2.1 Breve perspectiva histórica do desenvolvimento a partir do século XX

Essa pesquisa parte do pressuposto de que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Considerando os diversos contornos existentes acerca da ideia de desenvolvimento, a única certeza amplamente aceita é de que não existe uma definição única sobre o que seja, de fato, o desenvolvimento. Em nenhum campo do conhecimento científico esse termo foi ainda satisfatoriamente definido (Barbosa, Gontijo, 2012).

O conceito de desenvolvimento é, portanto, amplo e múltiplo e, desse modo, faz-se necessário apresentar mais de uma acepção, para enriquecer a discussão. Desenvolvimento é um conceito-chave para essa pesquisa e, destarte, um apanhado histórico, será desenvolvido de modo a fundamentar a discussão acerca de turismo, desenvolvimento e patrimônio.

Até a revolução industrial, o desenvolvimento das sociedades era visto como processo natural, que remetia à simples passagem do tempo. Foi a partir desse momento, que o homem percebeu que poderia interferir de modo mais incisivo no curso da história, aumentando exponencialmente a produtividade, e acelerando o processo de desenvolvimento das sociedades. Simultaneamente, o desenvolvimento também é definido como o meio para prover as metas de desenvolvimento de uma nação e de promover seu crescimento econômico, a equidade e autoconfiança da nação (Cowen; Shenton, 1996).

Os estudos mais contundentes sobre desenvolvimento tomaram corpo após a Segunda Guerra Mundial e, segundo Telfer (2014), quatro paradigmas foram identificados, quais sejam: modernização, dependência, neoliberalismo econômico e o desenvolvimento alternativo.

A modernização surgiu com o Plano Marshall<sup>12</sup> de reconstrução da Europa arrasada pela Segunda Grande Guerra, com apoio dos Estados Unidos. Esse esforço de reconstrução aos países aliados era parte da estratégia de fortalecimento do capitalismo, que sofria fortes ameaças do modelo soviético socialista que prosperava na Rússia e ganhava aos poucos aliados na Europa Oriental e América Latina. Várias premissas eram tidas como absolutas, como a supremacia do capitalismo como modo de produção, o modo de pensar ocidental (cultura e valores) e ainda a linearidade do processo (Rostow, 1960), como um todo. Em linhas gerais, a modernização foi definida como o processo de desenvolvimento pelo qual passaram os Estados Unidos e a Europa, onde houve a passagem do rural para o urbano, do agrícola para o industrial, em que a acumulação de capital é central, enfim: a perspectiva de se alcançar o moderno (bom/desenvolvido), em detrimento do tradicional (antigo/subdesenvolvido), conforme a ideia de desenvolvimento com o progresso econômico linear.

A resistência ao paradigma dominante da modernização também nasce no período pós-guerra, com os teóricos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU), como Raul Prebisch e Celso Furtado. Sua argumentação sugere que esse caminho que os países trilharam não deveria mais existir como alternativa para os países menos desenvolvidos. Segundo Campaña,

*La postura de la CEPAL se basó en que la teoría económica puesta en práctica hasta la fecha en los países subdesarrollados era incapaz de abordar los problemas del subdesarrollo. El estudio y la posterior comprensión del subdesarrollo requiere un enfoque estructuralista; es decir, una apreciación que incluya las situaciones históricas y la realidad nacional de cada país. La CEPAL propuso que América Latina se industrializara a través de una estrategia conocida como sustitución de importaciones. Esta estrategia comprendía la instalación de industrias nacionales que fuesen capaces de satisfacer la demanda de importaciones (Campaña, 1992, p.7).*

Além disso, a divisão internacional do trabalho perpetua os termos centro-periferia: os países centrais recebem matéria-prima dos países periféricos, transformam, agregam valor e vendem muitas vezes a esses mesmo países, fazendo ganhos exponenciais. Para R. Prebisch (1986), o sistema centro-periferia seria a base teórica sobre os problemas do desenvolvimento. Sobre essa base, buscaria os meios para atingir seus objetivos, quais sejam: industrialização (por meio do processo de substituição das importações), o comércio internacional (multilateralismo e garantia de melhores condições de troca dos países periféricos) e a Teoria

---

<sup>12</sup> Especialmente com o ponto 4 do discurso do Presidente Henry Truman que, em linhas gerais, traça um plano de ação *Point Four Background and Program (International Technical Cooperation Act of 1949)*, jul. 1949.



da Transformação que buscava novas formas de acumulação e distribuição de renda (Couto, 2007).

Os argumentos antimodernização iniciados pela CEPAL dão origem à Teoria da Dependência. O paradigma da dependência surgiu na década de 1960 como uma crítica ao paradigma da modernização, e infere que o padrão de desenvolvimento dos países desenvolvidos se deu por meio de brutal exploração e conquista dos países coloniais, tanto de seus recursos naturais como sua mão de obra. A novidade da Teoria da Dependência na literatura se dá basicamente por duas razões, segundo Bresser-Pereira (2005): o atraso dos países subdesenvolvidos não está apenas na relação de exploração acima descrita, mas na incapacidade das elites locais em formularem políticas em defesa dos interesses nacionais; em segundo lugar, a teoria da dependência (associada a teoria nacional-dependente<sup>13</sup>) afirma que a teoria do imperialismo se equivoca ao propor que o centro seria contrário à industrialização do centro. As grandes corporações internacionais não impedem a industrialização, mas a condicionam ao promoverem a concentração de renda da classe média e estimularem governos autoritários nesses países periféricos.

Para Furtado (1996), o desenvolvimento econômico é na verdade um mito. Em sua obra, concebida no início da década de 1970, e ainda sob o impacto do primeiro choque do petróleo, Furtado discutiu o sentido desse termo e alertou para a falácia que a este subjaz. A expansão e homogeneização dos padrões de consumo dos países que lideraram a Revolução Industrial para a periferia criam um distanciamento ainda maior da minoria privilegiada (elites) em relação à população. Dessa assertiva decorrem inúmeras considerações como, por exemplo, a hipótese segundo a qual os “atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária”.

Furtado (1996) traz ainda em sua obra um dado interessante: a população do mundo nos anos 1970 é de 2,5 bilhões de indivíduos e, desse total, 800 milhões vivem no centro e 1,7 bilhão na periferia. Hoje, em meados da segunda década do segundo milênio, o número se mostra assustador: em pouco mais de quarenta anos a população mundial chegou a 7,43 bilhões em 2016; desse total, 1,25 bilhão em países desenvolvidos (*more developed*), e 6,17 bilhões nos países em desenvolvimento (*less developed*) e 0,77 nos países menos desenvolvidos (*least developed*), ou, na terminologia do Fundo de População das Nações

---

<sup>13</sup> Para Bresser-Pereira (2005) a teoria nacional-dependente embora tenha diversos pontos em comum com a da dependência associada, distingue-se dela por negar a premissa principal: a impossibilidade de existir uma burguesia nacional, ou, mais amplamente, de elites nacionais.

Unidas, países “periféricos”<sup>14</sup>. Vê-se, ainda, que o desenvolvimento continua a permear e categorizar os países ao redor do mundo.

Furtado concluiu em 1971 que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria, além de representar um modelo que depreda o mundo físico e leva ao colapso de toda civilização, pondo em risco a própria existência humana. Desse modo, a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito que permite desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

O terceiro paradigma a ser apresentado é o neoliberalismo econômico, que surge com força no início dos anos 1970, com o primeiro choque do petróleo, e de certo modo, como reação às políticas adotadas por alguns países imbuídos das ideias de espírito dependentista. Inspirado nos conceitos de Adam Smith e David Ricardo, o livre mercado é novamente reverenciado como a forma mais adequada de desenvolvimento, com a teoria das vantagens comparativas e o envolvimento mínimo do Estado no mercado. Sobre a teoria das vantagens comparativas, Gontijo ressalta que:

O grande mérito de Ricardo foi o de apresentar uma teoria do comércio internacional — baseada no “princípio das vantagens comparativas” — que aparentemente solucionava os problemas apresentados pela abordagem smithiana, fornecendo um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos e uma demonstração de que todos os países, independente da estrutura de custos de sua economia, ganhariam com o livre comércio (Gontijo, 2007, p. 416).

Desse modo, os países menos desenvolvidos deveriam receber investidores internacionais para abrir seus mercados, para que assim pudessem “prosperar”. A perspectiva neoliberal posiciona o desenvolvimento como crescimento econômico por meio de reformas estruturais que promovam a desregulação, a liberalização e a privatização, ocasionando a diminuição do papel do Estado e colocando o mercado como o principal agente, uma vez que ele é entendido como mecanismo autorregulado. O atendimento dos mecanismos de mercado é assim apresentado como elemento central para o desenvolvimento, no sentido de que a própria ideia de desenvolvimento está associada ao crescimento econômico e ao atendimento dos seus imperativos (Oliveira, Lúcio, 2016).

Na esteira neoliberal, a partir dos anos 1970, as profundas modificações nas relações produtivas alteram a vida social no seu conjunto. O tempo histórico se acelera e causa

---

<sup>14</sup> UNFPA. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/data/world-population-dashboard>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

impacto nas estruturas societárias vigentes e na geo-história dos povos. A economia, a política, as formas de pensamento são afetadas por grandes mudanças trazidas pela globalização (Martins, 2011).

Para Castells (2003), globalização é a causa da crescente polarização e exclusão social. A globalização aumentou a capacidade do capitalismo de produzir desigualdades que são um dos grandes desafios da contemporaneidade. Assim, a globalização neoliberal tem produzido desigualdades e destruição ambiental sem precedentes (Fazito, 2015).

Para responder a esse desafio ambiental, surge o paradigma do desenvolvimento sustentável, que tem como foco as pessoas e está amplamente ligado à Agenda 21: “sustentabilidade significa atingir as necessidades dos seres humanos hoje, sem comprometermos a capacidades de que no futuro, nossos pares também o façam” (Brundtland, 1987). O grande desafio desse paradigma é o de aproximar as pessoas do processo político-decisório, de modo que as políticas de desenvolvimento sejam de fato efetivas. Contudo, a fragmentação do discurso ambiental é nítida. Seu conceito vago e impreciso leva a um tipo de consenso no sistema político que não se mostra operacional (Mebratu, 1998). Por não ser nada operacional, mas confuso e contraditório, Fazito conclui que esse conceito falhou na tentativa de propor uma alternativa ao discurso dominante da modernização, e que fomentou um discurso de desenvolvimento como expansão do consumo, tal qual a modernização o faz, porém perigosamente disfarçado de discurso alternativo (Fazito, 2015).

Entre as formas alternativas de desenvolvimento, a que mais obteve sucesso junto ao público em nível global foi o desenvolvimento sustentável. Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são relativamente recentes e datam da década de 1980, tendo surgido em um relatório lançado pelo Comitê Mundial pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento, financiado pelas Nações Unidas, intitulado “Nosso Futuro Comum”. Alguns fundamentos, como a capacidade de viver em harmonia (natureza e sociedade) e competência de suprir as nossas necessidades de hoje sem, contudo, comprometer as gerações futuras de conseguirem suprir as delas, foi se consolidando como o conceito de desenvolvimento sustentável. Especial atenção foi dada ao termo “necessidades”, com ênfase nos países menos desenvolvidos, e a questão da tecnologia e das organizações dos Estados, das diferentes formas que podem afetar os países do mundo. Com o passar do tempo, e com a comprovação da comunidade científica de que o modelo adotado realmente se mostrara

insustentável, três principais correntes surgiram: versão institucional que reconhece que o crescimento econômico e a proteção ambiental estão ligados e seria possível maximizar os ganhos de produtividade, utilizando ferramentas ecoeficientes; versão ideológica, especialmente o ecofeminismo; e a versão acadêmica que tem como um de seus eixos avaliar o meio ambiente como uma *commodity* que possa ser analisada como qualquer outra (Mebratu, 1998).

O maior problema do conceito de sustentabilidade, em grande parte da literatura, é que parte de certo reducionismo onde até mesmo a comunidade científica parece patinar em entendimento e em trazer soluções possíveis para a crise ambiental. A habilidade de usar as palavras certas para a audiência certa conseguiu ressoar princípios universais em prol do sustentável, mesmo que seu discurso seja vazio quando confrontado com alguma perspectiva menos vaga e mais factível.

A modernização tem sido desde sempre o paradigma hegemônico dos estudos de turismo, especialmente nos países em desenvolvimento, os quais atribuem que o turismo deve ser uma estratégia a ser adotada como uma forma de transferir tecnologia, aumentar emprego, gerar renda, aumentar o intercâmbio internacional (atrair investimentos internacionais) além de transformar sociedades rurais em sociedades modernas. Para Molina, por exemplo, a atividade turística proporciona benefícios nas localidades onde é desenvolvida tais como: a geração de divisas; criação de empregos e recolocação de pessoas no mercado de trabalho, além de favorecer distribuição de renda, por meio da multiplicação da economia e o resgate e a conservação de fatos históricos (Molina, 2003).

O viés analítico ao qual essa pesquisa pretende inclinar-se considera o desenvolvimento um processo cuja amplitude rejeita a simplicidade de crer que desenvolvimento corresponde simplesmente ao simples incremento de renda. De nada, pois, serve a qualquer comunidade que seja, que o seu PIB cresça satisfatoriamente sem que esteja devidamente acompanhado de políticas públicas de inclusão social, distribuição de renda, e ampliação a seus cidadãos de serviços básicos de padrões mínimos de qualidade de saúde, educação e segurança. Um país que se “desenvolve” a serviço do capital e à custa de uma crescente concentração de renda nas mãos de poucos está fadado a convulsões sociais de toda ordem, pobreza e miséria. Nem o turismo, nem qualquer outra possibilidade vislumbrada faz sentido nesse cenário, de não ampliação das capacidades dos indivíduos, de modo que eles possam ser atuantes de fato em qualquer processo dinâmico, e não meros coadjuvantes marginais. Mesmo os processos

participativos sugeridos pelos organismos internacionais não conseguem atingir um envolvimento franco, profundo e crítico dos atores envolvidos que, de fato, não chegam a se tornar agentes do processo de desenvolvimento, não chegam a ter a capacidade de compreender o contexto em que estão inseridos e governar o processo de desenvolvimento de suas comunidades.

Em um período de cinquenta anos, o conceito de desenvolvimento evoluiu de um processo destinado a alcançar o crescimento econômico de países para uma ação rumo ao desenvolvimento humano, ou seja, um processo para expandir as oportunidades individuais. As pessoas tornam-se o centro do interesse de estudiosos e a ideia de autonomia, em particular, torna-se o objetivo fundamental do desenvolvimento (Faria, 2012).

Considerando ser o desenvolvimento o mote principal no qual o presente estudo se ampara, sendo o patrimônio e o turismo seus elementos motivadores, faz-se necessário realçar a que tipo de desenvolvimento essa pesquisa se refere. Entre as possibilidades apresentadas na revisão literária, a perspectiva liberal de Sen (2000) mostra-se o conceito normativo de desenvolvimento mais completo. A principal característica da *capability approach* é buscar a igualdade, não de renda ou de alguma utilidade, mas das capacidades de fazer e ser, ou seja, dos sujeitos levarem a vida que preferem. Essa abordagem contrasta claramente com abordagens filosóficas que se concentram na felicidade das pessoas ou na completude dos seus desejos, ou em teorias que focam no aumento da renda, nos gastos, no consumo ou no atingimento das necessidades básicas. Assim, uma política de desenvolvimento focada na possibilidade de escolha das pessoas marca uma profunda diferença teórica e assinala a divergência em relação a políticas forjadas sob as perspectivas neoliberais e utilitaristas (Robeyns, 2006).

Desse modo, a liberdade é central para o desenvolvimento, especialmente, por duas razões: a avaliativa (produção de indicadores voltados à liberdade das pessoas, em vez de renda) e a eficácia (realização do desenvolvimento depende da livre condição de agente das pessoas). Sen defende que sua abordagem é uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais dos indivíduos, sendo essa expansão tanto o fim primordial, quanto o principal meio do desenvolvimento. De modo sucinto, o

desenvolvimento incide em banir as privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas exercerem sua condição de agente<sup>15</sup> (Sen, 2010).

Essa pesquisa pretende, pois, enxergar e observar de modo empírico, o processo de desenvolvimento que contempla o indivíduo, que tem Sen (2000) como referência, e observar a convergência com o pensamento de Paulo Freire (2001) para quem o desenvolvimento do indivíduo necessariamente associa a aquisição de uma consciência crítica e cidadã, ao processo seu próprio processo cognoscente. Desse modo, pensar o conceito de desenvolvimento como liberdade deve passar pela capacidade dos sujeitos de criticar os discursos dominantes de desenvolvimento e resistir à opressão (Fazito; Rodrigues; Nascimento, 2017).

## **2.2 Entendendo o desenvolvimento turístico**

O estudo do turismo como campo do conhecimento constitui matéria recente e só aprofundada a partir do final do século XX. Contudo, a relativa incipiência do turismo como campo científico abre espaço para um amplo espectro de pesquisadores e estudiosos tecerem os mais diversos – às vezes discordantes – aprofundamentos epistemológicos sobre o tema. Não se pretende, nesta pesquisa, exaurir o debate sobre a definição de turismo, mas apenas localizar seu objeto no campo acadêmico, segundo seus principais autores. O estudo de turismo e desenvolvimento aqui proposto seguirá os quatro paradigmas apresentados na seção anterior: modernização, dependência, neoliberalismo econômico e desenvolvimento alternativo.

Os estudos de turismo são sobremaneira polarizados por campos teóricos distintos que refletem as linhas acima apresentadas. Segundo Moesch (2004), o turismo pode ser visto como um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõe o deslocamento do sujeito, em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, mas é também facilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, e explicitador de uma estética diante da busca do prazer.

Para Molina (2000), a busca por uma definição de turismo se revela um esforço em aproximar-se de sua compreensão a partir de diferentes campos do conhecimento científico. Para Beni (2007), o turismo tem tantas definições quanto tem autores que falam a seu

---

<sup>15</sup> O agente para Sen (2001) é aquele que age, provoca mudanças e suas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos.

respeito, e o movimento crescente do número de pesquisadores que ingressam nesse campo de pesquisa demonstra a amplitude e extensão do fenômeno do turismo, mostrando-se insuficientes as definições já apresentadas. Portanto, para o autor, entender o turismo faz-se possível por meio de um modelo referencial que utiliza a noção de sistema no qual os movimentos e as inter-relações das funções turísticas se processam com os componentes do sistema construído.

Molina (2000) endossa o entendimento do turismo como um sistema, um fenômeno e também uma indústria. Produto de civilização pós-industrial, o modelo de indústria turística surgiu como resposta para satisfazer as demandas do tempo livre remunerado, outrora inexistente. A indústria turística não se desvencilha de sua finalidade financeira, proporcionada pela rentabilidade do capital, deixando, em segundo plano, as questões econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais e psicológicas, sendo todas essas de notável relação com o fenômeno turístico.

Segundo a teoria do processo de modernização — entendido como o processo de desenvolvimento pelo qual passaram os Estados Unidos e a Europa, onde houve a passagem do rural para o urbano, do agrícola para o industrial, e onde o capital tem importante papel — há cinco etapas no processo de desenvolvimento econômico, quais sejam: sociedade tradicional, as condições para “decolar”, a “decolagem”, “o caminho para a maturidade”, a “era do consumo de massa” (Rostow, 1960). Essa linearidade do processo desenvolvimento encontra eco nos estudos do turismo, como por exemplo, na ideia do Ciclo de Evolução de uma Área Turística, que compreende exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento (Butler, 1980). Butler sugere que o caminho para o desenvolvimento pode ser visto como não renovável, e quando seu consumo se estagna, são necessárias ações inovadoras para evitar que o seu declínio, de modo que o produto turístico seja “rejuvenescido”.

A mudança do pensamento sobre o turismo trouxe contribuição para o entendimento sobre desenvolvimento e tem alguns pontos em comum com a construção do próprio conceito de desenvolvimento. Assim como o turismo, o desenvolvimento começou a aparecer mais fortemente na literatura após a Segunda Guerra Mundial, e tornou-se área de interesse de diversos pesquisadores em diferentes partes do mundo e temas de debate e pesquisa em organizações multilaterais como a ONU (Faria, 2012) que atribui ao turismo papel de peça-chave para o progresso socioeconômico<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Por vezes, o turismo pode reproduz padrões de exploração de grandes corporações do capital em larga e pequena escala, como defendido por Britton (1982). Isso se deve ao fato de que os detentores de capital e as grandes corporações, ao fazerem massivos investimentos em determinada localidade, perpetuam a concentração do capital, pois os lucros se mantêm, em grande parte, restritos ao investidor. Os trabalhadores continuam sendo pagos (e explorados) a serviço do grande capital.

Se essa situação ocorre, por exemplo, em cidades patrimonializadas, inúmeras consequências podem ocorrer, entre as mais nefastas o processo de gentrificação, que afasta do espaço turístico as suas populações locais. Esse afastamento é decorrente de um processo de mudança socioespacial, no qual a reabilitação de imóveis residenciais ou mesmo comerciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de comércio popular atrai a fixação de novos moradores/ investidores mais abastados, levando ao deslocamento de ex-residentes que não podem mais pagar o aumento dos custos de moradia que são inflacionados pela nova configuração do espaço (Pacione, 2001 apud Mendes, 2014).

Para os neoliberais, o turismo é uma indústria, com grande potencial exportador de serviços e gerador de oportunidades de emprego e renda para os países menos desenvolvidos. Quanto às teorias alternativas, há forte correntes que defendem o turismo sustentável<sup>17</sup> e demais vertentes como: ecoturismo, turismo verde e o turismo comunitário. Essas vias alternativas posicionam o turismo para o desenvolvimento humano e /ou sustentável, onde a diretriz principal é o empoderamento da população e preservação ambiental (Faria, 2012).

Fechando o leque das vertentes, o desenvolvimento humano de Sen (2000), se baseia na ampliação das capacidades individuais, ou seja, percebe o desenvolvimento como aumento das possibilidades de escolhas dos indivíduos (meios) para o atingimento de seus objetivos (fins). A geração de renda e o incremento do PIB *per capita* mostram-se, portanto, insuficientes para mensurar o desenvolvimento humano. O papel do turismo neste conceito seria o de representar uma capacidade (meio) a mais, colocada ao alcance dos indivíduos em seu processo de desenvolvimento. Ciente de que a capacidade do turismo para influenciar o desenvolvimento de um lugar é acentuada pelo modo que se planeja para alcançar objetivos de desenvolvimento definidos pelas pessoas que vivem neste destino (Gascón; Sharpley apud Faria, 2012), essa pesquisa entende a relação entre turismo e desenvolvimento como as peças-chave do processo, sublinhando, sobretudo, o papel preponderante do indivíduo como ponto de partida do planejamento e das ações que venham a se tornar políticas públicas.

---

<sup>17</sup> UNESCO e OMT são as principais agências das Nações Unidas que lideram essas correntes em seus programas e as integram na defesa da preservação patrimonial.



Se o indivíduo fosse realmente o ponto de partida do planejamento turístico, a cidade que abrigasse um atrativo turístico, especialmente o cultural, deveria ter como ponto de partida o objetivo de atender com plenitude às demandas da sua população local, mesmo as mais básicas como habitação, saúde, educação, transportes e lazer, para então também oferecer lazer e prazer aos seus visitantes, por meio de infraestrutura adequada para o acolhimento e a satisfação dos turistas.

O papel do turismo neste conceito de desenvolvimento, então, seria o de contribuir para a expansão da conscientização, da autonomia e, por conseguinte, das liberdades individuais substantivas que possibilitam aos sujeitos exercerem cidadania, governarem as ações de construção das próprias sociedades (Fazito; Rodrigues; Nascimento, 2017). O patrimônio tem papel primordial nesse processo, conforme explora a próxima seção.

A contribuição do turismo ao desenvolvimento vai depender de onde se quer chegar, isto é, a um crescimento econômico tradicional, medido através de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo, ou a um desenvolvimento mais humano, com oportunidades para faixas mais amplas da população, empoderamento e proteção ambiental (Faria, 2012).

### **2.3 Possíveis relações entre patrimônio, turismo e desenvolvimento**

O Programa da UNESCO<sup>18</sup> Patrimônio Mundial e Turismo Sustentável em linhas gerais insiste que o sucesso para a preservação do patrimônio mundial passa por uma gestão participativa, que envolva variados *stakeholders* (público, privado e comunidades) que amplie progressivamente a consciência coletiva da relevância daquele patrimônio e de seu respectivo valor excepcional universal.

Para discorrer sobre patrimônio, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Conforme afirma Silva (2000), o conceito de patrimônio refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras. Ainda que essa definição não tenha perdido a validade, não podemos entender o patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. O patrimônio não é só o que é herdado, mas é fruto de uma seleção consciente, o que determinado grupo da população deseja legar ao futuro. Há, portanto, uma escolha cultural subjacente sobre o que legar como patrimônio cultural a gerações futuras. Patrimônio passa, assim, a ser visto como construção social, cujo pilar baseia-se na mundialização dos

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/tourism>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

valores e referências ocidentais que contribuíram para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais (Choay, 2006).

A Organização Mundial do Turismo tem como um de seus temas-chave (*key issues*) o programa “Turismo e Desenvolvimento Sustentável”<sup>19</sup>, que aponta o turismo como o grande potencial para avançar na agenda 2030 e com o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>20</sup>. Sendo 17 os ODSs, vale ressaltar que o turismo se encontra como meta explicitado em somente dois objetivos, quais sejam<sup>21</sup>: 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais; 14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo. Mesmo sabendo que os ODS constituem uma agenda a ser perseguida, vale mencionar que não são encontrados facilmente indicadores que subjazem às metas, de modo que fica difícil compreender como se esperar o seu atingimento.

A respeito dos ODS, em 25 de setembro de 2016, intelectuais de renome mundial, como – Noam Chomsky, MIT, Thomas Pogge, Universidade de Yale, Naomi Klein, escritora e ativista – entre outros, lançaram uma carta aberta às Nações Unidas<sup>22</sup> com severas críticas ao documento, alertando que este não representa os interesses da maioria, especialmente aqueles que são explorados e oprimidos pela corrente ordem política e econômica. As críticas são dirigidas especialmente às questões de desigualdade de renda e à finitude dos recursos naturais. Os intelectuais, em um breve escrito, argumentam que as proposições das ONU são irreais e apenas transferem os problemas atuais para gerações futuras.

Tendo o turismo essa potencialidade diferenciada (refletida em grandes números, quais sejam 7% das exportações mundiais e 10% do PIB mundial e um entre onze dos postos de trabalho<sup>23</sup>), frente aos demais recursos, a ONU elegeu 2017 como o Ano Internacional do

---

<sup>19</sup> Disponível em: <[www.sdt.unwto.org](http://www.sdt.unwto.org)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

<sup>20</sup> A agenda 2030 foi definida pela ONU e trouxe os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que substituíram os ODM que estiveram vigentes até 2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/meta.php?ods=12>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com/alnoor-ladha/an-open-letter-to-the-uni\\_2\\_b\\_8197178.html](https://www.huffingtonpost.com/alnoor-ladha/an-open-letter-to-the-uni_2_b_8197178.html)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

<sup>23</sup> Disponível em: <[www.media.unwto.org](http://www.media.unwto.org)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

Turismo Sustentável para o Desenvolvimento cujas principais ações estarão pautadas em cinco principais áreas:

1. Crescimento econômico inclusivo e sustentável;
2. Inclusão social, empregabilidade e redução de pobreza,
3. Eficiência de recursos, proteção do meio ambiente e mudanças climáticas,
4. Valores culturais, diversidade e patrimônio,
5. Entendimento mútuo, paz e segurança.

A despeito de não haver maiores informações sobre como a OMT pretende alcançar essas ações, percebe-se que esse discurso entende o turismo como fenômeno econômico e social e, portanto, com grande potencial transformador. Essa mesma crítica já se encontra refletida quando acima se mencionou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas às quais se relaciona o turismo de forma direta.

A UNESCO lançou em 2006 uma publicação intitulada “Cultura, turismo e desenvolvimento”<sup>24</sup>, que posiciona a cultura como motor propulsor do desenvolvimento. Em linhas gerais, a organização defende que o turismo possibilita que as culturas se expressem e se façam reconhecidas, e assim, promovam um diálogo intercultural onde não haja valorização de uma cultura sobre a outra, mas sim mútuo entendimento. O turismo seria, pois, o verdadeiro possibilitador da compreensão e da vivência do que seria diversidade cultural<sup>25</sup>, ao permitir reconhecer no outro o não “eu”. Esse aspecto explicita um potencial do turismo que vai além da simples expansão de riqueza e renda, entretanto, dada a falta de indicadores e mecanismos de controle, permanece apenas como retórica de desenvolvimento, e não prática.

Se por um lado, o reconhecimento da UNESCO como bem de valor excepcional gera expectativas imediatas de incremento de interesse dos turistas por determinado bem, por outro, a inscrição obriga o sítio a elaborar um plano de gestão que conduza à preservação do bem, assim como garanta os valores excepcionais que ocasionaram a própria inclusão do bem na lista e, ainda, a respectiva mitigação dos possíveis efeitos indesejados inerentes à exploração turística. Isso demonstra relativa incoerência entre as ideias e as práticas promovidas pela entidade.

---

<sup>24</sup> Robinson, Mike; Picard, David. *Tourism, culture and sustainable development*. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147578e.pdf>>.

<sup>25</sup> Para a UNESCO, a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

No caso brasileiro, o órgão responsável pelo patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A preservação e promoção do patrimônio certamente encontram-se no seio de suas diretrizes, na medida em que esse patrimônio é visto como a personificação da memória do povo. Ademais, as cidades históricas são um grande atrativo turístico, pois nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico<sup>26</sup>. Cumpre lembrar que o IPHAN desenvolve suas políticas em estrita observância às políticas de patrimônio da UNESCO, sendo o governo brasileiro signatário de todas as convenções da UNESCO no campo da cultura, com exceção da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Subaquático, cujas diretrizes vão de encontro às políticas brasileiras relacionadas à defesa territorial e marítima.

Nesse contexto, o turismo é visto como grande aliado em favor das políticas de patrimônio do país. A pouca sinergia reflete-se nas políticas públicas brasileiras que tentam aliar o programa de turismo ao de patrimônio, lideradas no campo do turismo pelo Ministério do Turismo e Embratur, e pelo patrimônio pelo IPHAN, como pode ser verificada ao se analisar o Plano Nacional do Turismo 2013-2016<sup>27</sup> que trata brevemente do tema do patrimônio, citando como uma meta pulverizada entre as outras (ii) - *valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade*.

O desenvolvimento pode ser buscado pelo patrimônio. Se antes o patrimônio funcionava como obstáculo para o desenvolvimento, agora ele é fundamento deste (Tamasso, 2005).

O desenvolvimento a ser referenciado nessa pesquisa compreende um conceito de desenvolvimento como liberdade que reitera a importância da capacidade dos indivíduos de criticar os discursos dominantes de desenvolvimento e resistir à opressão (Fazito; Rodrigues; Nascimento, 2017). Desta feita, o potencial do turismo para o desenvolvimento humano se enriquece quando ele é visto como um fenômeno do lazer, ao passo que esse potencial fica restrito quando se limita a perceber o desenvolvimento como incremento econômico.

O conceito de patrimônio aqui entendido é social e historicamente produzido e apropriado pelos homens, que lhe dão forma, conteúdo, função e sentidos diversos, de acordo com as épocas e as necessidades do instante passageiro (Costa, 2017). Desse conceito derivam

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/367>>6. Acesso em: 15 ago 2017.

<sup>27</sup> Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2017.  
Obs: não se refere ao novo Plano Nacional de Turismo que se tornou disponível a partir de 2017.

várias funcionalidades desse patrimônio, entre as quais: o lazer, a educação (patrimonial), a construção de paz (respeito mútuo à história dos povos), etc.

Costa (2008) traz uma crítica bastante contundente sobre a questão patrimonial que ele denomina “dialética da construção destrutiva” que pasteuriza a sociedade e o lugar, ao tratar do Patrimônio Mundial. O processo dialético operacionalizado por meio da consagração se dá no movimento entre a tentativa de resgate, democratização, preservação e valorização dos bens culturais e a intensa mercantilização dos núcleos urbanos tombados, catalisada pela “indústria cultural” por via do turismo.

Ao mesmo tempo, a potencialidade do patrimônio como ferramenta para o desenvolvimento encontra ampla bibliografia. Orama (2004) afirma que o patrimônio é a peça-chave para as ações estratégicas de desenvolvimento apoio ao crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, desde que o patrimônio esteja vinculado às políticas de desenvolvimento territorial sustentável e se organize a partir de vivências patrimoniais viáveis.

Essa pesquisa trabalha especialmente a vertente do turismo cultural, ou seja, a exploração motivada por conhecer atrativos culturais, sejam esses atrativos patrimoniais (material ou imaterial), religiosos, memoriais etc.

Para a Robinson e Picard,

*Tourism is foremost a form of economic development which has cultural resources at its foundations. However, it is also a form of development that although bound to economic realities is nonetheless a means by which individuals and societies can access to and gain insight of one another's places and pasts. Through experience, education and enjoyment, tourism can be a liberating vehicle for gaining and exchanging meaning and understanding in an intellectual, emotional and spiritual sense. It is the very movement and exchange of people which differentiates tourism from more mechanistic forms of global trade and economic development (Robinson; Pickard, 2006, p.23).*

Este trabalho busca explorar o potencial mais profundo que o turismo tem de contribuir para o desenvolvimento das sociedades, e entende a valorização do patrimônio como uma das possibilidades.

De modo conciso, o turismo e o patrimônio no contexto de desenvolvimento entendido nessa pesquisa têm papel crucial ao permitirem ao indivíduo (tanto o que abriga o patrimônio, quanto o que viaja em busca de agregar conhecimento, experiência e vivência única) o sentimento de pertencimento, empoderamento e ampliação dos seus meios a fim de expandirem sua liberdade e, portanto, seu desenvolvimento. Assim, a próxima seção explora o conceito de educação, como desenvolvimento humano.

## 2.4 A Educação que conscientiza e liberta

O termo “educar” tem origem no latim (*educere*), e significa “conduzir de dentro para fora”. O foco de qualquer processo educativo deve ser, portanto, o educando, e esse processo será tanto mais eficaz quanto mais se identificar no educando seu papel de ator principal. (Londres, 2012). O papel do educador será de orientador visando, sobretudo, formar pessoas e cidadãos comprometidos com o bem-estar da coletividade. Londres reúne, em poucas palavras, o que essa pesquisa entende por educação que consiste, sobretudo, num movimento “de dentro para fora” e atribui ao professor o papel de guia do processo educativo e o educando, o protagonista.

A educação não se dá somente no ambiente escolar, mas sim em todos os espaços e práticas sociais, em todas as instâncias da cultura. Por essa razão, em diferentes momentos e locais se evidencia a relevância social da educação. É por meio dela que valores e práticas são reconstruídos e que novos e diferentes saberes são veiculados em virtude das exigências econômicas e tecnológicas advindas das necessidades de uma sociedade em constante transformação (Becker, 2008).

O sujeito da educação (crianças e adultos) é um sujeito universal e, para ser completo precisa ser educado. Esse julgamento tem a sua origem na noção iluminista de homem centrado, o qual deve sair do seu estado primitivo de animalidade e se tornar humano por meio da educação, uma herança de Rousseau e de Kant (Pereira, 2013).

Paulo Freire, o mais conhecido dos educadores brasileiros, revolucionou (e incomodou) não só o entendimento que se tinha à época (na década de 1960) sobre educação, como também o processo de alfabetização e as relações entre educação e humanização. O homem é criador de cultura no âmbito das relações que mantém com os outros homens, com o mundo e com o Criador e, somente no momento em que interfere nessas relações, o homem realiza plenamente sua humanidade. Contudo, as possibilidades de interferência do homem se limitam no interior de uma realidade histórica e social determinada (Beisiegel, 2010).

Segundo Paulo Freire, o homem não vive desconectado de seu meio, e das circunstâncias que permeiam a sua vida. Assim, ele se realiza quando interfere na realidade e para que ele possa interferir, ele precisa desenvolver uma consciência capaz de apreender criticamente as características dessa realidade particular, para exercitar sua atuação criadora. Como consequência, a humanização do homem passa necessariamente pela clarificação da

consciência do homem, processo entendido com o crescente comprometimento do homem com sua realidade (Beisiegel, 2010).

Considerando que o homem se realiza quando interfere na realidade, para que ele possa de fato intervir, ele precisa desenvolver uma consciência capaz de apreender criticamente as características dessa realidade particular para, assim, exercitar sua atuação criadora. Para desenvolver sua consciência crítica, é imprescindível a "clarificação da consciência do homem", cujo único caminho possível é a educação. Mas que tipo de educação?

A revolução do pensamento freireano reside, portanto, na sua conclusão sobre a necessidade de um ensino professado por meio do diálogo, em atividades de grupo, com o incentivo à participação e ao exercício da reflexão crítica para a construção de personalidades democráticas. Para tanto, seria necessário eliminar o autoritarismo na educação, ou seja, as relações rígidas entre o educador (aquele que tudo sabe) e o educando (aquele que nada sabe). A "educação bancária" de Freire resgatou a "jarra" de Plutarco e o "vaso" de Pestalozzi e atualizou a ideia por "banco", com o mesmo sentido dado pelos seus antecessores. A essência desse pensamento se traduz em: Quando nos preocupamos em encher a cabeça dos educandos com conhecimentos, sem levar em conta que eles precisam é de um "alimento" que vivifique as suas faculdades e os encoraje a seguir na direção da pesquisa da "verdade", estamos apenas enchendo a jarra ou o vaso (Brighente; Mesquida, 2016). A educação freireana é, pois, libertadora, não domesticadora; a libertação acontece por meio de uma educação que humaniza e conscientiza educadores e educandos, mutuamente.

De forma sucinta, o objetivo principal de uma educação libertadora é fazer com que os alunos aprendam a “dizer a sua palavra”, não repetindo, simplesmente, a palavra do outro. A palavra seria, portanto, o instrumento por meio do qual o homem torna-se sujeito de sua história (Gadotti, 2011).

Foucault trouxe grande contribuição para o entendimento da educação e da pedagogia. Para Foucault, o sujeito é algo construído pela sociedade, ou seja, uma construção histórica, surgida com a modernidade; já as instituições pedagógicas são produtoras de sujeitos (Santos, 2016). Ainda segundo Foucault, a verdade não é universal, mas fruto de construções históricas ligadas à episteme de uma época. Contrapondo-se à noção de uma verdade única e fixa, o filósofo propõe um sujeito histórico que constrói a verdade segundo seu tempo (Pereira, 2013). Assim sendo, tanto o sujeito, quanto as formas educacionais (pedagogia) são

construídos socialmente. Essa criação atende aos desígnios e interesses dominantes da sociedade que representa, atribuindo valor e impondo conceitos que interessa aos que dominam, de alguma forma, determinada sociedade. A partir dessa ideia, pretende-se associar o entendimento de educação patrimonial a ser explorada no presente estudo.

## **2.5 Educação patrimonial como fomento à apropriação do patrimônio**

Para o Iphan, a Educação Patrimonial (EP)<sup>28</sup> constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais cujo foco seja o patrimônio cultural, acomodado socialmente como recurso para o entendimento sócio-histórico das referências culturais em suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde são diversas as noções de patrimônio cultural.

A política de EP do IPHAN está estruturada em três principais eixos:

- Inserção do patrimônio cultural na educação formal
- Gestão compartilhada das ações educativas
- Instituição de marcos programáticos no campo da EP (IPHAN, 2014).

Algumas premissas conceituais baseiam as ações do órgão, entre as quais: as comunidades devem ser participantes efetivamente das ações educativas; os bens culturais encontram-se inseridos nos espaços de vida das pessoas; a educação patrimonial é um processo de mediação; o patrimônio cultural é campo de conflito; os territórios são espaços educativos; as ações educativas devem levar em conta a intersectorialidade das políticas públicas; e é necessária uma abordagem transversal e dialógica da educação patrimonial (IPHAN, 2015).

A educação patrimonial é uma prática pedagógica inspirada na teoria do pedagogo Paulo Freire, que se serve do patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento, fortalecendo questões como identidade, consciência social e cidadania (Castro, 2006).

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 09 mar. 2018.



A educação patrimonial tem como uma das suas premissas a conscientização (Freire, 2011) do indivíduo. Para que suas ações sejam efetivas, faz-se essencial concretizar a ideia de que cada um é agente histórico-social responsável pela preservação e manutenção da memória coletiva. Desse modo, sem que os indivíduos percebam o significado deste patrimônio na sua trajetória histórico-temporal e saibam interagir com ele, sendo capazes de definir o que é ou não é patrimônio, o patrimônio fica distante e, portanto, desinteressante. A percepção identitária seria o elo por meio do qual o indivíduo assimila a importância do monumento, objeto, tradição etc para a existência e identidade, bem como para a das gerações futuras. A aproximação do indivíduo com o patrimônio, nessa perspectiva, pode contribuir para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, capaz de compreender a importância da preservação dos bens culturais para a preservação da memória e da identidade de um povo ou nação.

A educação patrimonial que será adotada pela presente pesquisa, corrobora a visão “progressista” que entende o patrimônio e a memória como elementos fundamentais para a identificação do indivíduo com seu meio, desse modo, como dar possibilidade e dar condição a esse indivíduo em intervir em sua realidade. Só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação com ele, o que não deve ocorrer de forma forçada. Incorporar, por meios impositivos, o patrimônio na identidade local, configura-se como educação patrimonial tradicional (Magalhães, 2009).

A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (Moraes apud Magalhães, 2009). O processo de educação patrimonial deveria instigar o indivíduo a: observar e pensar sobre o bem cultural; a manifestar quais as impressões sobre o bem cultural; a pesquisar e a discutir os resultados; e a apropriação do significado do bem para cada um (Assunção, 2017).

Para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a educação patrimonial é um processo educativo centrado no patrimônio cultural e que se volta para a aquisição de valores e comportamentos que permitam seu reconhecimento, valorização e preservação. Apropriar-se de seu patrimônio é identificar-se nele, é construir uma identidade a partir de traços de um passado comum. Como resultante dessa ideia tem-se que um dos aspectos importantes da metodologia e da estratégia da ação educativa é o protagonismo,

entendido como a participação efetiva do indivíduo, grupo ou comunidade, no processo de apropriação da cultura e do patrimônio, a partir do estabelecimento de uma relação afetiva<sup>29</sup>. A educação patrimonial é, assim, entendida como um caminho pedagógico na construção da valorização dos bens patrimoniais em determinados espaços onde convivem diferentes grupos sociais (Ribeiro; Santos 2008).

Fruto de uma obra coletiva, a cidade guarda em si vários significados. Os valores culturais atribuídos ao espaço urbano decorrem da ação social. Não estão detidos nos objetos, mas são oriundos da dialética das relações sociais. A identidade, a significação, a importância dos objetos, o reconhecimento dado a algumas coisas e valores provêm do que lhes é imposto pelo grupo social. Assim, um profundo dialogismo se inscreve na rota que o sujeito traça pela cidade. Esse diálogo ancora-se, por um lado, nas ações públicas de preservação do patrimônio que determinam os sentidos que irão circular nesse espaço, e do outro, nas práticas que os cidadãos exercem a partir desses códigos, reelaborando-os (Carvalho; Simões, 2011).

O envolvimento da comunidade local passa pela educação, pela sensação de “pertencimento patrimonial” e por uma política pública de valorização e de conscientização do que foi dito antes. O problema destas relações pode estar na falta de inclusão, quando um discurso patrimonial elitista e distante pode afastar setores das comunidades por sua situação social, econômica e cultural, proporcionando assim uma gentrificação disfarçada de política cultural, onde o turismo cultural aja como um vetor negativo e não estímulo a novas práticas de inclusão social (Ribeiro; Santos, 2008).

Trata-se, portanto, de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 2010).

Costa (2017) propõe uma “outra patrimonialização global” que deve negar a universalidade restritiva (a despeito de sua utilidade em ser necessária ao entendimento da

---

<sup>29</sup> IPAC. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/conceitos-gerais>>s. Acesso em: 21 mar. 2018.

ressignificação dos lugares da memória e da natureza que realiza, por meio da leitura dialética do espaço geográfico e do fato urbano, o reconhecimento de determinado patrimônio, ainda que esteja a serviço de interesses externos àquele ambiente) e redefine o próprio conceito de universalidade, tanto na teoria como na prática, posicionando o sujeito como elemento central (fundador) do processo de patrimonialização. Desse modo, o acervo periférico — cultura, memória e seu potencial de representação — complementa a representação patrimonial e agrega elementos que corroboram seu entendimento e sua percepção. Para o autor, trata-se da ativação popular do conceito de patrimônio-território, uma via alternativa ao paradigma dominante e eurocêntrico dos estudos de patrimônio, que enxerga os “territórios de exceção” como parte do processo, não como à margem do processo de urbanização. Daí derivam processos inerentes à mudança do ponto de partida, especialmente os movimentos de resistência popular, a perpetuação da dominação colonial que se refletem especialmente nas dinâmicas das relações de exploração (de trabalho) que mantém o *status quo* de quem interessa manter. A ativação popular do patrimônio surge, portanto, como possibilidade de anular estigmas e preconceitos, bem como estimular práticas endógenas e verdadeiramente inclusivas sobre as possibilidades de exploração turística e de conhecimento do lugar (espaço).

O conceito de patrimônio-territorial aqui empregado é o apresentado por Costa (2017) cuja essência reside nas relações entre a universalidade (recriação das relações sociais de produção e de classes), a particularidade (prótese de cultura persistente no território e no imaginário individual e coletivo) e a singularidade (integração dos territórios de exceção latino-americanos como utopia reveladora da resistência de indígenas e africanos).

## **2.6 Turismo como vivência do lazer**

O lazer pode ser entendido como a expressão da cultura, constituindo um elemento de conformismo ou de resistência à ordem social estabelecida (Moreno, 2005). O lazer é entendido aqui “... como a cultura — compreendida no seu sentido mais amplo — vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental, como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (Marcellino apud Moreno, 2005).

O lazer surge no Brasil no final do século XIX, presente nos discursos dos médicos sanitaristas, responsáveis pelas reformas urbano-industriais da época. Desse modo, o lazer surge como produto da revolução industrial, baseado numa ideia de homem diferente da sociedade rural, que agora é movido por normas e valores veiculados pelos veículos de comunicação de massa e seus pares (Silva, 2008).

Para esse trabalho, interessa o conceito de lazer proposto por Marcellino (2006), composto por quatro eixos inter-relacionados entre si: 1. Lazer é a “cultura vivenciada no ‘tempo disponível’ das obrigações”; 2. Lazer é “fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade e da estrutura social vigente”; 3. Lazer é “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural”; 4. Lazer é “portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação”.

A quarta acepção de lazer imbuída de caráter educativo vai ao encontro da abordagem do turismo trabalhada por essa pesquisa, que considera as ações de educação patrimonial, como excursões, vivências, visitas de campo como atividades e vivência do lazer ativo.

## **2.7 A polissemia do conceito de patrimônio**

Considerando a multiplicidade do conceito de patrimônio, faz-se necessária uma revisão bibliográfica dirigida, haja vista ser este termo um dos três eixos principais (turismo-patrimônio-desenvolvimento) de análise da presente pesquisa. Ao fim deste capítulo, espera-se obter um conceito de patrimônio que vá ao encontro da pesquisa, mesmo que não esteja vinculado a uma única corrente de pensamento, seja dominante ou não.

O dicionário Houaiss traz três acepções para a palavra patrimônio: bem que vem do pai e da mãe; conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica; e o que é considerado como herança comum (Houaiss, 2001). A terceira definição, ainda que breve, serve como fio condutor para esta pesquisa, pois o patrimônio aqui trabalhado está de fato ancorado na ideia de herança comum, que com o passar dos anos, ganhou inúmeros adjetivos e categorias, entre as quais material, imaterial, histórico, artístico, cultural etc. De forma resumida, a materialidade do patrimônio é atribuída a bens móveis e imóveis (monumentos, sítios históricos, obras de arte, achados arqueológicos etc.) que transmitem e recontam a história de um povo, de uma época, em um determinado contexto. O patrimônio imaterial (intangível) pode ser entendido como os saberes, as manifestações culturais, religiosas que

existem e são repassadas entre as gerações, entre diferentes povos, e ainda que ressignificadas ao longo dos tempos preservam elementos originais de sua existência e de sua finalidade.

Patrimônio material e imaterial são conceitos indissociáveis, pois qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural trará mudanças na sua imaterialidade (Chuva, 2009). Portanto, entende-se o esforço de categorizar o material e o imaterial, mas também se apreende que a complexidade que o patrimônio encerra dificulta segmentações precisas, ou seja, o enquadramento entre material e imaterial.

As adjetivações atribuídas ao patrimônio são na verdade requalificações que fizeram dele um conceito “nômade” e repleto de novos significados. A deferência rendida ao patrimônio histórico, além de entendida, precisa ser questionada, pois constitui um elemento revelador de como a sociedade se organiza (Choay, 2006).

Não há como dissociar o conceito de patrimônio do de memória. Sob uma perspectiva histórica, o monumento atua a serviço da memória e confere certa materialidade às ideias de sua perpetuação, pois a memória existindo em suas vertentes individuais e coletivas e permanece no campo do intangível. A memória é um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas. Certos aspectos do estudo da memória podem evocar traços e problemas da memória histórica e da memória social e, ainda que nossa memória trate de eventos em que somente nós estivemos, nossas lembranças são coletivas, pois jamais estamos sós (Halbwachs, 2006). Entender patrimônio significa, portanto, ter clareza de que assim como a memória (individual ou coletiva) elege o que recordar e como recordar, a importância dada ao patrimônio também é permeada de subjetividades, com o diferencial de ter adquirido, ao longo dos tempos, institucionalidade que lhe oferece uma (pretensa) objetividade aos olhos do mundo.

Sob uma perspectiva histórica, a noção de patrimônio e a importância de sua preservação são bastante recentes. Ao longo da evolução da humanidade, desde as civilizações mais antigas, os “artefatos” para falar de objetos produzidos, refletiam a materialidade das expressões culturais de quem os produzia. Uma das características mais marcantes da civilização egípcia, que viveu por volta de 3500 a.C, era o hábito de embalsamar os corpos dos faraós, como forma de perenizar sua existência, pois como divindades que viviam entre os mortais, a sua memória devia ser preservada para sempre. Daí, pode-se

alcançar um sentido de preservar com bastante propriedade. Segundo o dicionário Aurélio (Holanda, 2000), preservar significa por ao abrigo de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar. Destarte, o porquê de preservar fica claro quando se lança a ideia da manutenção de traços culturais de determinado período histórico. Mas desta mesma conformação, advém outra tão importante quanto, porém mais insidiosa: o que preservar?

Dando um salto na linha histórica, sob a influência cristã, a partir do Renascimento, observa-se uma reestruturação da forma de ver o passado e a existência de tudo que remete a este passado. O surgimento da ideia de monumento histórico no Renascimento diz respeito ao movimento de olhar para a Antiguidade Clássica sob uma perspectiva estética e, a partir desse momento, as edificações da Antiguidade passam a ser vista como testemunhos da Arte e da História (Choay, 2006).

A Revolução Francesa (1789) desempenhou importante papel rumo a institucionalizar práticas de preservação: em meio a grande convulsão social ocorrida durante o período revolucionário, a produção artística e também suas edificações ficavam completamente à mercê de depredações e vandalismos, uma vez que justamente a nobreza e o clero eram os detentores desses bens. Como o processo revolucionário implica necessariamente na destituição da “Antiga Ordem”, destruir sua criação artística e emblemática fazia todo o sentido naquele momento. O conceito moderno de patrimônio pode, pois, ser associado às tentativas incipientes de proteção dos bens patrimoniais franceses no século XVIII. Desde seu nascedouro, pode-se perceber que o termo patrimônio vem eivado de contradições (como destacado no paradoxo: bens privados *versus* bens nacionais) e não menos dissociados da perspectiva econômica, da conveniência de ter propriedades e bens, o que em termos atuais podemos associar ao direito à propriedade privada, resguardado pelo Estado.

Em termos históricos, o movimento de preservação é prioritariamente atrelado à Idade Moderna. A primeira Conferência Internacional para Preservação de Monumentos Históricos, realizada em Atenas, em 1931 – da qual surgiu a Carta de Atenas<sup>30</sup> – foi um movimento essencialmente europeu. Posteriormente, países não europeus foram se agregando nas discussões sobre patrimônio. Provavelmente a origem europeia do conceito de patrimônio e, sobretudo, a perspectiva eurocêntrica de sua construção, reflete-se no grande desequilíbrio

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> . Acesso em: 25 jul. 2016.

geográfico existente na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO – que concentra a grande maioria de sítios no continente europeu, a despeito desse mesmo continente europeu representar somente 2% da superfície terrestre<sup>31</sup> – às raízes europeias do conceito de patrimônio.

Segundo Hugues de Varine Boham, o patrimônio cultural pode ser entendido em três grandes categorias de elementos: 1. Recursos naturais e meio ambiente; 2. Conhecimento, técnicas, saberes e saber fazer, os elementos não tangíveis do patrimônio cultural; 3. Toda sorte de coisas, objetos artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e o saber fazer (Lemos, 1982).

As criações e os produtos da natureza e do homem, combinados, e na sua integridade, que constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O patrimônio é, na realidade, um bem, propriedade da comunidade, e uma herança rica que pode ser deixada para o futuro, que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação (Icomos, 1982).

O patrimônio a ser estudado nessa pesquisa (material, monumento, sítio histórico) pode ser considerado um monumento, “construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável” (Holanda, 2000). Desse modo, a natureza afetiva do monumento é implícita a sua existência, pois não se trata de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva (Choay, 2006).

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é um instrumento pronto para a ação. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas. A noção de patrimônio mostra-se ainda mais aprofundada, e transcende a ideia do patrimônio como um bem, uma propriedade pública tutelada pelo Estado. Aqui, o patrimônio ao fazer a mediação, integra e tem participação ativa na construção do imaginário e no sentimento de pertencimento que coaduna e integra pessoas a coisas (ou lugares e também territórios), ao ter papel formador da cultura de determinado povo ou grupo (Gonçalves, 1997).

Mas o que faz de um bem patrimônio histórico, em detrimento de muitos outros de significado tão ou mais efetivo para a população que vive em seu entorno? As decisões sobre a conservação do patrimônio sempre foram produto, explícita ou implicitamente, de uma

---

<sup>31</sup>Disponível em <<http://www.maiscuriosidade.com.br/100-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-europa/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

articulação de valores como ponto de referência: em última instância é a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural (Cagriota, 2011 apud Choay, 2006).

A preservação trabalha, pois, na dialética lembrar-esquecer, ou seja, escolhe-se pelo Estado (ou comunidade) e suas políticas públicas de preservação o que lembrar e o que esquecer, sendo que é justamente essa escolha que vai nortear a memória coletiva, ao jogar luz sobre determinados momentos (ou espaços territoriais) em detrimento de outros.

Sobre espaço, considera-se nessa pesquisa a definição de Milton Santos, que considera o espaço como totalidade, um conjunto de relações realizadas por meio de funções e formas apresentadas historicamente por processos, tanto do passado como do presente. O espaço é, portanto, resultado e condição dos processos sociais nele vigentes:

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (Santos, 1978, p. 145).

Desse modo, fica clara a possibilidade do Estado de atuar na dialética, em favor (ou desfavor) do que for eleito “memorável” aos olhos da coisa pública.

A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural imaterial leva ao entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do seu lugar original por ele ter sido tornado patrimônio (pela gentrificação) cabe então se perguntar: para que preservar? A noção de patrimônio cultural desenvolvida nesta pesquisa engloba um conjunto de questões políticas, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. O patrimônio envolve questões relativas a propriedade intelectual, impactos ao meio ambiente, direitos culturais, autorais, uso do solo, expansão urbana e questões habitacionais e limites que o tombamento impõe a propriedade privada. A complexidade do patrimônio cultural tornou-se maleável, ampla e capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas divergentes entre si (Chuva, 2009).

Ao longo do século XX, a noção de patrimônio cultural vai se reformulando, graças ao contributo decisivo da Antropologia, que desde uma perspectiva relativizada integra os grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. A noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita, e passa a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa (Cagriota, 2007 apud Choay, 2006).



Nesse contexto, vale registrar o contraponto de Chauí (2008) sobre cultura, especialmente no Ocidente. Os organismos internacionais que trabalham o mandato da cultura e a da preservação cultural e patrimonial estão abrigados no Sistema ONU e, portanto, tem suas raízes no pensamento ocidental e eurocêntrico, que se coloca como o desenvolvimento como fim necessário de toda cultura ou de toda civilização.

O conceito iluminista de cultura, reaparece no século XIX, associado a ideia de progresso, onde se estabeleceu um padrão para medir a evolução de uma cultura e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista. As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas "primitivas". Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais (Chauí, 2008, p.55).

O Brasil, a despeito de sua origem colonial e do seu reconhecimento como nação ter acontecido em 1822, pouco mais de um século depois, já tinha institucionalizado seu órgão de patrimônio. O órgão responsável pela proteção e preservação do patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) cuja criação remonta a 1937, anteriormente designado SPHAN (Serviço de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). De 1937 a 1988, com o advento da Constituição de 1988, pode-se inferir que toda a política de patrimônio brasileira fora concentrada por atos governamentais, sem estabelecer relações de consulta e coparticipação popular, orientando de forma autocrática a memória e o esquecimento da formação cultural do país. A Constituição de 1988 inova ao trazer expressa no artigo 216, inciso 1º o compartilhamento com a população dos processos político-decisório sobre o seu patrimônio:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Essa inovação trouxe em sua esteira a ampliação e inclusão de inúmeros atores ao processo decisório, especialmente por meio da criação de conselhos de patrimônio (estaduais e municipais), rompendo a dura hierarquia das políticas de preservação, incorporando a possibilidade de diálogo Estado-sociedade civil. Nesse cenário, Castriota (2011) apud Choay (2006), em sua "Alegoria do patrimônio", enriquece as discussões sobre patrimônio ao estabelecer que a noção de que o patrimônio cultural é uma construção social (*grifo da autora*), resultado de processos sociais específicos, contextualizados no tempo e no espaço.

As discussões acerca da necessidade ou não de preservar algum patrimônio podem ser controversas, pois a escolha do que deve ser conservado, deixando de fora tudo mais que poderia (e talvez até devesse) ser preservado, é análoga a um ato de violência, dado seu caráter autoritário. Sistemáticamente, alguém exerce seu poder de decidir sobre o que se preservar o que é similar a um conceito de história muito repetido, de que a versão da história a qual se tem acesso, é sempre a do vencedor (Mendes; Lamas, 2017).

No atual mundo global, sempre alguém vai vencer. A globalização constitui o paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea e é o estágio supremo da internacionalização, a amplificação do “sistema-mundo” de todos os lugares e indivíduos, em diferentes graus. Desse modo, vê-se a unificação do planeta e assiste-se a uma refundição da “totalidade-mundo” (Santos, 2011).

Costa (2009) traz uma crítica bastante contundente sobre a questão patrimonial que ele denomina “dialética da construção destrutiva”, que pasteuriza a sociedade e o lugar, ao tratar do Patrimônio Mundial. O processo dialético, operacionalizado por meio da consagração, se dá no movimento entre a tentativa e resgate, democratização, preservação e valorização dos bens culturais e a intensa mercantilização dos núcleos urbanos tombados, catalisada pela “indústria cultural” por via do turismo.

O conceito de patrimônio aqui entendido é social e historicamente produzido e apropriado pelos homens, que lhes dão forma, conteúdo, função e sentidos diversos, de acordo com as épocas e as necessidades do instante passageiro (Costa, 2017). Daí derivam várias potencialidades mais ricas desse patrimônio, entre as quais: o lazer, a pedagogia (educação patrimonial), a construção de paz (respeito mútuo à história dos povos), etc.

Ao mesmo tempo, a contribuição do patrimônio para o desenvolvimento encontra ampla bibliografia. Orama (2004) afirma que o patrimônio é peça-chave para as ações estratégicas do desenvolvimento territorial, apoio ao crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, desde que o patrimônio esteja vinculado às políticas de desenvolvimento territorial sustentável e se organize a partir de produtos patrimoniais viáveis.

Nesse contexto, o desenvolvimento pode ser buscado pelo patrimônio. Se outrora o patrimônio funcionava como obstáculo para o desenvolvimento, mas essa nova visão defende que ele passa a ser seu fundamento (Tamaso, 2005).

O Programa da UNESCO Patrimônio Mundial e Turismo Sustentável, em linhas gerais, insiste que o sucesso para a preservação do patrimônio mundial passa por uma gestão participativa, que envolva variados *stakeholders* (público, privado e comunidades) que ampliem progressivamente a consciência coletiva da relevância daquele patrimônio e de seu respectivo valor excepcional universal. Contudo, após análise, ainda que não exaustiva dos documentos da UNESCO, não há clareza quanto à forma de inclusão, especialmente da comunidade afetada, nesses mecanismos participativos e decisórios, tratando esse tema de forma superficial.

Se por um lado, o reconhecimento da UNESCO como bem de valor excepcional gera expectativas imediatas de incremento de interesse dos turistas por determinado bem, por outro, a inscrição obriga o sítio a elaborar um plano de gestão que considere a preservação do bem, assim como os valores excepcionais que ocasionaram a própria inclusão do bem na lista; e ainda, a respectiva mitigação dos efeitos indesejados advindos da exploração turística. Isso demonstra uma incoerência entre as ideias e as práticas promovidas pela entidade.

No caso brasileiro, o órgão nacional responsável pelo patrimônio é o IPHAN. A preservação e a promoção do patrimônio certamente encontram-se no seio de suas diretrizes, na medida em que esse patrimônio é visto como a personificação da memória do povo. Ademais, as cidades históricas são um grande atrativo turístico, pois nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. Cumpre lembrar que o IPHAN desenvolve suas políticas em estrita observância às políticas de patrimônio da UNESCO, sendo o governo brasileiro signatário de todas as convenções da UNESCO no campo da cultura, com exceção da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Subaquático, cujas diretrizes vão de encontro às políticas brasileiras relacionadas à defesa territorial e marítima. Nesse contexto, o turismo é visto como grande aliado em favor das políticas de patrimônio do país. A pouca sinergia reflete-se nas políticas públicas brasileiras que tentam aliar o programa de turismo ao de patrimônio, lideradas no campo do turismo pelo Ministério do Turismo e Embratur, e pelo patrimônio pelo IPHAN, como pode ser verificada ao se analisar o Plano Nacional do Turismo 2013-2016 que traz *en passant* o tema do patrimônio, citando como uma meta pulverizada entre as outras “(ii) - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade” (BRASIL, 2013).

Esta revisão bibliográfica sobre patrimônio, longe de pretender ser exaustiva, propôs-se aclarar conceitos e abordagens em torno dos quais a presente pesquisa intenta estabelecer uma conexão com o Museu de Congonhas, um equipamento público construído no delimitado espaço tombado, protegido pelo IPHAN (desde 1939, dois anos após a criação do Órgão) e eleito para o seleto grupo de bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, dado seu excepcional valor universal e sua relação com o patrimônio, a partir do sujeito (indivíduo) do qual esse patrimônio faz parte.

Para elaborar um conceito de patrimônio, foi preciso registrar as principais correntes acadêmicas. Como pode ser visto, apesar de haver um Organismo Internacional especialmente dedicado ao assunto (UNESCO), e no Brasil termos um órgão de patrimônio consagrado ao tema (IPHAN, registre-se um instituto tradicional, respeitado e de cunho essencialmente técnico), a conclusão primeira a que se chega é o patrimônio de que se trata é a partir da coisa em si: do monumento, do sítio e da sua importância para a sociedade. Essa pesquisa se interessa pelo patrimônio a partir da perspectiva do indivíduo, da representatividade do bem e da forma com que o bem se relaciona com ele; a forma como essa sinergia se expressa na sua vida, na sua formação identitária, nos laços familiares e com suas raízes. É sabido que esta seara pretendida é permeada de subjetividades e, portanto, faz-se imprescindível uma criticidade permanente sobre ela. Porém, a expressão advinda dessa relação sinérgica gera uma forma de relação com o patrimônio cujo poder se encontra desconhecido, e poderia vir a ser uma poderosa ferramenta, especialmente em duas vertentes: no entendimento do patrimônio e na relação de como as ações de preservação poderiam ser potencialmente mais eficazes e inclusivas.

No que diz respeito à atividade turística, foi importante a definição realizada pela Declaração de Querétaro (1993), a qual avançou nos debates sobre a relação do patrimônio com a atividade turística, sendo reafirmada a importância de ações de planejamento, conservação e manutenção do patrimônio. Como podemos notar, há uma preocupação em alinhar debates entre a questão do patrimônio e o fenômeno turístico em âmbito mundial (ICOMOS, 1993).

### 3. RELATO SOBRE O ESTUDO DE CASO

Congonhas (figura 3) está situada bem próxima a capital do Estado, Belo Horizonte, cerca de 80km, e faz parte da mesma rota que liga a capital às demais cidades mineiras históricas como Ouro Preto, Diamantina (ambas inscritas na lista do PM da UNESCO) e outras cidade históricas como São João Del Rey, Tiradentes, Mariana entre outras. Congonhas faz parte da Estrada Real<sup>32</sup>, um circuito que perpassa as cidades históricas de Minas, que tiveram suas origens atreladas, majoritariamente, ao ciclo do ouro (figura 4) no século XVIII.

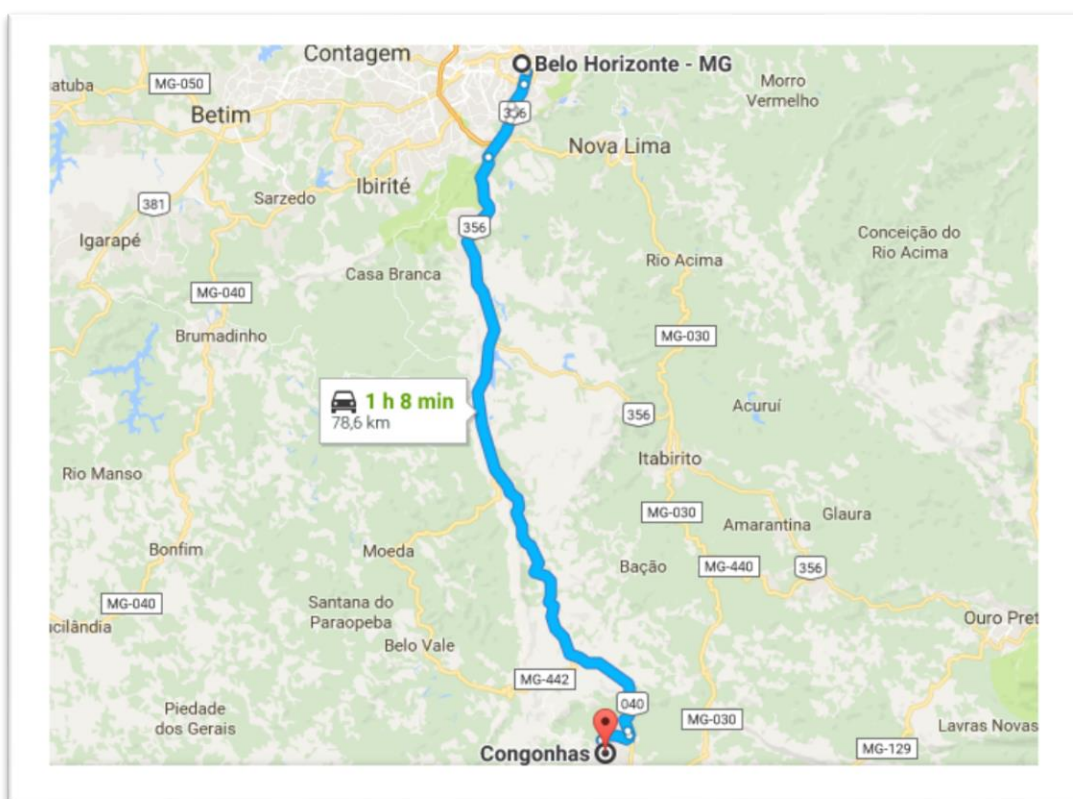


Figura 3- Localização de Congonhas no Estado de Minas Gerais, Brasil. Fonte: Google Maps.

<sup>32</sup> A Estrada Real refere-se aos caminhos trilhados pelos exploradores durante a descoberta e extração do ouro no estado de Minas Gerais, a partir do século XVIII. Com o objetivo de preservar este patrimônio histórico, foi criado um projeto em 2001 para transformação dessa estrada em ponto turístico. São 1512 km formados por 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo. Disponível em <https://www.guiaviajarmelhor.com.br/viaje-de-carro-pela-estrada-real/>. Acesso em 23 jul. 2018.



Figura 4- Circuito do Ouro de MG. Fonte:

<https://abrilviagemeturismo.files.wordpress.com/2016/12/mapa-roteiro-rodoviacc81rio-cidades-histocce81ricas-de-minas-gerais.jpg?quality=70&strip=info&w=920>. Acesso em 23 de jul. 2018.

Congonhas é uma cidade de médio porte com população estimada de 53.843 habitantes e disfruta de relativa prosperidade, com bons indicadores socioeconômicos. Como se vê na tabela 1, p. 63, Congonhas tem PIB *per capita* de R\$ 53.975,10, o que corresponde a 1,8 vezes a média nacional. Seu IDH (0,753) está acima da média do IDH do Brasil (0,699). Outro dado relevante sobre o município é que sua taxa de escolarização acompanha a taxa nacional e conta com 99,1% das crianças com idades entre seis e catorze anos matriculadas nas escolas. A mortalidade infantil está abaixo da média nacional. Outro bom índice da cidade refere-se ao saneamento básico: 78,5% da região urbana dispõe de cobertura sanitária adequada, ao passo que a média nacional é de 80,6%. Em relação à educação pública, o IDEB<sup>33</sup> da cidade em 2015 foi 6,5, bem maior que a média nacional de 5,5. Vale ressaltar que a educação básica é de responsabilidade do município, com recursos descentralizados pela União. Esse bom desempenho pode ser atribuído à boa gestão do município, na área da educação, com investimentos adequados tanto em infraestrutura, quanto na formação docente.

<sup>33</sup> Em 2007, o MEC criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/138-programas-e-aco-es-1921564125/ideb-indice-de-desenvolvimento-da-educ-basica-878961830/273-como-melhorar-seu-ideb-sp-1143596099?Itemid=164>. Acesso em 23 jul.2018

	<b>Congonhas- MG</b>	<b>Brasil (média nacional)</b>
População estimada [2017]	53.843 habitantes	207.660.929 habitantes
PIB per capita [2015]	R\$ 53.975,10	R\$ 28.876,00
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0.753	0.699
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2015]	99.1 %	98,6 %
IDEB <sup>34</sup> – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6.5	5,5
Mortalidade Infantil	12,2 óbitos por mil nascidos vivos [2014]	13,8 óbitos por mil nascidos vivos [2015]
Esgotamento sanitário adequado [2010]	78,5%	80,6%

Tabela 1- Quadro comparativo de dados socioeconômicos Congonhas x Brasil. Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Os dados de Congonhas (tabela 1) deixam evidente que, de modo de geral, o município em termos populacionais e econômicos, apresenta um panorama diferenciado em relação aos demais municípios brasileiros.

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita (em R\$)	358,04	443,57	760,35
% de extremamente pobres	11,45	5,84	1,28
% de pobres	31,83	21,83	6,67
Índice de Gini	0,54	0,51	0,50

Tabela 2- Dados socioeconômicos de Congonhas. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Sob essa perspectiva e de acordo com a tabela 2, ao se observar dados dos três últimos censos (1991, 2000 e 2010), verifica-se uma boa evolução da renda *per capita* do município e uma considerável redução do percentual de pobres. Ao mesmo tempo, o índice de Gini pouco se alterou o que, numa análise mais superficial, leva a crer que a despeito do incremento de

<sup>34</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em 23 set. 2018.

renda, a desigualdade pouco diminuiu. A questão da desigualdade, portanto, permanece como grande desafio a ser enfrentado pelo próspero município.

Em 2015, a Revista Isto é<sup>35</sup> publicou um *ranking* nacional das melhores cidades brasileiras com o objetivo de classificar e mapear o nível de desenvolvimento socioeconômico em 5565 municípios brasileiros e os posicionar de acordo com 500 indicadores (qualitativos e quantitativos) relacionados às áreas social, econômica, fiscal e digital, com foco na igualdade de oportunidades para seus habitantes. Congonhas ficou em primeiro lugar e foi intitulada a cidade campeã de pequeno porte (50 mil habitantes). Ainda segundo dados fornecidos pela Revista, no ano de 2015, o repasse de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) representava a segunda maior receita, ficando atrás apenas do ICMS, cuja parcela à época era de 15,83%.

A matéria da Revista finaliza com o relato do prefeito de Congonhas em 2015 (e atual prefeito, em seu segundo mandato consecutivo, Sr. José de Freitas Cordeiro) para quem ampliar o investimento no turismo pode ser a saída para deixar a cidade menos vulnerável às incertezas do mercado internacional de minérios. O turismo representava em 2015 apenas 10% da economia do município.

Em recentes entrevistas com autoridades do município, a respeito do setor de turismo e cultura do município, o entendimento majoritário da classe política é que a cidade deve se preparar para a escassez e a conseqüente decadência da exploração mineral em seu território nos próximos trinta ou quarenta anos. Para essas autoridades, esse novo planejamento colocará a cultura no cerne do processo decisório, ao estimular e potencializar seus atrativos culturais, com estratégias de *marketing* turístico, de modo a incluir definitivamente Congonhas no roteiro nacional do turismo cultural brasileiro, aumentando significativamente o fluxo do turismo e, sobretudo, modificando o perfil desse turista. Isso porque, segundo dados da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Congonhas<sup>36</sup>, grande parte dos turistas que visitam a cidade o faz durante o dia somente, não ocorrendo o pernoite em hotéis e hospedarias da cidade.

Para a Robinson e Picard (2006), todos os *stakeholders* do turismo compartilham responsabilidades pela preservação cultural e natural de sítios de valor excepcional universal para o turismo sustentável, por meio de uma gestão apropriada do turismo.

---

<sup>35</sup> Edição especial da *Revista Isto É* intitulada Ranking: as Melhores Cidades do Brasil 2015.

<sup>36</sup> Dados obtidos por meio de entrevista por telefone, não tendo sido publicizadas até o momento.



Para o estudo de caso desta pesquisa, optou-se por uma cidade dita patrimonializada, no sentido atribuído por Claudino (2013), qual seja de um lugar que possa fomentar mecanismos de afirmação de sua cultura e de seu patrimônio cultural, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados, que revitalizam e ativam as memórias, de modo a salvá-las do esquecimento.

Congonhas é uma das quatro cidades<sup>37</sup> mineiras que abrigam um sítio do patrimônio mundial da UNESCO. Jurema Machado (2017) traz uma explicação precisa acerca do patrimônio histórico de Congonhas:

Construído na segunda metade do século XVIII, o Santuário configura-se como um sacromonte: uma ladeira margeada por seis capelas contendo cenas dos Passos da Paixão de Cristo conduz a uma escadaria monumental adornada por 12 profetas em pedra-sabão, que leva, no topo, à Basílica e a seu adro. Esse grandioso conjunto de esculturas – os 12 profetas e os 66 personagens em madeira que compõem as cenas da Paixão – é de autoria de Aleijadinho que, com sua oficina de artífices, produziu a mais notável obra do rococó brasileiro. Na área de entorno do Sítio, encontra-se o edifício da Romaria, de planta elíptica, construído no início do século XX para hospedagem dos romeiros que procuram a cidade no período do Jubileu, uma grande celebração popular em devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, quando milhares de fiéis acorrem ao Santuário durante o mês de setembro de cada ano (Machado, 2017, p. 13).

O objeto patrimonializado a ser analisado, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (figura 5), localiza-se no do município de Congonhas, em Minas Gerais, e sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO data de 1985. Os critérios de inclusão, estabelecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 foram: (i)<sup>38</sup> complexo arquitetônico e escultórico da Basílica e do Adro (figura 2) representam uma joia do gênio criativo humano (na figura de Aleijadinho) e uma expressão única e singular do Barroco nos trópicos; (iv) o Santuário corresponde à evolução em meados do Século XVIII da

---

<sup>37</sup> O Estado de Minas Gerais se destaca no cenário nacional como o que mais possui sítios do PM. Além de Congonhas que abriga o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (1985), há ainda o Centro Histórico de Diamantina (1999); o Centro Histórico de Ouro Preto (1980); e o Conjunto Moderno da Pampulha - Belo Horizonte (2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em 02. Jul 2018.

<sup>38</sup> UNESCO. *Sanctuary of Bom Jesus do Congonhas*. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/334>>. Acesso em: 21 mar. 2017.



Figura 5- Vista dos profetas da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos. Registro em agosto de 2016.

arquitetura religiosa na América, mais especificamente em MG, com inovações do Rococó, o que constituiu um importante exemplo do Barroco na América Latina.

O reconhecimento – nacional e mundial – da grandiosidade do patrimônio de Congonhas suscitou pelo poder público (em 2003) a ideia de construir um museu interpretativo do sítio, que agregasse ao visitante mais informações e explicações sobre o sítio visitado. Cumpre lembrar que não se tratava somente a construção de um museu; uma vez que a construção seria dentro do perímetro do sítio do PM, esse fato por si só já encerra cuidados adicionais para a preservação do sítio.

No Brasil, há um instituto vinculado ao MinistC especialmente dedicado à gestão

dos museus brasileiros. Para o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Esse espaço encantador onde se descobre e se aprende, permite ampliar o conhecimento e aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revela a face apagada no turbilhão do cotidiano, e cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma (Ibram, 2018). Essa descrição do que é um museu vai ao encontro das premissas dessa pesquisa ao enfatizar que o visitante do museu (pessoa acolhida) observa e se vê refletido ali (acaba por saber mais de si mesmo). Essa reflexão permite um paralelo com o entendimento do patrimônio, a partir da perspectiva do sujeito: o patrimônio existe fora de mim, mas existe em mim, pois o indivíduo que é capaz de ter essa percepção é um indivíduo dotado de criticidade, capacidade analítica que o entende como parte do patrimônio, como sendo o patrimônio, além do concreto, do edifício e do reconhecimento do outro.

Segundo Claudino,

Museus buscam formas de mediação que propiciem o encontro entre o visitante e a instituição e os objetos de suas coleções e patrimônio cultural comunitário (...) o objetivo da abordagem de educação patrimonial é explorar todo o potencial que os bens culturais preservados oferecem como recursos educacionais, desenvolvendo as habilidades de observação, atribuição de sentidos, contextualização e construção do conhecimento em sua multiplicidade, visando ampliar sua capacidade crítica (Claudino, 2013, p.11).

A concepção e construção do Museu de Congonhas (figuras 6 e 7) durou 12 anos e teve sua inauguração em 15 de dezembro de 2015 (figura 8).

Essa assertiva vai exatamente ao encontro do propósito da construção do Museu de Congonhas. Por ter como principal temática um patrimônio mundial a céu aberto – o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos – o Museu de Congonhas atuará como museu de sítio<sup>39</sup>, numa espécie de mediação entre o Santuário e o público. O objetivo da nova instituição será a de qualificar a experiência insubstituível *de estar no lugar*, intensificando os sentidos e a percepção, seja por meio de descrições, de interpretações ou de criação de condições favoráveis à fruição (Iphan, 2015).

---

<sup>39</sup> Um museu concebido e criado para proteger um bem natural ou cultural, móvel ou imóvel, no seu sítio original, preservado *in situ*, ou seja, no local onde esse bem tenha sido criado ou identificado (UNESCO, 1982).



Figura 6- Vista interna do Museu de Congonhas. Registro em dezembro de 2015.



Figura 7- Vista frontal do Museu de Congonhas. Registro em dezembro de 2015.



Figura 8- Presidente da República, Dilma Rousseff (dir.) e Presidente do IPHAN, Jurema Machado (esq.) na cerimônia de inauguração do MC, em dezembro de 2015.



Figura 9- Linha do tempo sobre a história do Santuário. Registro em dezembro de 2015.

Ressalta-se a vocação histórica da cidade como importante destino de turismo cultural e religioso, e estima-se que a implantação desse importante equipamento público deverá contribuir para alavancar a geração de oportunidades de desenvolvimento no âmbito local e regional.

O projeto de implantação do referido Museu – iniciativa conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Ministério da Cultura (MinC), com gestão e implementação compartilhadas pela Representação da UNESCO no Brasil e pela Prefeitura de Congonhas do Campo, por meio da Fundação Municipal de Cultura (Fumcult), – promove a qualificação urbana do Sítio Histórico do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos e tem como principais objetivos:

- Desenvolvimento local: Investimentos contínuos por mais de uma década, que tiveram início com o Programa Monumenta até chegar aos moldes atuais do PAC Cidades Históricas.
- Estudos sobre o Barroco: mostrar a beleza cênica do barroco da cidade.
- Pesquisa e conhecimento: uso contemporâneo das pedras-sabão, atualização da técnica de produção de cópias físicas, publicações de interesse geral, obras sobre a arte barroca, temática e vida de Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa).
- Desenvolvimento do turismo: qualificar a experiência insubstituível de estar no lugar.
- Valorização do Patrimônio Mundial: Museu de sítio, funcionando como mediador entre o cenário do museu e o Santuário.
- Visibilidade Internacional: divulgação de obras e grande acervo da cultura brasileira e local.
- Acervo: coleções permanentes, projeto expográfico, arte religiosa, réplicas.

Por outro lado, o advento do Museu de Congonhas (figuras 6, 7, 8 e 9) institucionalizou a prática de visitas guiadas, instituídas dentro da política de consolidar a educação patrimonial de Congonhas. O Museu tem também, no cerne de seus objetivos, a preocupação de manter-se aberto à sua comunidade, ao disponibilizar semanalmente um dia de acesso gratuito aos moradores da cidade. Além disso, conta com extensa agenda de visitas guiadas de escolas

locais e regionais que se deslocam especialmente para conhecê-lo. Esse poder transformador, que só a educação proporciona pelo despertar da consciência crítica cidadã, e que incorpora o patrimônio ao pertencimento pretende ser explorado na presente pesquisa.

Os *royalties* da mineração, de certo modo, inflam a arrecadação do município. Sendo a atividade mineradora altamente dependente dos mercados internacionais e tendo observado um preço decrescente na tonelada do minério na última década, é perfeitamente compreensível a preocupação em repensar o planejamento, colocando o turismo como atividade “salvadora” da sua economia. Apesar dos incontestáveis ônus ambientais inerentes a atividade mineradora, causados à saúde da população, como ao meio ambiente como um todo – que não serão objetos diretos dessa pesquisa, dada sua complexidade e abrangência – a viabilidade financeira do município encontra-se apoiada mais na mineração, do que na atividade turística.

Mas isso não desfaz a importância do turismo. Conforme discutido anteriormente, seu potencial mais rico não é a sua capacidade de expandir riqueza e renda, mas certamente sua capacidade de proporcionar o encontro dos cidadãos com o seu patrimônio.

O presente projeto de pesquisa intenta analisar o trinômio turismo-patrimônio-desenvolvimento, e as possíveis conexões com educação patrimonial por meio do estudo de caso em Congonhas, Minas Gerais, Patrimônio cultural brasileiro tombado desde 1937 pelo IPHAN e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1985.

#### **4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA E.M. OSCAR WEINSCHENCK**

O presente capítulo aborda a educação patrimonial na Escola Municipal Oscar Weinschenck, por meio da análise de entrevistas feitas com alunos e professores da instituição, no intento de: alcançar o entendimento que se tem dos elementos de patrimônio histórico cultural e educação patrimonial; estabelecer a relação entre essas percepções e o patrimônio de Congonhas; e compreender a percepção que se carrega do patrimônio local e sua história, no contexto de práticas pedagógicas que trabalham de modo incisivo com as novas gerações de Congonhas, com o intuito de exercer sua cidadania e asseverar suas identidades culturais locais.

##### **4.1 Breve histórico sobre a E. M. Oscar Weinschenck**

A Escola Municipal Engenheiro Oscar Weinschenck (figura 10, p.73) foi criada pelo Decreto nº 9.392, de 20 de Janeiro de 1966 e foi construída pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em terreno doado pela Prefeitura de Congonhas, tendo suas atividades iniciadas em 17 de fevereiro do mesmo ano. Quando da sua criação, chamava-se Grupo Escolar Engenheiro Oscar Weinschenck; posteriormente, foi transformada em Escola Estadual e atualmente constitui Escola Municipal. Segundo sua diretora, a prof.<sup>a</sup> Helen Maria Dias Leite, a educação infantil e o ensino fundamental em Congonhas são responsabilidades exclusivas do município. Por seu turno, o ensino médio é responsabilidade do Estado.

A Escola recebeu o nome de Engenheiro Oscar Weinschenck, em homenagem a um engenheiro formado em São Paulo pela Escola Politécnica, que foi eleito diretor da CSN, desde sua inauguração em 1941. Oscar Weinschenck, ao falecer, em 1949, ocupava o cargo de vice-presidente da CSN<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://escolaweinschenck.blogspot.com/2012/05/criacao-da-escola.html>>. Acesso em: 31 mai. 2018.





Figura 10- Vista frontal da E. M. Oscar Weinschenck. Registro em maio de 2016.

Segundo sua diretora, a Escola possui aproximadamente 800 alunos, incluindo os dois turnos, e compreende desde o maternal III até o 5º ano, abrangendo desde a educação infantil ao o ensino fundamental I. A escola foi reformada em 2009, sendo beneficiada com expressiva ampliação e ganhou uma quadra de esportes poliesportiva em 2011 (figura 11, p.74), entre outros incrementos de infraestrutura.



Figura 11- Quadra poliesportiva da EMOW. Registro em maio de 2018.

A conversa com a diretora da foi conduzida com base no roteiro das entrevistas que pode ser encontrados no Apêndice III e foi realizada na sala da direção da escola. A prof.<sup>a</sup> Helen é nascida em Belo Horizonte, mora em Congonhas desde os cinco anos de idade. Sua relação com Congonhas é de total pertencimento e entusiasmo. Sobre o patrimônio, ela declarou:

“Patrimônio é tudo aquilo que está ao nosso redor e a gente tem que conservar; nós somos patrimônio. Aqui em nossa cidade, nós temos nas obras do Aleijadinho, a nossa igreja da Matriz é riquíssima, com obras do Barroco. Na época da reforma da igreja, quantas coisas lindas foram encontrados no meio da parede, foram encontradas ferramentas... então, tudo tem que ser preservado por todos nós, porque o antigo não pode ser esquecido e o patrimônio tem que permanecer por todas as gerações... A educação patrimonial é importante, porque desde criança pequenininha, ela tem que perceber que tudo aquilo que é público, que é dela ela, precisa ser conservado; outros virão e eles precisam conhecer o que é deles. A gente começa a ensinar o patrimônio da escola, a carteira, o prédio, tudo...” (Entrevista concedida em 22/05/2018).

A reflexão da prof.<sup>a</sup> Helen, ainda que sucinta, vai ao encontro da teoria de patrimônio defendida por Castro (2006) que, conforme previamente apresentado, defende que o patrimônio cultural de um povo é mais do que um conjunto de antiguidades ou mera coleção de curiosidades que a corrente do tempo foi largando pela vida. O patrimônio é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Quando a entrevistada afirma “nós somos o patrimônio”, ela parece estabelecer uma relação sinérgica e simbiótica com o patrimônio histórico de Congonhas que pode ser entendida como: o patrimônio faz parte da nossa identidade, nos pertence, mas nós, da comunidade local, também somos parte importante desse patrimônio. Corroborando essa perspectiva, para a UNESCO<sup>41</sup>, o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. O patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. Essa assertiva muito se aproxima do sentimento demonstrado pela prof.<sup>a</sup> Helen em seu relato, de vivência do patrimônio e de responsabilidade do cidadão congonghense de transmissão desse legado: “nós somos o patrimônio”.

Sobre educação patrimonial e turismo, a entrevistada narrou:

“Eu sou apaixonada pelo Bom Jesus [figura religiosa que origina a devoção na cidade de Congonhas], da minha casa eu olho e enxergo... ele parece que foi pintado com a mão de Deus. Eu lembro que quando houve a designação pela UNESCO de patrimônio Mundial, nós ficamos tão orgulhosos. Nossa cidade é uma cidade muito bonita acho, aqui é um vale de montanhas...” (Entrevista concedida em 22/05/2018).

O relato da diretora é muito rico e nos permite observar algumas questões importantes em relação ao patrimônio e turismo em Congonhas. Inicialmente, ela demonstrou reconhecer

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/#c1048735>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

a importância do patrimônio para a cidade e, em suas palavras, o patrimônio constitui motivo de orgulho e sensação de pertencimento.

Contudo, de forma espontânea, ela descreveu as dificuldades vividas pela cidade patrimonializada. Em sua opinião, a poeira advinda das mineradoras que circundam Congonhas ocasiona problemas respiratórios que afligem toda a população, desde criança até adultos e idosos. Sobre o tema da mineração na cidade, essa pesquisa trouxe dados prévios sobre a importância da atividade mineradora, cujo pagamento das compensações financeiras pela exploração de minérios infla a composição do orçamento do município (ver tabela 1, p.63). Interessante observar que tanto a comunidade, como as autoridades públicas, demonstram ciência do dilema que é a presença das grandes mineradoras. Ao mesmo tempo em que traz benefícios fiscais para a cidade, trazem danos ambientais com diversos desdobramentos sobre a saúde da população local.

“... mas o que atrapalha aqui é essa questão das mineradoras, incomoda bastante os moradores e acredito que incomode os turistas, aqui tem muito problema respiratório nas crianças e nos adultos em virtude da poeira que vem dessas mineradoras; se limpa a casa de manhã e à tarde, você pode ver, tudo está sujo de novo. Isso é a única coisa que eu acho muito ruim aqui...” (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Já em relação ao turismo na cidade, ela acredita que a infraestrutura oferecida pela rede hoteleira não é suficiente. Além disso, toda a base de acolhimento do turista se mostra deficitária. Ela corrobora a situação que outros entrevistados de Congonhas observam em relação ao turismo: Congonhas é apenas uma “escala” de quem passa pela região, com destino especialmente a Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina.

“... o turismo é muito importante para a cidade, mas a cidade não tem estrutura. Ela precisa melhorar nessa questão, hoje nós temos mais pousadas, mas até pouco tempo atrás, tínhamos poucas opções. O turista fica em Ouro Preto, Tiradentes e só passa em Congonhas”. (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Embora ciente da importância das questões patrimoniais, a diretora deixou transparecer ao longo da conversa que sua maior preocupação, contudo, reside no desafio de conscientizar as famílias de que a escola deve complementar o processo educacional dos seus alunos, e não substituir o seu papel de principal educador e formador. Famílias desestruturadas e, por vezes, desinteressadas na criação e na formação de suas crianças expõem uma realidade cada vez

mais frequente enfrentada pela escola. Desse modo, até mesmo as iniciativas de educação patrimonial e ambiental revelam-se esvaziadas porque as crianças não têm em casa o exemplo de preservação e valorização do patrimônio, seja esse pessoal ou coletivo. Dessa forma, a política de educação patrimonial de modo “inverso” faz com que esse aprendizado incutido nas crianças reverbere em seus progenitores fazendo com que surja, ainda que de modo incipiente, noções de preservação patrimonial de forma mais genuína, ou seja, o cidadão se interessa em preservar seu patrimônio, não somente porque ele é dado como patrimônio mundial reconhecido pela UNESCO, mas porque desse processo educacional surge o sentimento de pertencimento e identificação identitária, deslocando o eixo de “cima para baixo” para “de dentro para fora”. Para que isso seja possível, é preciso ter em mente minimamente duas premissas: o educando é o centro do processo educativo, não importa a disciplina e; o grande mérito da EP consiste em despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto se considera esses bens “patrimônio coletivo” (Londres, 2012).

#### 4.2 A dinâmica com os alunos



Figura 12 - Registro parcial dos alunos que participaram da pesquisa, em maio de 2018.

O principal objetivo da pesquisa de campo foi coletar, junto aos estudantes, por meio da dinâmica (figura 12, p.77), as suas impressões e percepções do patrimônio de Congonhas e de como é viver em uma cidade patrimonializada. A dinâmica (Apêndice I) começa com a apresentação pessoal da pesquisadora, com a preocupação constante de trabalhar numa linguagem acessível a todas as crianças, para que a comunicação comece sem nenhum tipo de bloqueio. Desde o primeiro momento, as crianças se mostraram bastante receptivas e comunicativas, o que foi fundamental para que a dinâmica fluísse.

Após a apresentação pessoal, as crianças estavam muito agitadas, todas querendo falar ao mesmo tempo e fazendo muitas perguntas de cunho pessoal para a pesquisadora. Por acordo, foram autorizados a fazer três perguntas, antes de começar a dinâmica, e eles se mostraram curiosos em relação à idade, cidade e família da pesquisadora.

Vencida a etapa inicial de apresentações e curiosidades, a primeira pergunta feita foi: o que vocês mais gostam de fazer no seu fim de semana, no seu tempo de lazer? As respostas mais comuns foram:

“Eu gosto de ir em Lafaiete. Lafaiete é uma a cidade pertinho daqui. Gosto de brincar no parquinho da Matos, de ver meu pai que mora lá. Eu adoro ir para loja de brinquedo”. (Lara, 6 anos).

“Eu gosto de viajar, de ficar com minha família. Gosto de brincar na casa da minha vó”. (Fernanda, 6 anos).

“Gosto de brincar na minha casa mesmo. Gosto de jogar videogame, principalmente *Minecraft*”. (Amanda, 7 anos).

“O que eu mais gosto é de ir na casa dos meus primos”. (Maria Vitoria, 7 anos).

“Eu gosto de ir na praia, no clube e de brincar na terra”. (Karolaine, 6 anos).

“Eu gosto de ir na missa com a minha mãe”. (Fernanda Alice, 7 anos)

Observando as respostas acima, percebe-se determinado padrão referente à preferência de atividade de lazer, por vezes associados a seu usufruto, porém, em companhia da família. É interessante observar que a maior parte dessas respostas associa o tempo livre ao brincar, ao que é lúdico e prazeroso, o que se mostra bastante coerente com o que crianças dessa faixa etária desejam fazer em seu tempo livre. A ludicidade faz parte do processo de desenvolvimento infantil e infere-se pelas respostas que as crianças têm a oportunidade de brincar, de se divertir e que, mesmo vivendo em condições socioeconômicas não tão privilegiadas, não estão sujeitas a situações de vulnerabilidade como trabalho infantil, por exemplo. Importante ressaltar que segundo dados apresentados na tabela 1 (p. 63), Congonhas

tem 99,1% das crianças de 6 a 14 anos matriculadas nas escolas (públicas ou privadas) do município e, ainda, o desempenho das crianças é de 6,5, ao passo que a média nacional é de 5,5, o que pode indicar que a oferta educacional é satisfatória. Vale lembrar que o acesso à educação de qualidade faz parte de um dos meios de desenvolvimento humano defendido por essa pesquisa.

De modo geral, as respostas desvelam crianças comunicativas e livres, capazes de se exprimirem, sem autocensura, o que pode ser inferido pela sinceridade das suas declarações. Segundo Oliveira (2017), por muito tempo a brincadeira (ludicidade) era vista como um “mero passatempo”, algo sem muita importância. Porém, o brincar é algo extremamente humano e importante para o desenvolvimento como uma atividade indispensável para o desenvolvimento humano, visando à socialização, a interação social e a aprendizagem. Esse desenvolvimento do indivíduo em sua plenitude vai ao encontro do conceito de desenvolvimento aplicado nesta pesquisa, de Sen (2010), para quem o desenvolvimento consiste em eliminar as privações de liberdade que limitam as possibilidades das pessoas de exercerem sua condição de agente. Analogamente, oportunidades sociais de educação complementam oportunidades individuais de participação econômica e política. A liberdade dessas crianças também pode ser observada ao se expressarem no tocante às suas convicções religiosas, e especialmente ao relacionarem o seu tempo livre, a prazerosa vivência da sua fé, para quem ir às igrejas no final de semana constitui também lazer e exercício de convivência em sociedade, pois lá se encontram amigos e parentes.



Figura 13- Desenho da aluna Fernanda Alice, 7 anos.

A fala da aluna Fernanda Alice, 7 anos, revela um aspecto de grande importância para a população local de Congonhas, a religiosidade, que também está refletida no seu desenho (figura 13). O trabalho da aluna Ana Clara, 7 anos (figura 26, p. 98) ressalta a religiosidade presente na sua vida, mas também o fato de a igreja, que representa patrimônio, estar presente no seu entendimento do que é importante na sua cidade. Para Fernanda Alice, o ritual de ir à missa semanalmente com sua mãe representa o que ela mais gosta de fazer no seu tempo livre. Conforme explicitado no capítulo 3, a origem da cidade está relacionada ao ciclo da mineração em Minas Gerais, mas a origem do patrimônio está relacionada à fé católica e na devoção expressa pela realização do ex-voto, que expressa o agradecimento ao divino por graça alcançada. A Basílica de Bom Jesus de Matosinhos constitui, pois, a materialização de um ex-voto o que constitui expressão máxima da religiosidade católica, e que está presente nas representações das crianças.

Segundo Rosário (2015), a relação de identidade entre o patrimônio e a comunidade de Congonhas é extremamente forte e o patrimônio passa a ser propagador de uma identidade nacional, determinando-se como um elemento estruturador coberto por referências simbólicas, as quais se tornam heranças culturais e são acolhidas pelos mais diversos grupos sociais.

Dando seguimento à dinâmica, a segunda pergunta feita pela pesquisadora foi: O que vocês consideram mais valioso/importante? Um objeto, um lugar?



“Para mim, é visitar minha mãe”. (Paulo, 6 anos)  
“É viajar com minha família”. (Isabella, 7 anos).  
“Minha família” (Emanuelle, 7 anos)  
“As igrejas, a missa”. (Ana Clara, 7 anos)  
“Tia, o que é importante para mim é a minha calopsita. O nome dela é Pantera”. (Daniel, 6 anos).

Para essa pergunta, o elemento família surge com muita força demonstrando a necessidade que as crianças têm, de modo geral, de ter a família como seu porto seguro e referência, como demonstra o desenho da aluna Izabella, 7 anos (figura 15, p.83) . Nesse ponto, esses achados corroboram o relato da prof.<sup>a</sup> Helen, que aponta como principal dificuldade no exercício pedagógico, a presença mais efetiva (ou mesmo a ausência) parental no processo educativo. Costa (2017) defende que o ponto de partida do patrimônio são as ideias e a defende a humanização do patrimônio. Nada mais humano que identificar a família como o verdadeiro patrimônio. Rubem Alves<sup>42</sup>, em entrevista concedida ao Programa "Provocações", em maio de 2011, utilizou a cebola como metáfora para relacionar a criança e seu processo educativo: a criança está no centro, e a todo e qualquer processo educativo se inicia por meio dessa proximidade, representado pelos anéis mais próximos do centro da cebola, até atingir os anéis mais externos, que seriam processos educativos mais distantes, mas que jamais seriam atingidos sem que a criança tivesse passado pelos anéis mais próximos. Nessa perspectiva, a família da criança corresponderia ao "anel" mais próximo dela e, portanto, a origem de todo o conhecimento que essa criança terá ao longo de sua vida.

Uma das respostas que mais chamou atenção foi do aluno Daniel, 6 anos (figura 14, p.82), que trouxe um elemento inesperado para o rol de respostas recebidas. Enquanto vários alunos falavam ao mesmo tempo, ele se mostrou tímido, mas pediu a palavra. Foi prontamente atendido, e foi pedido que todos fizesse silêncio para que pudéssemos ouvi-lo. Com sua voz baixa disse: “Tia, o que é importante para mim é a minha calopsita. O nome dela é Pantera”. Qual grande foi a surpresa em receber seu desenho e ver a representação tão genuína e fiel do Daniel, com ele mesmo.

De acordo com Gibson-Graham (2005), o desenvolvimento que interessa é aquele que nos leva a ter dúvidas, pois não tem medo das incertezas e não tem medo do inesperado. O

<sup>42</sup> ALVES, R. Programa Provocações com Antônio Abujamra. Entrevista realizada em 03 mai. 2011. Canal TV Cultura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VASben3f4GM>. Acesso em 19 out 2018.

desenho do Daniel traz o que ele tem de mais importante: sua calopsita que chama Pantera. Esse desenho representa possivelmente seu melhor amigo, que precisa do seu cuidado, do acolhimento e de sua atenção. Conforme já mencionado, a ludicidade é importante e natural (Oliveira, 2012), portanto, ela é inesperada. Contudo, a representação do aluno Daniel traz o paradoxo de apresentar pequeno potencial de contribuição à preservação do patrimônio da cidade, mas, ao mesmo tempo, apresenta grande potencialidade de relacionar ao patrimônio imaterial dele como indivíduo. Assim como na metáfora da cebola de Alves (2011), a partir do anel mais próximo (a calopsita Pantera), o Daniel demonstra haver protagonismo de sua relação com os animais em seu processo pessoal de desenvolvimento humano.



Figura 14- Desenho do aluno Daniel, 6 anos.



Figura 15- Desenho da aluna Izabella, 7 anos.

Na sequência da dinâmica, foi introduzido o tema da cidade. A pergunta foi: vocês sabiam que a cidade de vocês é muito conhecida? Vocês sabiam que vem muita gente de fora para conhecer Congonhas?

“Sim, é por causa das igrejas; vem muitas pessoas para passear aqui e ir na Igreja, na missa que tem as músicas”. (Enzo, 7 anos).

“Tia, eu nasci em BH. As pessoas da nossa família estão com saudades e vem nos visitar. E também, porque elas querem visitar as paisagens que têm nas igrejas”. (Maria Vitória, 7 anos).

“Tia, eu não nasci em Congonhas. Nasci em Araçuaí. Lá não tem nada legal. De lá, o que eu mais gosto são as comidas. Eu amo o requeijão de lá; não é esse requeijão cremoso não, é requeijão de verdade”. (Fernanda Alice, 7 anos).

“Porque lá é casa de Deus, e dos profetas, e é muito preciosa para todo mundo. Porque Deus nos criou”. (Lara, 7 anos).

“Tia, meu pai acha Congonhas muito feia”. (Beatriz, 7 anos).

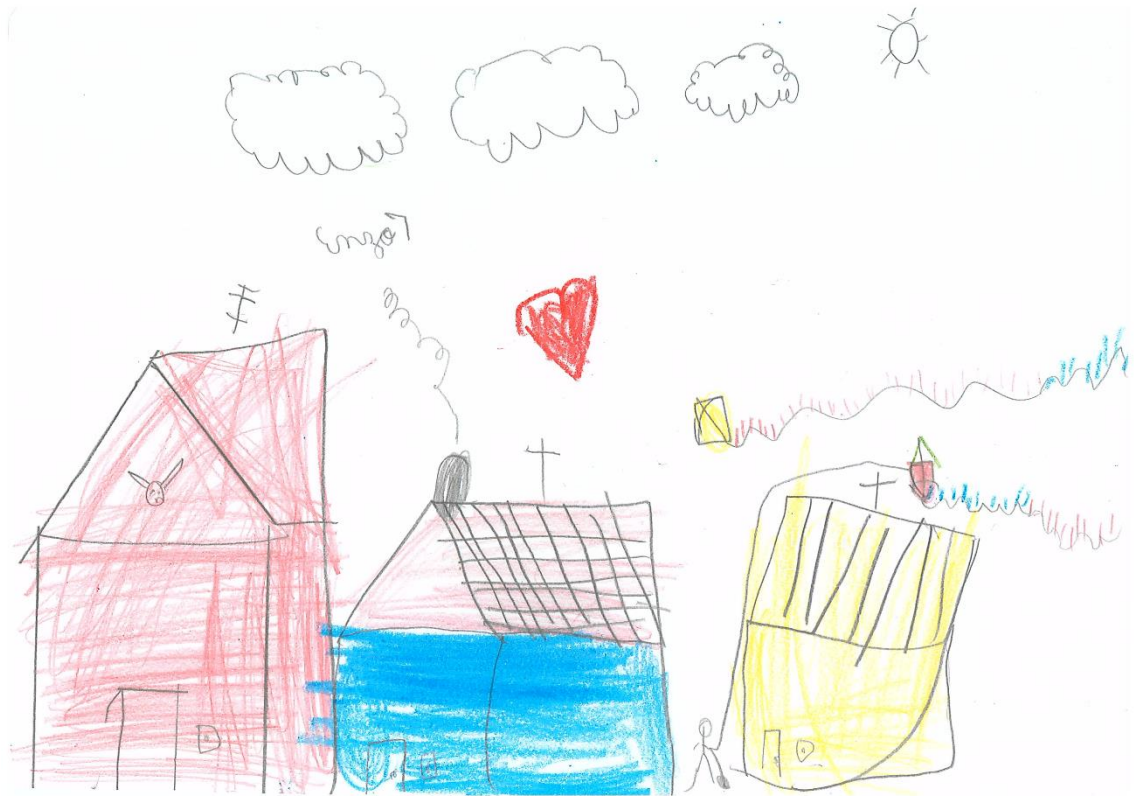


Figura 16- Desenho do aluno Enzo, 7 anos.

Nesse ponto do desenvolvimento da dinâmica, nota-se o conhecimento das crianças em relação à atratividade da cidade, em razão do patrimônio. No desenho do aluno Enzo, 7 anos, a (figura 16) surgem três elementos que parecem ser uma casa e duas igrejas. O mais curioso e interessante é que no terceiro elemento (da esquerda para direita) aparece uma criança brincando, soltando pipa que passa por cima da Igreja. Nessa observação, pode-se inferir que a infância dessa criança vive permeada da representatividade do patrimônio na cidade, consubstanciado nas imagens das igrejas. Para ele, todo o afeto e vivência da infância parece se misturar ao patrimônio da cidade, e, certamente, terá sempre lugar na memória afetiva que ele associa àquele lugar é seu, configurando o pertencimento.

Já a aluna Fernanda Alice (figura 13, p.80) relata que não é nascida em Congonhas. Ela menciona que a sua cidade natal, Araçuaí, não tem, segundo ela, "nada" (atratividade turística). Contudo, faz uma observação tocante, ao mencionar o requeijão da sua cidade que, para ela, é bastante especial. Da intervenção da aluna, é possível relacionar que o patrimônio não está necessariamente na sua materialidade, ou mesmo, em aspectos já reconhecidos do patrimônio imaterial. A memória afetiva da criança, que associa o sabor que lhe agrada ao local é igualmente rico e passível de registro por esta pesquisa. Assim, o patrimônio pode ser entendido além da materialidade e do reconhecimento por órgãos oficiais, pois ele pode

existir em cada um com características próprias e dotado de valor decisivo para a formação identitária de cada indivíduo. Esse achado corrobora o pensamento de Costa (2017), que defende que se deve reconhecer o sujeito e o grupo localizados em permanente situação espacial, transformadores e transformados pelo mundo; são centro da ativação, da preservação e os detentores reais do patrimônio-territorial a ser encontrado dentro e fora dos sujeitos comunitários. O patrimônio assim entendido está na mente das pessoas, e está, sobretudo, no indivíduo que deve ser o centro da ativação patrimonial.

Outro importante destaque advindo dos relatos dos alunos é o da Beatriz, de 7 anos (figura 25, p.98). Ela disse: “Tia, meu pai acha Congonhas feia” ao que foi retrucado: E você, o que acha? Beatriz respondeu que achava Congonhas muito bonita e disse adorar sua cidade. A resposta da aluna demonstra que não se deixa influenciar pela opinião do seu progenitor, e tem sua própria. A criticidade da aluna pode ser a mesma defendida por Freire (2011) que considera imprescindível que o educando tenha “consciência crítica da realidade”. Outra possível ligação de Beatriz com a percepção de patrimônio, é que seu desenho (colorido, alegre e feliz) representa a escola. Essa representação efusiva da escola é aqui interpretada como seu patrimônio, o seu lugar feliz é Congonhas.

Dando seguimento, foi perguntado: vocês conhecem a cidade de vocês? Esses lugares que as pessoas vêm de fora para ver? O depoimento da Fátima (figura 17) chamou atenção:

“Eu nunca visitei os profetas. Minha mãe não tem dinheiro para me levar lá”. (Fátima, 7 anos).

Interpelei que não precisa pagar para ir nesses lugares. Ela retrucou:

“Tia, minha mãe não tem nem o dinheiro da gasolina”. (Fátima, 7 anos).

O depoimento da aluna Fátima que tem uma limitação para realizar a visita aos lugares que deseja demonstra, como nomeou Sen (2001) a privação do meio (*capability*) para a vivência da liberdade consciente (Fazito et al, 2017) e plena. Independente da sua restrição (meios), Fátima associa sua família à representação do patrimônio de Congonhas, representado pelo próprio Bom Jesus de Matosinhos, próximo a uma igreja.



Figura 17- Desenho da aluna Fátima, 7 anos.

Conforme já tratado, a preservação do patrimônio faz sentido, se apropriado pelos seus. A percepção identitária da cidade como seu lugar no mundo advém de uma relação de acolhimento e cumplicidade. Nesse sentido, Congonhas tem uma condição privilegiada de concentrar atratividade, de despertar interesse continuamente, por mais que seu olhar se acostume com o tempo. Para Alves (2011), a educação se divide em duas partes: educação das habilidades e educação das sensibilidades. Sem a educação das sensibilidades, todas as habilidades são tolas e sem sentido. Os conhecimentos nos dão meios para viver. A sabedoria nos dá razões para viver. Esse pensamento vai ao total encontro das teorias que defendem a importância da cultura na constituição dos processos educativos. A cultura, aqui representada pelo patrimônio, já faz parte da sensibilidade dessas crianças, que vivem em Congonhas, quando elas externalizam por meio de seus desenhos, o patrimônio histórico e cultural da cidade, mesmo que para elas não seja "patrimônio", seja apenas seu "lugar especial".

Vocês já participaram de passeio pela escola?

“Tia, eu fui pela escola no Museu de Congonhas, de ônibus. Eu vi as coisas que o Aleijadinho usou para fazer as coisas lá”. (Arthur, 7 anos)

“Eu fui na romaria e achei bonita”. (Ana Alice, 7 anos).

A pergunta sobre passeios promovidos pela escola aos lugares patrimonializados tinha a intenção de verificar se os alunos tinham visitado esses lugares, por meio da escola, ou com sua família. Segundo Pimentel (2017), o passeio escolar turístico tem o propósito de desenvolver no estudante a afetividade, vivência e preservação dos valores culturais na cidade em que vive.

Por fim, passei a dinâmica da proposta:

Agora para cada um de vocês vou entregar uma folha de papel, e vocês vão fazer um desenho para mim, para Tia Mônica. Eu quero que vocês desenhem do jeito que vocês quiserem, mas o desenho, ele tem um motivo. Não é um desenho livre; é um desenho do que na sua cidade é o lugar que vocês mais gostam, que vocês acham mais bonito. Pode ser o que for, não importa, não tem certo não tem errado. Mas eu quero muito que vocês façam bem bonito.... Vocês entenderam o que a tia quer de vocês? Eu quero um desenho, que vocês façam um bem bonito para mim. Se vocês puderem assinar o nome de vocês, eu vou ficar muito feliz porque eu vou saber quem fez o desenho, e assim, eu vou lembrar de vocês para sempre.

As crianças perguntaram:

“Tia, posso desenhar a escola?” (Maria Fernanda, 7 anos).

“Posso desenhar a escola e a biblioteca?” (Lara, 6 anos).

“Posso desenhar minha casa e minha família?” (Izabella, 7 anos).



Figura 18- Professora Eliana Vasconcelos (ao fundo, lado esquerdo) acompanha os alunos no momento em que desenvolvem seus trabalhos. Registro em maio de 2018.

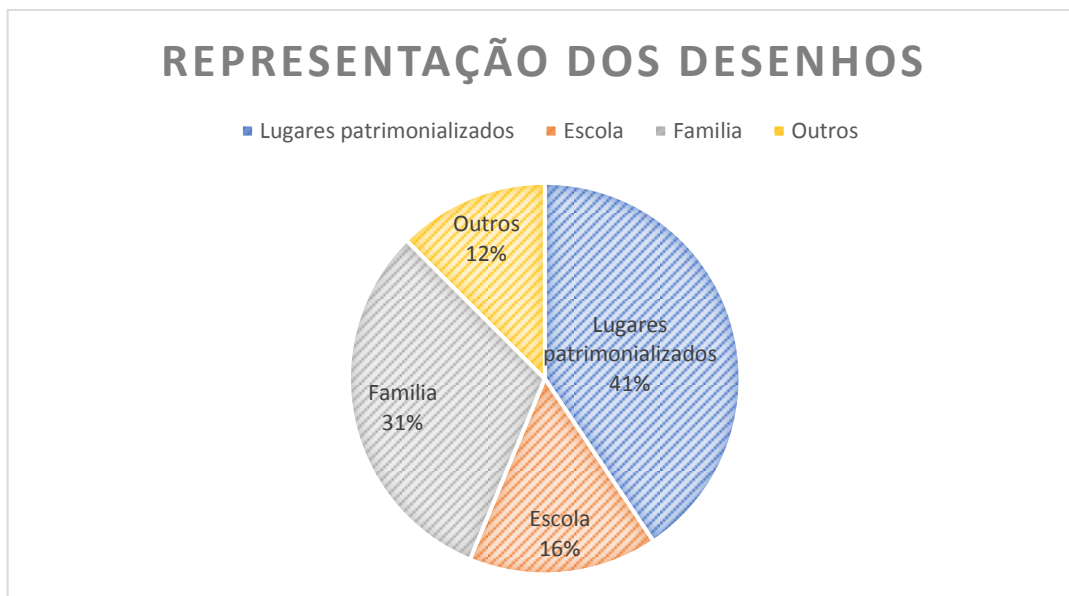
A dinâmica proposta com o grupo definido teve adesão de 100% das crianças participantes da atividade proposta (figura 18) que constituiu em elaborar um desenho que apresentasse o lugar da cidade mais representativo e especial para cada um. Os desenhos elaborados apresentaram algumas temáticas predominantes, especialmente a representação de suas famílias e de suas casas. A segunda temática recorrente foi, de fato, os lugares simbólicos da cidade. Segue abaixo quadro-resumo dos trabalhos apresentados.

ALUNO	NOME	IDADE	DESENHO
1.	Amanda	7	Videogame
2.	Ana Alice	7	Romaria
3.	Ana Clara	7	Igreja
4.	Ana Luiza	7	Escola
5.	Arthur	7	<b>Museu de Congonhas</b>
6.	Beatriz	7	Escola



7.	Bernardo	6	Família
8.	Caio	7	Família
9.	Daniel	6	Calopsita
10.	Emanuelle	7	Família, Escola, <b>Museu de Congonhas</b>
11.	Enzo	7	Igreja, Família
12.	Fátima	7	Igreja
13.	Fernanda Alice	7	Família e Igreja
14.	Gabriela	7	Família
15.	Gustavo	7	Futebol
16.	Izabella	7	Família
17.	João Victor	7	Igreja
18.	Karolaine	6	Casa
19.	Kauã	7	Família, Comida
20.	Lara		Escola, <b>Museu de Congonhas</b> , Basílica, Clube
21.	Laura	7	Família e Igreja
22.	Maria Fernanda	7	Escola
23.	Maria Luisa	6	Igreja
24.	Maria Vitoria	7	Família
25.	Paulo	6	Igreja
26.	Sophia	6	Igreja

Tabela 3- Classificação dos trabalhos segundo a temática



**Tabela 4- Representação em percentual dos trabalhos apresentados por temas.**

A partir dos desenhos elaborados e das conversas que antecederam essa etapa, algumas considerações podem ser relatadas:

1. Do total de trabalhos apresentados, 41% representam algum lugar da cidade que tem relação direta com os lugares patrimonializados<sup>43</sup> (Igrejas, Museu de Congonhas e Romaria)
2. A família aparece representada em 31% dos desenhos.
3. A escola tem grau significativo de importância para as crianças e aparece como tema em 16% dos trabalhos.
4. Temas diversos como clube, futebol e animais representam apenas 12%.
5. Cumpre esclarecer que 26% dos trabalhos apresentam mais de uma temática.

Considerando a interpretação dos trabalhos apresentados pelos alunos, observa-se que o Museu de Congonhas está presente em apenas três desenhos, ou seja, 11% dos 41% dos desenhos representativos de lugares patrimonializados. A partir dessa constatação, a pesquisa precisou ser redirecionada para trabalhar os aspectos advindos dos lugares patrimonializados de Congonhas, não se restringindo somente ao Museu de Congonhas e seus impactos na percepção patrimonial das crianças ante a cidade. Contudo, é preciso refletir que o MC tem menos de três anos de inauguração e já apareceu como lugar afetivo para algumas crianças. Esse dado corrobora a visão de Claudino (2013) quando menciona a característica principal dos museus de servirem como mediadores entre os bens culturais ali preservados e como

<sup>43</sup> Por lugar patrimonializado, essa pesquisa entende como um equipamento (prédio, praça, igreja etc) que esteja no perímetro do sítio do PM de Congonhas.

recurso educacional capaz de desenvolver habilidades de observação, atribuição de sentidos, contextualização e construção do conhecimento em sua multiplicidade visando, sobretudo, ampliar sua capacidade crítica. Além disso, o potencial do MC para o desenvolvimento humano em Congonhas é certamente bastante amplo e os trabalhos de educação patrimonial que vem sendo desenvolvidos pelo Museu podem mudar toda a questão patrimonial das gerações futuras de Congonhas especialmente, mas também da região. Fazendo analogia aos anéis da cebola de Alves (2010), o MC representaria os anéis mais distantes da cebola, ou seja, aqueles conhecimentos que só seriam acessados se os anéis mais próximos tiverem sido devidamente vivenciados. Assim, a capacidade de que esse equipamento público exerça plenamente sua função de mediação social conforme Claudino (2009) fica, portanto, evidenciada. Igualmente relevantes são os depoimentos das crianças que identificam outros elementos não patrimonializados como sendo de grande importância e afetividade pessoal – como a calopsita, o requeijão, o clube, a casa da avó etc – pois são capazes de ter a capacidade da sensibilidade, e não somente a capacidade das habilidades (Alves, 2010). Essa característica leva a crer que são crianças democráticas e, quando maduras, serão capazes de respeitar as regras do jogo político.

O desenho da aluna Ana Alice (figura 19, p.92) corresponde à representação da Romaria que fica na Alameda Matosinhos, dentro do perímetro do sítio histórico de Congonhas. É interessante observar a semelhança do arco da entrada com o local real (figura 20), o que demonstra a noção da aluna e o que ele deseja representar como lugar afetivo na cidade.



Figura 19- Trabalho da aluna Ana Alice, 7 anos.



Figura 20- Entrada da Romaria de Congonhas. Registro em maio de 2018.

O trabalho do aluno Artur (figura 21, p.94) representa um desenho claro do Museu de Congonhas. Curioso observar que, abaixo do nome que ele escreveu, há mesas e carteiras escolares. Não fica claro se ele associa o museu à escola, ou se ele representa a biblioteca presente no interior do MC. A propósito, como parte da metodologia proposta, os desenhos foram entregues à pesquisadora e, propositadamente, não foi previsto um momento de devolutiva, seja em grupo ou individual, ou mesmo pedido de esclarecimento sobre o que eles haviam desenhado. Como já mencionado, o MC foi inaugurado em dezembro de 2015 e constitui o mais novo equipamento público do sítio patrimonializado de Congonhas. O fato do MC já fazer parte do imaginário da criança como lugar representativo, em apenas três anos de existência, demonstra a potencialidade de trabalhá-lo como elemento crucial nos conteúdos de educação patrimonial. Significa também que a escola fez o seu trabalho, já que alguns alunos só tiveram oportunidade de conhecê-lo por meio de excursões da escola, e não levados pelos seus pais. O intento da escola de trabalhar a educação patrimonial, de forma transversal, extrapola o intuito de conhecer para preservar, já que apesar da própria criança fazer o seu patrimônio, o potencial do museu para o resgate do afeto e da expansão da sensação de pertencimento com a cidade e o seu passado é muito maior. O MC também aparece nos desenhos das alunas Emanuelle (figura 22), Lara (figura 23), porém, diluídos entre outras representações, e não a principal.



Figura 21- Trabalho do aluno Arthur, 7 anos.

Os desenhos (figuras 18, 19, 21, 22 e 23) são os mais significativos em relação à temática do patrimônio. Vale ressaltar que durante a dinâmica empreendida com os alunos, e mesmo na etapa inicial de apresentação da proposta, em momento algum, a pesquisadora mencionou que se tratava de uma pesquisa sobre patrimônio. A temática tratada foi a cidade de Congonhas e a relação deles com a essa cidade. Faz-se importante observar que independente da indicação da palavra “patrimônio”, ele se desvelou em inúmeros desenhos levando a crer que a cidade patrimonializada vive, de fato, no imaginário das crianças, e permeia o sentimento de pertencimento das crianças em relação à cidade.



Figura 22- Trabalho da aluna Emanuelle, 7 anos.

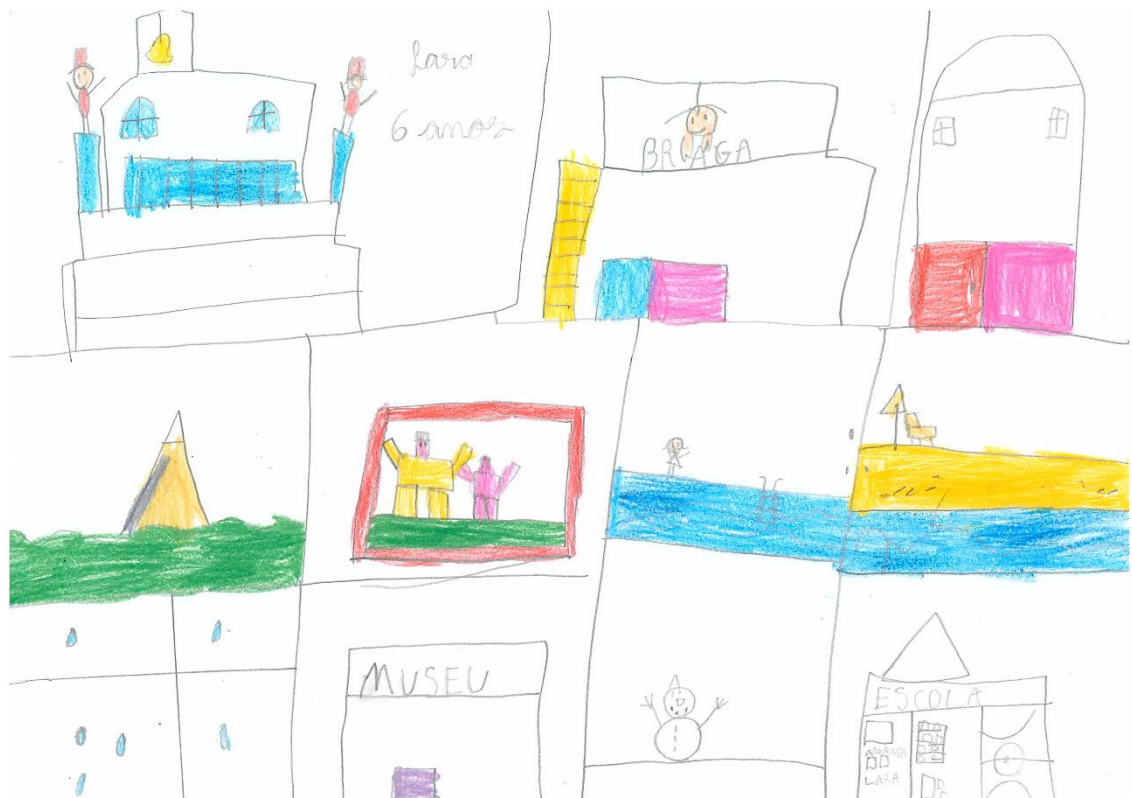


Figura 23- Trabalho da aluna Lara, 6 anos

O desenho da aluna Lara (figura 23, p.95) desperta algumas considerações. A aluna durante a dinâmica mostrou-se a mais comunicativa e falante de toda a turma. Essa característica de sua personalidade se reflete no trabalho por ela produzido ao desenhar nove diferentes elementos, segmentados em pequenos quadros, que para ela são os mais importantes. O desenho da Basílica (canto superior esquerdo da página) contempla os profetas, que ela relatou ser o motivo da cidade de Congonhas atrair pessoas de fora (turistas) ver depoimento na p. 78. Além da Basílica, o Museu de Congonhas e a sua escola também estão presentes, ao lado de representações de lazer como o clube, a piscina e o campo. Lara expressou, por meio de seu desenho, o prazer de viver na sua cidade, completamente integrada ao seu lugar, ciente de todas as possibilidades, de vivenciar o turismo ativo, ao visitar o museu de Congonhas, a Basílica com os profetas, o clube, a escola etc. Esse prazer de vivenciar a cidade foi expresso por Freire (2009), ao afirmar que para que o cidadão possa entender o mundo e ser parte dele, é preciso que ele se enraíze, que conheça a localidade onde mora para que assim possa, valorizar e preservar.

Para Canclini (1994), o patrimônio é percebido como um conjunto de referências materiais e simbólicas, onde se estabelece uma relação de reconhecimento e de identificação entre o homem e seu patrimônio cultural, que orienta e contribui com o sentido de coerência social. Essa interação simbiótica e forte pode ser percebida pela pequena Lara.





Figura 24- Trabalho da aluna Maria Fernanda, 7 anos.

A escola é a terceira maior manifestação entre os trabalhos apresentados (figuras 22, 23, 24 e 25) e, em alguns depoimentos, as crianças ponderaram que a escola era o lugar mais importante para elas na cidade. A escola apresenta-se como importante patrimônio pessoal.



Figura 25- Trabalho da aluna Beatriz, 7 anos.

A segunda temática mais recorrente despontada pelo trabalho dos alunos é a família. Assim, independentemente de qualquer relação com a cidade, os laços familiares se sobressaem e se mostram de crucial relevância para os alunos.



Figura 26- Trabalho da aluna Ana Clara, 7 anos.



Figura 27- Trabalho do aluno Caio, 7 anos.

Jean-Jaques Rousseau foi um filósofo iluminista do século XVIII que escreveu sobre Educação, no clássico intitulado *Emílio ou da Educação*. Segundo Soetard (2010), quando Rousseau retarda, o máximo possível, o acesso de Emílio à leitura, ele não quer dizer de modo algum que rechaça os livros, como tampouco que o *Discours sur les sciences et les arts* [Discurso sobre as ciências e as artes] visa à destruição da cultura. O que quer dizer Rousseau é que caso se apresente, prematuramente, à criança, textos já elaborados, juízos estabelecidos e abstrações sem sentido, encerra-se ela em um mundo pré-fabricado, no qual só se pensa por intermédio de outros. Inspirada também em Rousseau (além de Freire e Sen), essa pesquisa teve como premissa deixar as crianças livres para se expressarem sem amarras, dentro de padrões ou guia-las para apresentarem “respostas certas”. Reitera-se que a palavra “patrimônio” não foi mencionada uma única vez em contato com as crianças. Avaliando a riqueza dos trabalhos obtidos, seja pelos desenhos, seja por meio dos depoimentos, as evidências empíricas deixam as evidências da forte interação do patrimônio de Congonhas e seus locais, expressos na pureza e sinceridade que somente as crianças são capazes de entregar.

Desse modo, como achado principal da dinâmica com os alunos, destaca-se a afetividade no sentido dado por Florêncio (2012) onde o conhecimento e a convivência com

os bens culturais têm como um de seus efeitos criar no educando uma relação de “cumplicidade”. Os alunos deixaram transparecer, acima de qualquer outro aspecto, a relação de afetividade nutrida por eles, seja com o lugar patrimonializado, seja com a família, seja com a escola etc. As crianças, de modo geral, não têm a preocupação de “agradar” a pesquisadora, dando a “resposta certa”; elas se mostraram fieis ao que para elas é de fato o lugar mais importante a cidade, conforme explicitado na metodologia da dinâmica.

Segundo Rosário (2015), o patrimônio interage com ações de representações simbólicas por parte de agentes e atores sociais divergentes. Como um vínculo identitário essencial, o patrimônio constitui-se como um elemento que dispersa as relações de poder, de força e de desejo, as quais norteiam os embates e as alianças entre as memórias individuais e coletivas no espaço social. Na escola, todas as crianças são iguais e as eventuais relações de poder que possam existir naquele ambiente estão dispersas, pois todos os ali são aprendizes, independentemente de sua condição de gênero, social, econômica. Vê-se aqui com grande clareza, o vínculo identitário que só o patrimônio, como elo comum de determinada sociedade, pode agregar por meio da memória coletiva e o compartilhamento de uma história comum.

A riqueza dos resultados obtidos por meio da dinâmica com os alunos certamente não se esgota nas análises acima empreendidas. É provável uma análise futura desses mesmos trabalhos desperte novas interpretações, que por ora não se mostraram relevantes. Contudo, a importância do patrimônio no desenvolvimento humano de cada criança, desde suas representações mais pessoais (anéis internos da cebola) até representações capazes de alterar as estruturas de poder do mundo (anéis mais distantes da cebola) desvela-se com intensidade e clareza.

Os conceitos-chave aqui trabalhados – turismo, desenvolvimento, lazer e patrimônio – se entrelaçam constantemente trazendo à tona relações pouco óbvias e, portanto, capazes de fomentar o debate sobre o desenvolvimento em sua plenitude como gerador de consciência crítica e como promotor das liberdades individuais.

O papel do turismo neste conceito de desenvolvimento, então, seria o de contribuir para a expansão da conscientização, da autonomia e das liberdades individuais substantivas que possibilitam aos sujeitos exercerem cidadania, por meio de participação política efetiva, e não apenas teórica, enquanto conduzem os rumos de construção das próprias sociedades (Fazito, Rodrigues, Nascimento, 2017).

### 4.3 O que pensam os professores?

Como parte da metodologia proposta para esse trabalho de pesquisa, fez-se imprescindível ouvir professores e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas. O roteiro das entrevistas conduzidas pode ser encontrado no Anexo III e foram realizadas na Casa do Professor (figura 28). Esse espaço da Secretaria, localizado a poucos metros da E.M.O.W dispõe de excelente infraestrutura e compõe um anexo da Secretaria.

A Casa do Professor consiste em espaço dotado de instalações e equipamentos (figura 29) para oferecer condições de trabalho adequadas ao processo de formação continuada. A Casa frequentemente se torna local de referência para a comunidade de profissionais de educação, dado que é aberta a todos os professores da rede pública. É um lugar onde os professores podem se encontrar, estudar, discutir e partilhar suas experiências de modo a romper com seu usual isolamento, que gera desânimo, desvalorização e estagnação. Além do aprimoramento profissional, a Casa propicia a reconstrução da autoestima dos educadores, pelo reconhecimento do valor de seu trabalho.<sup>44</sup>



Figura 28- Vista frontal da Casa do Professor, registro em maio de 2018.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://casadoprofessorcongonghas.blogspot.com/>>. Acesso em: 31 mai 2018.



Figura 29- Sala de conferências da casa do professor de Congonhas. Registro em maio de 2018.

Por indicação da Secretária de Educação Infantil, prof.<sup>a</sup> Rosilene Junqueira, as entrevistadas foram as professoras Andreia Cristina, Coordenadora de Educação Ambiental e Andréa Gomes, Coordenadora de Educação Integral e Patrimonial e a entrevista aconteceu com ambas simultaneamente, que exercem suas atividades laborais nas dependências da Casa do Professor.

Como responsáveis pela temática de patrimônio na rede municipal, a pesquisadora tinha o interesse de saber qual o tratamento é dado à educação patrimonial, e entender como se traduz no planejamento estratégico da Secretaria. A temática do Turismo na cidade também foi levantada.

Quando perguntada sobre o significado do patrimônio para ela, Sra. Andreia Cristina, nascida no interior de São Paulo, mas habitante de Congonhas desde seus cinco anos de idade, relatou:

“Eu não sei se tem até um pouco de diferença no meu olhar, já que eu não nasci aqui, né? Mas eu acho muito bonito, principalmente a basílica ali, quando a gente está com esse céu azul, eu acho que a beleza que a gente vê ali, no patrimônio, na beleza e em toda a história que ele traz, né? Acho que a gente sempre pensa como é que foi para chegar no ponto que está ali, a construção, o dia a dia e o valor, acho importância disso para o município, seja

ele enquanto patrimônio histórico, mas de preservar, de fazer também, levar os nossos alunos para conhecerem, para valorizarem, porque é o que a gente falou, às vezes vezem gente de todo lugar do mundo para conhecer e a gente que está aqui está acostumado a passar, passa do lado, o tempo todo e às vezes falta o olhar crítico. Então é bom quando os professores levam os nossos alunos lá, para poder ver, observar de verdade, parar para ver. Eu já morei lá em cima, do lado da basílica, e às vezes eu passava, eu pensava um pouco nisso, em olhar de verdade, não só passar por ali, vendo todos os dias os profetas, mas parar para observar. Às vezes falta tempo pra gente que mora aqui, esse cuidado maior de poder ver de mais de perto mesmo, um valor maior, porque é nosso, né?”. (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Em seu relato, a professora Andreia reforçou o valor e a necessidade da educação ambiental e patrimonial e enfatizou que esse trabalho tem mais chances de sucesso, se feito com as crianças.

E aí eu acho que por isso a beleza de trabalhar com criança que você pode moldar, mas de uma forma muito positiva. Não direcionar, não é bem moldar, porque moldar pode dar um sentido pejorativo de que você vai pensar o que eu penso, mas de trazer a totalidade desse pensamento para que ela incorpore e tenha visão crítica. (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Todo e qualquer processo educativo se faz ao longo do tempo e por meio de um trabalho intenso de sensibilização e conscientização. Desse modo, a perspectiva freireana de conferir autonomia ao educando e de ser uma educação problematizadora, onde educadores e educandos se educam no diálogo, mediatizados pelo mundo e ambos tornam-se sujeitos do processo de aprendizagem encontra total convergência com essa pesquisa, que acredita no aprendizado mútuo. Ele não leva ao aluno uma mensagem salvadora, mas, junto com ele, mediatizados pela realidade, busca respostas para os desafios da reflexão e da ação (Gadotti, 2011).

A esse respeito, a entrevistada marcou as mudanças sentidas na cidade, a partir da década de 1980, que coincide com a inscrição na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, com o despertar das políticas de educação patrimonial. Antes, todo o acesso ao perímetro da Basílica e das Capelas dos Passos da Paixão era de livre acesso. Atualmente, há novas diretrizes sobre a utilização desse espaço.

“É recente essa questão dessa proibição de utilizar o espaço, principalmente do entorno da basílica, com essa finalidade de consumir bebidas e ficar mesmo por ali. Se não for com o objetivo de visitação, tanto que as capelas também à noite ficam fechadas agora... E a gente cresceu com... Como a Andrea mencionou, é natural, é nosso, mas ao mesmo tempo é comum porque a gente vê o tempo todo. Mas a gente tem acompanhado essa valorização constante desse espaço, sempre com a consciência de que é importante para o aspecto turístico. Então, sempre que nós percebemos pessoas de fora para apreciar, então a gente tem essa concepção de que é um lugar diferente. Não só a basílica, mas também outros prédios patrimoniais, a

própria Estrada Real. Mesmo que de uma forma não tão, digamos assim, técnica, a gente tem essa consciência de que são locais a serem valorizados. Então a relação é essa também, de admiração por estar próximo, mas ao mesmo tempo coisas novas todos os dias quando nós acompanhamos visitas das crianças, visitas que são guiadas que tem conhecimentos específicos dos locais, todo dia a gente aprende alguma coisa. Então mesmo “conhecendo” esse espaço a gente tem muito que aprender com ele também, porque tem muitos aspectos que a gente não tem essa assimilação. É claro que a gente preferia que fosse livre. Até acho que é bem melhor quando a gente não precisa cercar, quando a gente não precisa colocar regras nesse sentido, né? Mas infelizmente com o evoluir mesmo, com a questão da sociedade como está hoje, a gente precisa de regras, a gente precisa fazer esse tipo de proteção, né? E o patrimônio precisa ser preservado. Então a prefeitura estava precisando mesmo colocar essas limitações. Então eu entendo perfeitamente que são pelo bem do patrimônio que a gente tem lá. . (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Ao ser indagada sobre como o município desenvolve o plano educação patrimonial, a prof.<sup>a</sup> Andreia Gomes esclareceu que a educação patrimonial:

“É um campo de trabalho. Porque nas atividades complementares de tempo integral a criança fica o tempo todo na escola. Então tem o aspecto da escola regular, que são as disciplinas da grade normal e das atividades complementares de tempo integral, que é o contra turno, vamos dizer assim, que tem essas atividades de educação ambiental patrimonial, educação fiscal e financeira. Então é como se fosse uma outra disciplina que complementa as do ensino regular. Só que com o trabalho diferenciado, de forma mais lúdica, de mais... Ser pautado mais atrativo para os alunos para trazer para eles essa percepção de que uma coisa não é desvinculada da outra, mas ao mesmo tempo eu posso interagir melhor com esse ambiente, com a minha vida social. É mais voltado para formação social do aluno, não só escolar, mas também no aspecto relacional”. (Entrevista concedida em 22/05/2018).

Ao longo das entrevistas, as duas coordenadoras deixaram claro que as políticas educacionais do município têm forte preocupação com a temática do patrimônio, assim como com a valorização do professor, seja em apoiá-lo com um programa de educação continuada – ambas concluíram pós-graduação ofertada pelo município em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e empresas mineradoras que atuam na região – seja com o espaço de convivência do professor, palco de atividades extracurriculares de capacitação contínua. A prof.<sup>a</sup> Andreia Gomes narrou que:

“[A Secretaria de Educação] tem um programa de parcerias que é constante também em várias áreas, então essa capacitação é constante. E fora isso nas nossas reuniões com os pedagogos, com os diretores, nós sempre abordamos essa temática também”. (Entrevista concedida em 22/05/2018).



Por fim, a coordenadora Andrea Cristina relatou que está em curso um projeto editorial em parceria com a Editora Olhares, com patrocínio da Lei Rouanet, e da empresa MRS Logística<sup>45</sup>, que intenta captar o patrimônio sob a perspectiva dos alunos, com previsão de lançamento para 6 de novembro do corrente ano. O título do projeto é “A cidade da gente, Congonhas, ajude a escrever o livro da sua cidade”. Em Congonhas, o projeto inclui crianças do 5º ano que foram escolhidas para escrever sobre temas afetos ao patrimônio da cidade, como o Jubileu de Congonhas<sup>46</sup>, a Estrada Real, além de aspectos do patrimônio imaterial como a tradição das quitandeiras<sup>47</sup> locais.

Como seguimento à metodologia proposta, foram entrevistas ainda a prof.<sup>a</sup> Eliana Gonçalves, responsável integralmente pela turma de alunos pesquisada, e a prof.<sup>a</sup> Helen Leite, diretora da E. M. Oscar Weinschenck (relato na p. 78).

Para a prof.<sup>a</sup> Eliana Gonçalves,

“patrimônio é tudo aquilo que a gente tem, a gente começa a ensinar as crianças que o patrimônio é dentro da sala de aula. As carteiras, as cadeiras, tudo o que ele vai usar. Saindo da escola a gente começa a trabalhar com patrimônio cultural, tudo que tem em volta, tudo o que tem na sua cidade, tudo que nos envolve. Já, educação patrimonial para mim é levar o aluno a refletir sobre os cuidados com tudo aquilo que ele tem, na casa, na escola e na cidade dele. Ele tem que cuidar, sabe de onde veio, quanto custa, para ele começar a ter o olhar de cuidador mesmo, de preservação”. (Entrevista concedida em 22/05/2018).

O relato das professoras entrevistadas, incluindo a diretora, revela características comuns, porém, os mais importantes seriam deles:

- a) O entendimento de trabalhar uma perspectiva de patrimônio que transcende a materialidade, qual seja dotar o aluno de uma percepção de que o patrimônio é tudo aquilo que possui representatividade para ele, sejam suas afetividades pessoais, sejam lugares.

---

<sup>45</sup> A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região que concentra cerca da metade do PIB brasileiro. Hoje, a companhia está entre as maiores ferrovias de carga do mundo, com produção quase quatro vezes superior àquela registrada nos anos 1990. Quase 20% de tudo o que o Brasil exporta e um terço de toda a carga transportada por trens no país passam pelos trilhos da MRS. Disponível em: <<https://www.mrs.com.br/empresa/quem-somos/>>. Acesso em 31 maio 2018.

<sup>46</sup> O Jubileu de Congonhas é uma tradicional festa iniciada em 1780 que culmina com o acolhimento da peregrinação da imagem de Nossa Senhora Aparecida. A Reitoria da Basílica do Bom Jesus estima em 300 mil o número de participantes dos atos religiosos entre 7 e 14 de setembro, que aproveitam também para apreciarem de perto as obras do mestre Aleijadinho. Disponível em: <<http://fatoreal.com.br/site/jubileu-de-congonhas-tradicao-a-servico-da-fe/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

<sup>47</sup> Atualmente, o Iphan-MG está realizando o levantamento e identificação das quitandeiras e seu ofício para subsidiar o pedido de registro como patrimônio imaterial desse bem cultural, feito pela Secretaria Municipal de Congonhas (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/noticias/detalhes/4445/iphan-mg-realiza-pesquisa-sobre-o-oficio-das-quitandeiras-de-minas>>. Acesso em: 31 maio 2018.

- b) A constatação de que como a educação patrimonial é relativamente recente na composição dos currículos pedagógicos, as crianças constituem importantes elementos de transmissão no sentido de pertencimento e preservação patrimonial e podem agir como elementos multiplicadores do processo como um todo.

Após o relato da última entrevista e da compilação dos achados da pesquisa, inúmeras considerações surgem, e para melhor entendimento, serão sistematizadas.

O conceito de desenvolvimento no qual se baseou essa pesquisa, qual seja o desenvolvimento humano como liberdade consciente mostrou-se de fato acertado para as análises empreendidas. Esse conceito – elaborado por Fazito et al (2017) – promove o encontro entre as teorias de desenvolvimento humano do economista Amartya Sen e do educador Paulo Freire, como forma de responder à necessidade de se efetivar a expansão das liberdades substantivas individuais levantada por Sen. As crianças envolvidas nessa pesquisa demonstraram, além da desenvoltura na interação com a pesquisadora, criticidade na construção do seu pensamento e vivenciarem, em sua maioria, relação de afetividade e inclusão com o patrimônio mundial com o qual convivem diariamente. Mostraram-se sensíveis aos temas tratados. As entrevistas com as professoras foram peças-chave para entender o comportamento das crianças. Conforme relatado pelas docentes, a questão da educação patrimonial é tratada de forma subliminar, ao ampliar o entendimento de que o patrimônio está concentrado apenas nos lugares patrimonializados, conforme relatado “o patrimônio está nas coisas, mas está também em nós; nós também somos o patrimônio”.

Por fim, o turismo no processo de educação patrimonial é outra peça-chave no entendimento dessa pesquisa. Ao longo dessa pesquisa, os conceitos de educação patrimonial e lazer ativo se entrelaçam de forma simbiótica e, portanto, bastante positiva. As ações de EP promovidas pela escola como as excursões aos lugares patrimonializados, a exemplo do MC, como atividade complementar ao conteúdo formal, podem ser caracterizadas como vivência de lazer ativo, conforme conceito desenvolvido por Marcellino (2010) que entende o lazer ativo possibilita uma nova forma de múltiplas vivências, um modo de conversão das atividades lúdicas em conhecimento, em expressão criadora e em novos olhares e, portanto, múltiplas potencialidades. Os desenhos das crianças que retratam a cidade patrimonializada, permeados de afetividades, são evidências de como a educação (libertadora) tem o poder de transformar a percepção inicialmente afetiva, para a formação de cidadãos críticos e

conscientes, orgulhosos de seu lugar, não pelo que vem “de cima para baixo”, mas pelo fruto de processos internos de indivíduos autônomos e dotados de criticidade e independência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa constituiu em explorar o potencial e o uso atual do patrimônio edificado do município de Congonhas, Minas Gerais, para a educação patrimonial e promoção do desenvolvimento turístico como liberdade consciente. Seguem considerações sobre o atingimento dos objetivos da pesquisa.

O grupo trabalhado (crianças entre seis e sete anos do ensino fundamental da E.M.O.W), de acordo com o currículo escolar do município, ainda não tem a disciplina “Educação Patrimonial (EP)” na sua grade. Contudo, a educação patrimonial já é trabalhada, segundo relato das professoras entrevistadas, de forma subliminar, seja explicando a importância do zelo aos equipamentos da escola, seja explicando sobre a origem da cidade e relacionando-as aos contextos dos eventos culturais do calendário de Congonhas, como o Jubileu, o Festival de Quitandas, a festa da Padroeira, a Semana Santa, entre outros.

A despeito da não formalidade do conteúdo da EP para esses alunos, eles demonstraram ter ciência da questão patrimonial, representada por meio de seus desenhos, ainda que não tenham a compreensão do que constitui patrimônio, sob a perspectiva teórica.

Essa constatação leva a relacionar que o intento das educadoras de inculcar o sentido da preservação e o propósito do patrimônio em suas aulas revela-se acertado, uma vez que a temática do patrimônio de Congonhas aparece refletida em boa parte do imaginário dos alunos.

Pela natureza dos desenhos obtidos ou mesmo pelas conversas realizadas durante a dinâmica realizada, pode-se inferir que essas crianças têm sensibilidade à questão patrimonial e que esse apelo tem forte potencial em influenciar positivamente seu processo de formação cidadã, com elementos do desenvolvimento como liberdade consciente.

O turismo, tema-chave dessa pesquisa, aparece, pois na sua vertente de lazer ativo (Marcellino, 2009), ou ainda, no turismo realizado pelos cidadãos dentro da sua própria cidade. Desse modo, as atividades de EP realizadas pelas escolas, visitas aos lugares patrimonializados da cidade (sítio histórico, museus, praças etc), ou mesmo, fora do circuito tradicional, ou nos territórios de exceção (Costa, 2017) têm a dupla função de reviver memórias (caso já tenham ido) e de criar memórias e relações afetivas das crianças que os acompanharão por toda a vida.

O método empregado para o desenvolvimento dessa pesquisa mostrou-se acertado para a consecução dos objetivos propostos. Inicialmente, foi realizado levantamento bibliográfico

– que embora tencionasse ser bastante compreensivo, não teve o escopo de ser exaustivo – dos principais assuntos a serem explorados, buscando preparar um arcabouço teórico no qual o estudo de caso pudesse buscar diálogo. Como parte complementar da análise do método, o trabalho com os alunos foi essencial para o cumprimento dos objetivos propostos, pela possibilidade de buscar entender o entendimento do turismo e da liberdade consciente ainda na origem, na formação dos futuros cidadãos de Congonhas. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa de campo foi coletar junto aos estudantes, por meio da dinâmica, as suas impressões e percepções do patrimônio de Congonhas e de como é viver em uma cidade patrimonializada.

Os principais achados da pesquisa de campo – incluindo a dinâmica com os alunos e as entrevistas com as professoras – desvelam a presença ativa da questão patrimonial em suas rotinas e como parte de suas vidas, e de forma positiva, capaz de gerar memórias afetivas e de fortalecer o sentimento de pertencimento ao seu “lugar”. Ficou claro reconhecer que o patrimônio quanto mais próximo da criança, mais contribui para a sua formação cidadã, e sob uma perspectiva ampliada, é capaz de reconfigurar o processo de desenvolvimento da sociedade.

Como achado secundário e recorrente nas entrevistas com as professoras, destaca-se a importância do envolvimento familiar no processo educacional. O corpo docente reiterou que constitui grande preocupação e desafio o trabalho de conscientizar as famílias de que a escola deve complementar o processo educacional dos seus alunos, e não substituir o seu papel de principal educador e formador. Por vezes, famílias pouco envolvidas na criação e na formação de suas crianças expõem uma realidade cada vez mais frequente no âmbito escolar. Desse modo, até mesmo as iniciativas de educação patrimonial e ambiental precisam ser enfatizadas e trabalhadas constantemente porque as crianças não têm em casa o exemplo de preservação e valorização do patrimônio.

Alguns temas surgidos durante a realização da pesquisa, especialmente, entre os achados surgidos da pesquisa de campo, podem ser indicados como necessidade de pesquisa futuras, entre as quais destacam-se:

- A UNESCO como organismo internacional detém os mandatos da educação e do patrimônio (cultura) tem pouca bibliografia sobre educação patrimonial, de modo geral, e poderia aprofundar seus estudos de forma teórica, a fim de potencializar a convergência dos dois temas.

- Ao longo dessa pesquisa, ficou evidente a preocupação da UNESCO em trabalhar de forma exaustiva a questão da preservação patrimonial *per se* e para tanto tem desenvolvido manuais de gestão do PM. Esse mesmo engajamento não se reflete em documentos e, portanto, há escassa bibliografia sobre educação patrimonial de forma integrada com envolvimento familiar do educando. Essa questão seria bastante pertinente ao se pensar que a educação patrimonial pode (e deve) ter efeito multiplicador na comunidade, tanto em nível local como internacional.
- O discurso de envolvimento da comunidade na teoria da educação patrimonial não se mostra efetivo na prática. As políticas patrimoniais apresentadas precisam ser pensadas a partir da perspectiva do sujeito, pois uma vez que ele se sinta parte do processo, as chances de engajamento e de sucesso das ações de preservação patrimonial poderiam ser potencializadas.

Por fim, o turismo e o patrimônio no contexto de desenvolvimento entendido nessa pesquisa tem papel crucial ao permitirem ao indivíduo (tanto o que abriga o patrimônio, quanto o que viaja em busca de agregar conhecimento, experiência e vivência única) o sentimento de pertencimento, empoderamento e ampliação dos seus meios a fim de expandirem sua liberdade e, portanto, seu desenvolvimento. Os trabalhos empreendidos com os alunos permitiram ver possibilidade nas crianças de desenvolverem princípios da educação freireana libertadora, não domesticadora; essa libertação acontece por meio de uma educação que humaniza e conscientiza educadores e educandos, mutuamente. As crianças conscientizadas podem ser importantes ferramentas de uma nova forma de perceber o patrimônio, vivenciada por uma perspectiva libertadora e onde o turismo complementa as possibilidades de felicidade e realização pessoal e comunitária.

Nesse sentido, a presente pesquisa endossa o entendimento de Fazito et al (2018) que entende o papel do turismo no conceito de desenvolvimento como liberdade enquanto elemento indutor dos processos de conscientização, da autonomia e, portanto, da ampliação das liberdades individuais substantivas, que permitem o exercício pleno da cidadania por cidadãos conscientes e dotados de criticidade. Observou-se uma nova percepção de turismo, chamada de turismo ativo, capaz de promover criticidade e promover desenvolvimento verdadeiro, aqui entendido como aquele que tem o indivíduo como ponto de partida, e não como seu fim último. Corroborou-se a visão de Freire (2001) de que a educação precisa ser libertadora, fomentar a autonomia do educando, porque somente desse modo, será possível que os cidadãos tenham a capacidade de alterar as estruturas de poder, dotados de ética,

desenvolvendo seu pensamento crítico e, desse modo, sejam aptos a usar essa inteligência para contribuir para construção de valores éticos e sociais, compatíveis com a vida em sociedade. Essas aptidões são as características fundantes do que seja a verdadeira "cidadania". A criança que entende a sua existência com criticidade, pode ser aquele adulto que participa ativamente da construção democrática de um mundo melhor, no sentido de perseguir e lutar por uma humanidade mais justa.

Portanto, do ponto de vista empírico essa pesquisa demonstrou que uma criança que não teve em sua infância uma educação para a construção democrática, tende a reproduzir o padrão de vidra ensimesmado, onde a própria pessoa se coloca como o centro em torno do qual tudo gira.

Neste sentido, não é o turismo em si que incentiva o desenvolvimento de uma região atrasada, mas sim a dinâmica do desenvolvimento local que pode converter o turismo em uma atividade favorável ou não a este processo. Dentre as contribuições dessa pesquisa está uma nova percepção de turismo, que foi definido como ativo, aquele que é capaz de promover a criticidade e de promover o desenvolvimento como liberdade, esse sim, o desenvolvimento verdadeiro e multidimensional, não somente socioeconômico empobrecido e superado.

Finalmente, observa-se como os estudiosos do turismo se apropriam das diversas teorias econômicas de desenvolvimento, incorporando as mesmas ideologias subjacentes, como é o caso do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável, sendo o último "primo" do primeiro, sendo ambos conceitos reativos e não proativos, pois foram desenvolvidos para combater teorias existentes que clamam pela exaustão dos recursos naturais. Os discursos do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável conseguem unir grupos dinâmicos de um território, de uma região, de um país, num momento em que seus interesses coincidem, alegando que a busca pelo desenvolvimento sustentável ou pelo turismo sustentável é a promoção de uma consciência coletiva, que transforma a ideologia em uma necessidade prévia. Por isso, deve-se recordar que é possível ir mais além dos conceitos de desenvolvimento, como sugerido por Sachs (1996), para agir objetivamente buscando a redução das desigualdades, uma melhor condição de vida para grupos mais amplos de comunidades, regiões e países.

Portanto, entendeu-se aqui que para contribuir para o desenvolvimento humano, o turismo precisaria de um tratamento mais profundo; explorado a partir de sua vivência de tempo livre, de ócio, mas não apenas disso; de uma vivência lúdica e privilegiada do tempo

livre, capaz de promover autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação (Moreno, 2005).



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. Educação das sensibilidades. *entrecanetaepapel.blogspot.com/2010/01/educação-dassensibilidades.html*. v. 30, 2011. Acesso em 20 out 2018.
- ALVES, R. Programa Provoações com Antônio Abujamra. Entrevista realizada em 03 mai. 2011. Canal TV Cultura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VASben3f4GM>. Acesso em 19 out 2018.
- AITCHISON, C. The critical and cultural: explaining the divergent paths of leisure studies and tourism studies. *Leisure Studies*, v. 25, n. 4, p. 417-422, 2006.
- ANDERSEN, G. (Ed.). *Welfare states in transition: national adaptations in global economics*. London: Sage Pub, 1996.
- ASEFA, S. (Ed.). *The economics of sustainable development*. Kalamazoo: Western Michigan University. 2005.
- ASSUNÇÃO, P. *Turismo cultural e educação patrimonial: conscientizar sobre a importância da preservação*. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6179020>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The critical turn in tourism studies: innovative research methodologies*. Amsterdam: Elsevier Science, 2007.
- BARBOSA, M.F.P, GONTIJO, B.M. A Perspectiva libertária do desenvolvimento e sua relação com o Turismo em Capivari/Serro (MG). In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.123, p.279-302, jul./dez. 2012
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- BECKER, A. A concepção de educação de Paulo Freire e o desenvolvimento sustentável. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – UNIFAE. Curitiba, 2008
- BEISIEGEL, C. R. *Paulo Freire*. Recife: Massangara, 2010.
- BENI, M. C. Sistema de Turismo Sistur: Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. *Revista Turismo em Análise*, v. 1, n. 1, 1990. Disponível em: [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br).
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.
- BIANCHI, R. The “critical turn” in tourism studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, v. 11, n. 4, p. 484-504, 2009.
- BISSOLI, M. F. Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 4 p. 587-597, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n4/1413-7372-pe-19-04-00587.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BONOMA, T. V. Case research in marketing: opportunities, problems, and process. *Journal of Marketing Research*, v. 22, May 1985.

BONI, V. QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2013-2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf)>.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L.N. (Orgs). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRENDLE, M. B. U. C.; BRENDLE, K. H. Educação patrimonial como instrumento de resgate da identidade cultural: a experiência das cidades inundadas pela construção da hidrelétrica Luiz Gonzaga (BA E PE). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4. 2010. Sergipe. *Anais...* Sergipe: UFS, 2010. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2010/eixo\\_12/e12-7a.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_12/e12-7a.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia. *Pro-Posições*, v. 27, n. 1, p. 155-177, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n1/1980-6248-pp-27-01-00155.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRITTON, S. G. *The political economy of tourism in the third world*. Annals of Tourism Research. Volume 9, Issue 3, 1982, Pages 331-358. Londres: Elsevier, 1982.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: Caio Navarro de Toledo (Org.) 50 Anos do ISEB. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

BRUNDTLAND, G. H. (Ed.). *Our common future*. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BUTLER, R. The concept of a tourist area cycle of evolution and implications for management of resources. *The Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educs, 1998. p.71-98.

CANCLINI, N. G. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília, n.23, 1994. p. 95-111.

CAMPAÑA, A. *Modernización y dependencia*. Ciudad de México: Cepal, 1992. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/32707/1/D-16832.00\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/32707/1/D-16832.00_es.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. L. N. Turismo e patrimônio cultural sob o olhar do sujeito-morador: Uma leitura do bairro da Praia Grande, São Luís, Maranhão (Brasil). *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 12-31, abr. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/turismo/article/viewFile/21380/14097>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CASTELLS, M. Global Information Capitalism. In: MCGREW, A. G.; HELD, D. (Eds.). *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate*. Cambridge: Polity Press, 2003. p. 311-334.

CASTRO, C. *A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural*. São Paulo: UCS, 2006. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. Unesp, 2006.

CHANG, H. *Globalization, economic development and the role of the state*. London: Zed Books, 2003.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, Clacso, a. 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>.

CHUVA, M. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34. Brasília: IPHAN, 2012.

CLAUDINO, C. A. O conceito de patrimônio e patrimonialização da cultura: considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus. *Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura*, a. 13, out. 2013. Disponível em: <<http://201.55.32.167/retc/index.php/RETC/article/viewFile/160/pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

COUTO, J.M. O pensamento desenvolvimentista de Raul Prebisch. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: <[eco.unicamp.br](http://eco.unicamp.br)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.

COSTA, E. B. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana-totalidade-mundo*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2015.

COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/D.8.2009.tde-05022009-150209. Acesso em: 12 ago. 2018.

COWEN, M., SHENTON, R. W. *Doctrines of Development*. London: Routledge, 1996.

- CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 99-131, 1993.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *Handbook of qualitative research*. 2. ed. London: Sage Publications, 2000.
- DUARTE, N. (2013). Vigotski e a Pedagogia Histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2013.
- ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Produção de Silvio Tender. São Paulo: Caliban, 2001. 1 filme. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>>.
- FARIA, D. M. C. P. *Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2012.
- FAZITO, M. *Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento*. In: FIGUEIREDO, S.; AZEVEDO, F.; NÓBREGA, W. (Eds.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: Naea, 2015.
- FAZITO, M.; SCOTT, M.; RUSSEL, P. The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. *Annals of Tourism Research*, n. 57, p. 1-17, 2016.
- FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E. *O papel do turismo no desenvolvimento humano*. Belém: Enanpas, 2017.
- FERGUSON, R. Ex-votos: folk art and expressions of faith in Mexico. *Mexconnect*, 1999. Disponível em: <<http://www.mexconnect.com/articles/969-exvotos-folk-art-and-expressions-of-faith-in-mexico>>. Acesso em: 14 mar. 2008.
- FLORÊNCIO, S.R.R. *Educação Patrimonial: um processo de mediação*. In: TOLENTINO, A. B (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. Superintendência do Iphan na Paraíba: João Pessoa, 2012.
- FERRUGEM, I. C.F. *Educação, patrimônio e ludicidade: a experiência educativa do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS*. Porto alegre: UFRGS, 2015.
- FLORÊNCIO, S. R. CLEROT, P., BEZERRA, J. RAMASSOTE, R. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2016.
- FLYVBJERG, B. *Making Social Science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FRANKLIN, A.; CRANG, M. The trouble with tourism and travel theory. *Tourist Studies*, v. 1, n. 1, p. 5-22, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Terra e Paz, 2009.

FUHRMANN, C. V.; RIBEIRO, M. A. J. A importância do planejamento da atividade turística. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 8. 4-6 jun. 2014. Foz do Iguaçu, Paraná. Anais... Foz do Iguaçu: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/2.-A-IMPORT%C3%82NCIA-DO-PLANEJAMENTO-DA-ATIVIDADE-TUR%C3%8DSTICA.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1388/0>>. Acesso em: 28 mar. 2016

GADOTTI, M. Por que continuar lendo Pedagogia do Oprimido: In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

GIBSON-GRAHAM, J. Surplus communities: post-development and community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 26, n. 1, p. 4-26, 2005.

GONÇALVES, R. A teoria do comércio internacional: uma resenha. [Tradução de José Deolindo Menck]. *Economia Ensaios*, v. 12, n. 1, p. 3-20, dez. 1997. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/resenha\\_comercio\\_internacionalreinaldogoncalves.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/resenha_comercio_internacionalreinaldogoncalves.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2018.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 3, p. 413-430, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a06>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. *Revista Turismo: Visão e Ação*, v. 1, n. 1, p. 19-29, jan./jun., 1998. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277109389\\_uma\\_abordagem\\_historico-cultural\\_do\\_turismo](https://www.researchgate.net/publication/277109389_uma_abordagem_historico-cultural_do_turismo)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, A. B. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Positivo, 2000.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

ICOMOS. *Carta para a Preservação do Patrimônio do Quebec, Declaração de Deschambault*. Paris, 1982.

ICOMOS. *Declaración de Querétaro*. Paris, 1993.

IPHAN. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, 2014.

IPHAN. *Museu de Congonhas é inaugurado em sítio do patrimônio mundial*. Brasília, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3440>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

- HICKS, N.; STREETEN, P. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EducS, 1998. p. 71-98.
- HOLLINSHEAD, K. Surveillance of the worlds of tourism: Foucault and the eye-of power. *Tourism Management*, v. 20, n. 1, p. 7-23, 1999.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO A. Q. *Guia básico da educação patrimonial*. Brasília: Iphan, Museu Imperial, Deprom, Minc, 2010. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptative paradigm. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.
- KORSGAARD, C. M.; GAERTNER, W. Comentators on Conhen and Sen. In: NUSSMAUM, M.; SEN, A. *The quality of life*. Oxford: OUP, 1993.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1982.
- LONDRES, C. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. IN: TOLENTINO, A. B (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. Superintendência do Iphan na Paraíba: João Pessoa, 2012.
- LUNA, S. V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
- MACHADO, J. *Museu de Congonhas: relato de uma experiência*. Brasília: UNESCO, 2017.
- MAGALHÃES, L. H. *Educação patrimonial: uma análise conceitual*. Londrina: Centro Universitário Filadélfia – UniFil, out. 2009.
- MARCELINNO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environment Impact Assessment Review*, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.
- MENDES, L. D. ; LAMAS, N. C. Arte e cultura sob a ótica da preservação patrimonial. In Revista Confluências Culturais, ISSN-e 2316-395X, ISSN-e 2316-395X, Vol. 6, Nº. 1, 2017 (Ejemplar dedicado a: PATRIMÔNIO/CULTURA/ARTE/ESTÉTICA/ÉTICA: imbricamentos, nervuras e fissuras).
- MENDES, L. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 487-511, nov.

2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0487.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MISOCSKY, M. C. *A teoria do desenvolvimento e o enfoque de capacidades*. [S.l.: s.n., s.d.]. (online). Disponível em: <<http://nutep.ea.ufrgs.br/principal.asp>>. Acesso em: 25 set. 2009.

MOESCH, M. M. *Epistemologia social do turismo*. 2004. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOLINA, S. *Conceptualización del turismo*. México: Editorial Limusa, 2000.

MOLINA, S. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

MORENO, S. *Lazer/recreação e formação profissional*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, SP, 2005.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and sustainability development and new tourism in the third world*. London: Routledge, 2009.

NUNES, I. *Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde*. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

OLIVEIRA, A. *Ludicidade na educação infantil: a importância na educação de crianças de 4 e 5 anos*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro de Educação, Comunicação e Artes como requisito parcial à obtenção do título de Pedagoga. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

OLIVEIRA, C.S, LÚCIO, M. L *A polissemia do conceito de desenvolvimento no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação*. In: Revista Guaju, Matinhos, v.2, n.2, p. 26-58, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2016.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORAMA, A. El papel del patrimonio en el progreso económico, social y cultural: el caso particular del turismo. *Revista Pasos*, v. 2, n. 2, p. 307-310, 2004.

PEREIRA, B. F. Foucault e a educação libertária: por uma escola transformadora da sociedade. *Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia*, Faculdade Católica de Pouso Alegre, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <[http://www.theoria.com.br/edicao13/foucault\\_e\\_a\\_educacao\\_libertaria.pdf](http://www.theoria.com.br/edicao13/foucault_e_a_educacao_libertaria.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PIMENTEL, T. M. *Passeio escolar turístico: na perspectiva da formação para cidadania*. Dissertação de Mestrado. Orientador Neuza de Farias Araújo. Brasília, 2017. 151 p.

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*: Congonhas, MG. Brasília, 2013. Disponível em:  
<[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/congonhas\\_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/congonhas_mg)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Por uma outra globalização, Milton Santos. Documentário exibido no programa É Tudo Verdade do Canal Brasil, jul. 2008. Produção de Silvio Tendler. 2006. 1 filme. Disponível em:  
<<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=silvio+tendler#id=3&vid=18d3d35187d8afb4fe738248f75c6679&action=click>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

PORTA, P. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil*: diretrizes, linhas de ação e resultados 2000/2010. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PREBISCH, R. El desarrollo economico de la america latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Economico*, v. 26, n. 103, 1986.

RAY, D. *Development economics*. Princeton Univ. Press. 1998.

Revista Isto É. Ranking: as Melhores Cidades do Brasil 2015. São Paulo: Editora Três, 2015.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais. *Revista Itinerarium*, v.1, 2008. Disponível em:  
<<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

ROBINSON, Mike; PICARD, David. *Tourism, culture and sustainable development*. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147578e.pdf>>.

ROBEYNS, I. The capability approach in practice. *The Journal of Political Philosophy*, v. 14, n. 3, 2006.

ROSARIO, R. S. *Mudanças identitárias*: análise sobre a possibilidade de substituição dos profetas de aleijadinho por réplicas. E-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 8, n.º 1, Janeiro/Julho de 2015 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index).

ROSTOW, W. *The stages of economic growth*: a non-comunist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1996.

SANTOS, B. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, J. C. F. *Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar*. EDUCA: Revista Multidisciplinar em Educação, 2016. Disponível em:



<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1590/1579>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SAQUET, M; SILVA, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, a. 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. Disponível em: <[www.geouerj.uerj.br/ojs](http://www.geouerj.uerj.br/ojs)>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SEITZ, J. *A política do desenvolvimento: uma introdução a problemas globais*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1991.

SEN, A. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. São Paulo: Lua Nova, 2000.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SILVA, D. A. M. *Territórios do lazer*. In: MARCELINNO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 97-117.

SILVA, E. P. *Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural*. *Revista ANTROPOLógicas*, Universidade Técnica de Lisboa, n. 4, 2000.

SILVA, A. M. B; BATISTA, E. A. da Conceição; BEZERRA, J. S. *Influência da educação infantil na formação da personalidade das crianças*. [S.l.: s.n., s.d.]. (online). Disponível em: <[https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Influencia\\_da\\_educacao\\_infantil\\_na\\_formacao\\_da\\_personalidade.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Influencia_da_educacao_infantil_na_formacao_da_personalidade.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *Revista CULTUR*, a. 9, n. 1, fev. 2015.

SOËRTARD, M. Jean-Jacques Rousseau / tradução: Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 100 p.: il. – (Coleção Educadores).

TAMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios.... *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 13-36, abr./dez., 2005.

TEIXEIRA, L. C. et al. O corpo em estado de graça: ex-votos, testemunho e subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 121-129, 2010.

TELFER, D. The evolution of tourism and development theory. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D. (Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. London: Channel View, 2014. p. 35-78.

TELFER, D.; SHARPLEY, R. *Tourism and development in the developing world*. New York: Routledge, 2007.

TOLENTINO, A. B (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. Superintendência do Iphan na Paraíba: João Pessoa, 2012.

UNESCO. *Gestão do patrimônio mundial cultural*. Brasília: UNESCO, Iphan, 2016. (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf>>

UNESCO. *Musées de site archéologique*: préparé par Conseil international des musées. Paris, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000491/049189fb.pdf>>.

VASCONCELOS, E. M. *Educação patrimonial na escola estadual de ensino fundamental e médio Frei Ambrósio em Santarém-PA e a Formação do Turista Cidadão*. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

XIAO, H.; SMITH, S. Case studies in tourism research: a state-of-the-art analysis. *Tourism Management*, n. 27, p. 738-749, 2006.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

## 7. LISTA DE APÊNDICES

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

### **Apêndice I- Proposta de dinâmica com os alunos**

1. Apresentação pessoal da pesquisadora e da pesquisa em linguagem acessível.
2. Colher depoimentos dos alunos sobre patrimônio, educação e turismo.
3. Entregar material (folhas de papel) e pedir que eles façam desenhos com representação de:
  - os lugares mais especiais (importantes) da cidade, para cada um (patrimônio)
  - objetos mais importantes para cada um deles (patrimônio pessoal)
  - entendimento deles de diversão (turismo e lazer).
4. Projetar imagens e perguntar aos estudantes se eles reconhecem os lugares da cidade.
5. Registro fotográfico da atividade.

## **APÊNDICE II**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

### **Apêndice II- Dinâmica com os estudantes**

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada: Conexões patrimônio mundial, patrimônio-territorial e educação patrimonial em Congonhas: contribuições para o turismo local cujo objetivo geral é entender as relações entre o patrimônio mundial de Congonhas e a educação patrimonial integrada, em crianças de uma escola primária, com o intuito de compreender se essa perspectiva proporciona o despertar da consciência crítica cidadã, que incorpora o patrimônio ao pertencimento e preservação. Busca-se entender também como esse cidadão internaliza esse conhecimento e se reflete no desenvolvimento e turismo da cidade.

1. O que você gosta de fazer no fim de semana?
2. Que lugares você costuma visitar na sua cidade?
3. Esses lugares são importantes para você e sua família?
4. O que você considera ser mais valioso para você (seu patrimônio)?
5. Você gosta de viajar? Já viajou?
6. Você recebe turistas na cidade?
7. Já participou de alguma ação (excursão pela escola)?
8. Já visitou o Museu de Congonhas?

## APÊNDICE III

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

Apêndice III- Entrevista com professoras e diretora da E.M.O.W

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada: **Conexões patrimônio mundial, patrimônio-territorial e educação patrimonial em Congonhas: contribuições para o turismo local** cujo objetivo geral é entender as relações entre o patrimônio mundial de Congonhas e a educação patrimonial integrada, em crianças de uma escola primária, com o intuito de compreender se essa perspectiva proporciona o despertar da consciência crítica cidadã, que incorpora o patrimônio ao pertencimento e preservação. Busca-se entender também como esse cidadão internaliza esse conhecimento e se reflete no desenvolvimento e turismo da cidade.

1. Nome:
2. Formação Acadêmica:
3. Disciplina Ministrada:
4. Tempo de serviço na escola:
5. Idade:
6. Professor de qual série:
7. Para você, o que é **patrimônio**?
8. O que você entende por **educação patrimonial**?
9. Você conhece os **patrimônios edificados de Congonhas**?
10. Se sim, qual a sua relação com esses lugares?
11. Você considera **a sua cidade um patrimônio**?
12. Você sabe o que é **patrimônio mundial**?
13. Você considera turismo importante para sua cidade?
14. O que é você considera **seu patrimônio**?
15. Já participou de alguma ação, projeto, estudo, oficina sobre educação patrimonial aqui na escola?
16. Você já foi capacitado para ser multiplicador de ações educativas no âmbito da educação patrimonial?

## APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

### Apêndice IV- Cronograma da pesquisa de campo- MAIO DE 2018

Dia 19	Chegada a Congonhas
Dia 20	Domingo- Visita a Romaria- Festival de quitandas
Dia 21	9h- Visita à Casa do Professor 10h- Visita de reconhecimento à E. M. Oscar Weinschenck 11h- Reunião na Secretaria Municipal de Educação com Rosilene Pereira de Sousa Junqueira, Diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Kátia das Graças Souza, Diretoria de Educação para o Trabalho 12h30 – Almoço 14h – Reunião na Casa do Professor Entrevistas com as Coordenadoras Andreia Cristina – Educação Ambiental Andréa Gomes- Educação Integral e Patrimonial 15h40- Dinâmica com alunos da E. M. Oscar Weinschenck
Dia 22	9h- Reunião com a Diretora da Escola E. M. Oscar Weinschenck, Helen Maria Dias Leite 10h – Registro fotográfico da E. M. Oscar Weinschenck 14h- Pesquisas- Casa do Professor 15h40- Entrevista com prof. <sup>a</sup> Eliana Vasconcelos
Dia 23	9h- Pesquisas- Casa do Professor 13h- Retorno a Belo Horizonte/Brasília